

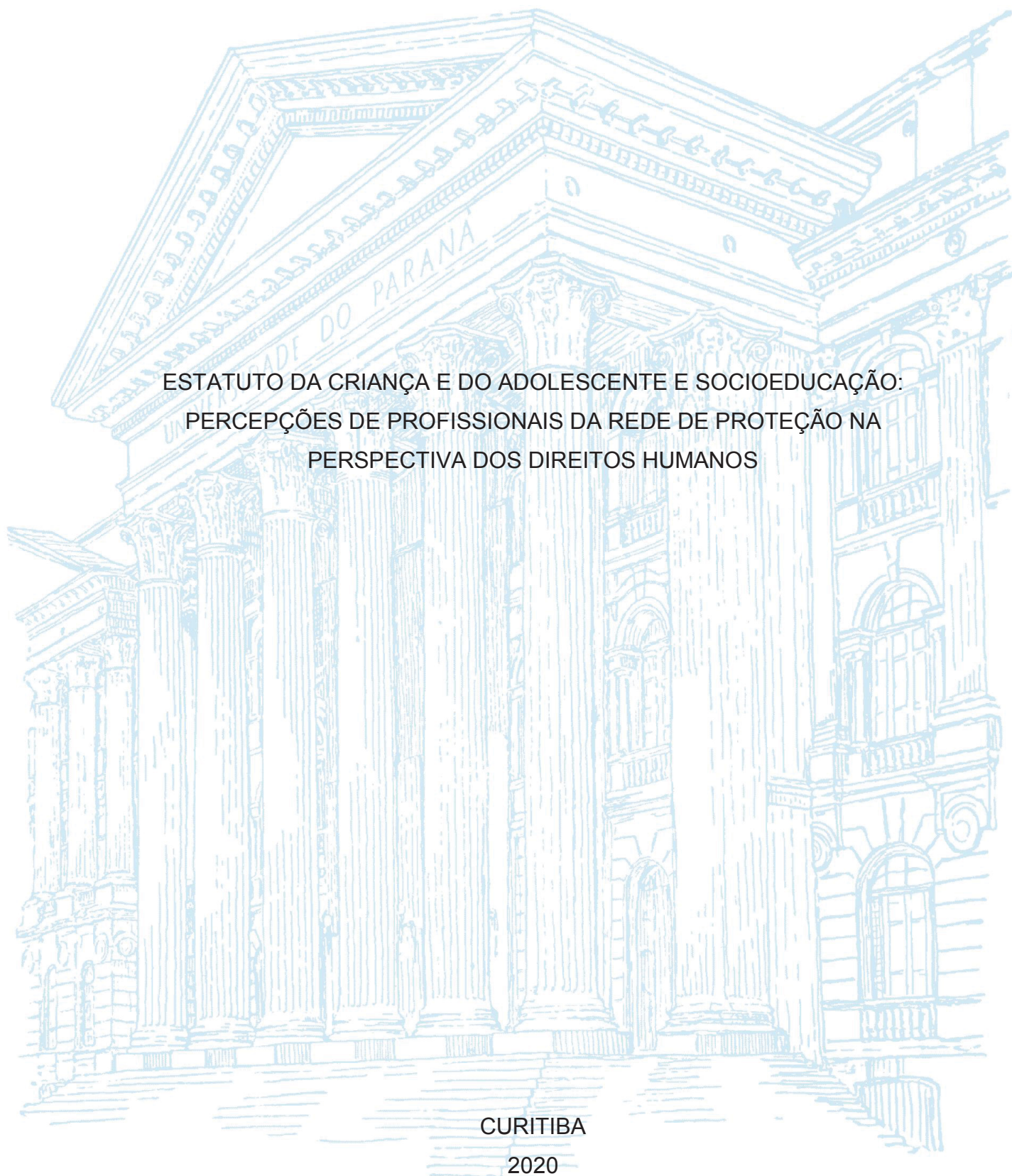
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSA ELENA BUENO

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SOCIOEDUCAÇÃO:
PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA REDE DE PROTEÇÃO NA
PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

CURITIBA

2020



ROSA ELENA BUENO

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SOCIOEDUCAÇÃO:
PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA REDE DE PROTEÇÃO NA
PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Araci Asinelli-Luz

CURITIBA

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Bueno, Rosa Elena.

Estatuto da Criança e do Adolescente e socioeducação : percepções
de profissionais da rede de proteção na perspectiva dos direitos humanos
/ Rosa Elena Bueno – Curitiba, 2021.

179 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Profª Drª Araci Asinelli-Luz

1. Educação. 2. Direitos Humanos – Adolescentes. 3. Socioeducação.
4. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 5. Sistema Nacional de
Atendimento Socioeducativo (Sinase). I. Título. II. Universidade Federal do
Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ROSA ELENA BUENO** intitulada: **Estatuto da Criança e do Adolescente e Socioeducação: percepções de profissionais da rede de proteção na perspectiva dos direitos humanos**, sob orientação da Profa. Dra. ARACI ASINELLI DA LUZ, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Março de 2020.

Assinatura Eletrônica
28/05/2020 20:03:16.0
ARACI ASINELLI DA LUZ
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
11/06/2020 17:39:40.0
AMADEU ROSELLI CRUZ
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

Assinatura Eletrônica
29/05/2020 09:20:21.0
MARLENE SCHÜSSLER D'ARÓZ
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
09/06/2020 14:07:20.0
ERICO RIBAS MACHADO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica
27/05/2020 18:37:56.0
JOSÉ CARLOS FERNANDES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ/COMUNICAÇÃO)

Dedico essa tese aos estudiosos que se interessem pelo desenvolvimento humano, pelos direitos humanos de crianças e adolescentes, a todos os acadêmicos que ocuparão cargos em quaisquer equipamentos da rede de proteção: Instituições de ensino, CRAS, CREAS, CENSE, PEMSE, Conselho Tutelar, CAPS, bem como aos profissionais que atuam na educação, na socioeducação, na rede de proteção, em especial, aos participantes desta pesquisa e àqueles atuantes no contexto imediato de crianças e adolescentes. Minha dedicatória igualmente é para familiares e amigos de convivência de crianças, adolescentes e jovens, por contribuírem cotidianamente com o desenvolvimento humano desses segmentos da população.

Dedico também à minha amada e admirada orientadora, cujos ensinamentos marcarão para sempre minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado saúde para que eu conseguisse lutar e persistir tentando chegar até aqui, bem como pela energia necessária para cumprir com os requisitos do doutorado e elaborar esta tese.

À minha rainha, professora Araci Asinelli-Luz, pelo acolhimento, pela motivação, paciência, confiança e incentivo.

À querida e amada Dr^a Marlene S. D'aroz, por ter contribuído muito com a minha tese durante o processo de qualificação, por ter iluminado meu percurso acadêmico desde o mestrado com sua sabedoria, experiência e, principalmente, pela amizade.

Ao excelentíssimo professor Dr. Amadeu Roselli-Cruz, UFMG, por ler cautelosamente meus trabalhos e orientá-los com tanto cuidado e carinho.

Ao ilustre jornalista José Carlos Fernandes, que vem acompanhando minha trajetória desde o mestrado e me inspirando, com sua veia defensora de direitos humanos, a cada produção.

Ao professor Dr. Érico Ribas Machado pelas excelentes contribuições.

Ao professor Dr. Ricardo de Sá, por sempre nos incentivar e ensinar a complexidade dos fenômenos e os caminhos para a produção de uma boa tese.

À professora Dr^a Evelcy Monteiro Machado, por enriquecer esta tese com suas propostas do campo da Pedagogia Social.

A todos os professores da Linha de Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, pela dedicação, seriedade e motivação.

Aos familiares, filhos, netos e amigos, por compreenderem meus momentos de ausência. Ao meu pai, *in memoriam*, por me ensinar os caminhos da honestidade, da humildade e por me fazer acreditar no meu potencial.

À minha amada mãezinha, por sempre me apoiar, por me ajudar no cuidado com meu filho e minhas filhas, por permitir que eu chegasse até aqui.

Aos meus colegas de trabalho do Colégio Estadual Helena Kolody, com quem convivi durante esses 23 anos de carreira e, em especial, ao meu companheiro de trabalho, de luta e de trajetória de vida, Adão Aparecido Xavier, pela paciência e pelo cuidado comigo ao longo desse percurso.

EPÍGRAFE

Sabei Cristãos, sabeis príncipes, sabeis ministros, que se vos há-de pedir estreita conta do que fizestes, mas muito mais estreita do que deixastes de fazer. Pelo que fizeram, se hão-de condenar muitos; pelo que não fizeram, todos. As culpas por que se condenam os réus são as que se contêm nos relatórios das sentenças: lede agora o relatório da sentença do Dia do Juízo e notai o que diz: *Discedite a me, maledicti in ignem æternum*: «Ide, malditos, ao fogo eterno».—E por quê?— *Non dedistis mihi manducare non dedistis mihi potum, non collegistis me, non cooperuistis me, non visitastis me*. Cinco cargos, e todas as omissões: «porque não destes de comer, porque não destes de beber, porque não recolhestes, porque não visitastes, porque não vestistes». Em suma, que os pecados que ùltimamente hão-de levar os condenados ao Inferno, são os pecados de omissão.

Sermão da Primeira Dominga do Advento
(1650) PADRE ANTÓNIO VIEIRA, Pregado na
Capela Real, no ano de 1650 – Sobre o dia do
Juízo Final a respeito do pecado da Omissão.

RESUMO

Estes estudos sobre a percepção dos profissionais da rede de proteção foram realizados durante o doutorado, na linha de pesquisa: Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná/UFPR. O objetivo geral desta tese consistiu em analisar de que forma o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) tem contribuído para o (des)envolvimento humano de adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo no Paraná, a partir da seguinte questão norteadora: Quais avanços e retrocessos na socioeducação são percebidos pelos profissionais a partir do ECA/1990 e da previsão do SINASE/2006? Para os encaminhamentos teóricos e metodológicos, foi realizada uma busca integrativa em quatro bases de dados: ERIC, PsycINFO, SciELO e CAPES. Dentre as referências estão Bronfrenbrenner (2011), Vygotsky (1984), Morin (2006). Os documentos sobre direitos humanos foram retomados à luz de Bobbio (1982), Costa (2001), Hobbes (2006), entre outros. Onze profissionais, com experiência em CRAS, CREAs, PEMSE, CENSE e PROEDUSE, concordaram em participar da pesquisa. Os instrumentos de coleta de dados consistiram em um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista narrativa, conforme orientação de Creswell (2014). Para análise dos dados, foi utilizado o software IRAMUTEQ e as orientações de Eco (1990) sobre os limites das interpretações. Dos resultados se destaca a falta de subsídios por parte do poder judiciário para que se cumpram as leis de proteção ao socioeducandos e familiares, para que lhes sejam oportunizados o acesso à saúde, ao tratamento à dependência química, à educação e à inserção no mercado de trabalho. Espera-se sensibilizar a rede de proteção e os gestores das políticas para a Infância e a Adolescência para a prioridade biopsicosociocultural e legal. Pretende-se também aprofundar a reflexão sobre o compromisso humanitário, autoético, antropológico, socioético e planetário com a formação para a prevenção a todas as violações e violências, a que são submetidas cotidianamente crianças e adolescentes. Ressalte-se a necessidade de reduzir as vulnerabilidades, atentar para o acesso a armas, drogas e o recrutamento para o tráfico, que culminam com os índices crescentes de mortalidade infanto-juvenil. É necessário ressignificar os papéis individuais e de rede dos diferentes profissionais e atores sociais, bem como intensificar-se os esforços visando à implementação do ECA e do SINASE para garantir o acesso aos direitos humanos em todos os contextos bioecológicos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. SINASE. Adolescente. Medida socioeducativa. Educação.

ABSTRACT

The studies on the perception of the protection network professionals were developed during the doctoral course in the research line Cognition, Learning and Human Development, from the Educational Department of Federal University of Paraná/UFPR. The general goal of this thesis was to analyze how the System of Rights Assurance (SGD) has contributed to the human development/involvement of adolescents and young people who have entered the socio-educational system in Paraná. The study is based on the following leading question: What advances and setbacks in socio-education are perceived by professionals from the Child and Youth Statute (ECA/1990) and the forecast of National System of Correctional Education (SINASE/2006)? For the theoretical and methodological guidelines, an integrative search was performed in four different databases: ERIC, PsycINFO, SciELO and CAPES. Among the references are Bronfenbrenner (2011), Vygotsky (1984), and Morin (2006). The documents on human rights were taken up in the light of Bobbio (1982), Costa (2001), Hobbes (2006), among others. Eleven professionals agreed to participate in the research. They have a great deal of experience in Social Assistance Reference Centers (CRAS), Reference Center for Specialized Social Assistance (CREAs), Poles for Execution of Educational Correctional Measures (PEMSE), National Center for Socio-Educational Education (CENSE) and Educational Program of the Socio-Educational Units (PROEDUSE). The data collecting tools comprised a socio-demographic questionnaire and a narrative interview script, as instructed by Creswell (2014). For data analysis it was used IRAMUTEQ software, and guidelines by Eco (1990) on the limits of interpretation. The results emphasize the lack of support from Judiciary Branch to fulfill the laws of protection to the socio-educational and family members in order to give them access to health, treatment to chemical dependency, education and inclusion into the labor market. It is expected to raise awareness among the Childhood and Adolescence Protection Network and policy managers of the bio-psycho-cultural and legal priority. It is also intended to deepen reflection on the humanitarian, self-ethical, anthropopoetic, social and planetary commitment with the formation for the prevention of all the violations and violence, to which children and adolescents are submitted daily. The need to reduce vulnerabilities, to pay attention to access to weapons, drugs and recruitment for trafficking, which culminate in growing rates of infant and youth mortality, should be highlighted. It is necessary to give new meaning to individual and network roles of the different professionals and social actors, as well as to intensify efforts to implement ECA and SINASE to guarantee access to human rights in all bioecological contexts.

Keywords: Human Development. SINASE. Adolescent. Socioeducative measure. Education.

RESUMEN

Estos estudios sobre la percepción de los profesionales en la red de seguridad se realizaron durante el doctorado, en la línea de investigación: Cognición, Aprendizaje y Desarrollo Humano, del Sector de Educación de la Universidad Federal de Paraná / UFPR. El objetivo general de esta tesis fue analizar cómo el Sistema de Garantía de Derechos (SGD) ha contribuido para el (de) crecimiento humano de adolescentes y jóvenes egresados del sistema socioeducativo en Paraná, en base a la siguiente pregunta orientadora: ¿Qué avances y retrocesos los profesionales de ECA (1990) y SINASE (2006) perciben los en la educación social? Para las referencias teóricas y metodológicas, se realizó una búsqueda integradora en cuatro bases de datos: ERIC, PsycINFO, SciELO y CAPES. Entre las referencias se encuentran Bronfrenbrenner (2011), Vygotsky (1984), Morin (2006). Los documentos de derechos humanos fueron tomados a la luz de Bobbio (1982), Costa (2001), Hobbes (2006), entre otros. Once profesionales, con experiencia en CRAS, CREA, PEMSE, CENSE y PROEDUSE, aceptaron participar de la investigación. Los instrumentos de recolección de datos consistieron en un cuestionario sociodemográfico y un guión de entrevista narrativa, de acuerdo a las orientaciones de Creswell (2014). Para el análisis de datos, se utilizó el software IRAMUTEQ y las pautas de Eco (1990) sobre los límites de las interpretaciones. Los resultados destacan la falta de subsidios por parte del poder judicial para cumplir con las leyes que protegen a los miembros socioeducativos y familiares, a fin de proporcionarles acceso a la salud, tratamiento para la drogadicción, educación e inserción en el mercado laboral. Se espera la sensibilización de la red de protección y los gestores de políticas para niños y adolescentes para la prioridad biopsicosociocultural y legal. También se tiene la intención de profundizar la reflexión sobre el compromiso humanitario, auto-ético, antropológico, socio-ético y planetario con la capacitación para la prevención de todas las violaciones y violencia, a la que los niños y adolescentes son sometidos diariamente. Se resalta la necesidad de reducir las vulnerabilidades, prestar atención al acceso a las armas, las drogas y el reclutamiento para el tráfico, que culminan en las crecientes tasas de mortalidad infantil y juvenil. Es necesario volver a significar los roles individuales y de red de diferentes profesionales y actores sociales, así como intensificar los esfuerzos destinados a implementar ECA y SINASE para garantizar el acceso a los derechos humanos en todos los contextos bioecológicos.

Palabras clave: Desarrollo Humano. SINASE. Adolescente. Medida socioeducativa. Educación.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – BONECAS RUSSAS QUE ILUSTRAM O PARADIGMA BIOECOLÓGICO	50
FIGURA 2 – O MODELO PPCT: PROCESSO – PESSOA – CONTEXTO – TEMPO	51
FIGURA 3 – FORMAS ATIVAS RESULTANTES DA PRIMEIRA QUESTÃO	84
FIGURA 4 – DENDOGRAMA: UCE DE TODAS AS REPOSTAS	86
FIGURA 5 – DENDOGRAMA GERAL: APROXIMAÇÕES SIMILARES POR FILOGRAMAS.....	87
FIGURA 6 – ANÁLISE FATORIAL DE CORRESPONDÊNCIA/ABC	99
FIGURA 7 – NUVEM DE PALAVRAS	100
FIGURA 8 – HOMICÍDIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL ENTRE 1980 E 2014.....	125
FIGURA 9 – ÓBITOS E TAXAS DE HOMICÍDIO DE ADOLESCENTES 2017	126

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – BASE DE DADOS: PSICOINFO	63
QUADRO 2 – BANCO DE DADOS: EDUCATION RESOURCES INFORMATION CENTER (ERIC)	64
QUADRO 3 – BANCO DE DADOS: EDUCATION RESOURCES INFORMATION CENTER (ERIC)	64
QUADRO 4 – BANCO DE DADOS: SCIELO	64
QUADRO 5 – BANCO DE DADOS: CAPES	65
QUADRO 6 – BASE DE DADOS: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (PPGE) – UFPR	66
QUADRO 7 – QUESTÕES SOCIODEMOGRÁFICAS SOBRE OS PARTICIPANTES	75
QUADRO 8 – OUTRAS EXPERIÊNCIAS NA REDE DE PROTEÇÃO	76
QUADRO 9 – BREVE DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES INERENTES AO CARGO	77
QUADRO 10 – SÍNTESES DAS RESPOSTAS SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA REDE DE PROTEÇÃO	79
QUADRO 11 – ASPECTOS POSITIVOS APÓS ECA E SINASE	81
QUADRO 12 – DIFICULDADES E POSSÍVEIS MELHORIAS FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS	83

LISTA DE SIGLAS

AFC	– Análise Fatorial de Correspondência
BNCC	– Base Nacional Curricular comum
CAPS	– Centro de apoio psicossocial
CASA	– Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
CEBRID	– Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas
CEEBJA	– Centro de Educação Básica de Jovens e Adultos
CENSE	– Centro de Educação Nacional Socioeducativo
CF	– Constituição Federal da República Federativa do Brasil
CHD	– Classificação Hierárquica Descendente
CNBB	– Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNCA	– Conselho Nacional da Criança e do Adolescente
CONANDA	– Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	– Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	– Centros de Referência Especializado da Assistência Social
DIH	– Direito Internacional Humanitário
DH	– Direitos Humanos
DUDH	– Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	– Educação de Jovens e Adultos
ERIC	– Education Resources Information Center
FAO	– Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEBEM	– Fundação do Bem Estar do Menor
FICA	– Ficha de acompanhamento do aluno ausente.
FUNABEM	– Fundação Nacional de Assistência ao Bem Estar do Menor
IASP-PR	– Instituto de Ação Social do Paraná
INN	– Instituto Interamericano del Niño
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Fundo das Nações Unidas
LA	– Liberdade Assistida
LOAS	– Lei Orgânica de Assistência Social
NOB	– Norma Operacional Básica

OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	– Organização das Nações Unidas
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
PAEFI	– Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	– Proteção e Atendimento Integral à Família
PEMSE	– Pólos de Execução de Medidas Socioeducativas
PMPR	– Polícia Militar do Paraná
PNE	– Plano Nacional da Educação
PNEBEM	– Política Nacional do Bem-Estar do Menor
PPCT	– Processo, Pessoa, Contexto e Tempo
PPGE	– Programa de Pós-Graduação em Educação
PROEDUSE	– Programa Educacional das Unidades Socioeducativas
PSC	– Prestação de Serviços Comunitários
RMN	– Região Metropolitana de Curitiba
SAM	– Serviço de Assistência a Menores
SINARM	– Sistema Nacional de Armas
SDG	– Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	– Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	– Sistema Único de Assistência Social
TCLE	– Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UNICEF	– Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
2.1	OS REFLEXOS DAS LEGISLAÇÕES NA CRIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA REDE DE PROTEÇÃO	24
2.2	A PERSPECTIVA DE ANTÔNIO CARLOS GOMES DA COSTA SOBRE ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	32
2.3	INTERFACES ENTRE COMPLEXIDADE, BIOECOLOGIA, COGNIÇÃO E DIREITOS HUMANOS.....	45
2.4	BUSCA INTEGRATIVA DA LITERATURA	59
3	ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	68
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	68
3.2	SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES	70
3.3	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	71
3.4	PROCEDIMENTOS ÉTICOS	72
3.5	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	72
4	RESULTADOS.....	74
5	ANÁLISE DOS DADOS	84
5.1	NEGAÇÃO DE DIREITOS: AINDA HÁ MUITA LUTA PARA SER TRAVADA...	101
5.2	FORMAÇÃO: O ALICERCE PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO	107
5.3	ADOLESCENTE: PRIORIDADE ABSOLUTA?	116
5.4	FAMÍLIA: FATOR DE RISCO OU PROTEÇÃO?.....	130
5.5	REDE DE PROTEÇÃO: COMO ENTRETECER AS FALHAS E REATAR OS NÓS?	138
6	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS	146
	REFERÊNCIAS.....	155
	APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.....	168
	APÊNDICE 2 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA NARRATIVA.....	170
	APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	171
	ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	175

TRAJETÓRIA

No meu percurso acadêmico, tenho graduação em Letras Português- Inglês pela UFPR (2003) e Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG. Conclui quatro especializações: Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (FACINTER-2004); Gestão Escolar (UFPR-2010); Mídias Integradas à Educação (UFPR/2013); Educação de Jovens e Adultos (São Braz-2015). Participei do Programa de Desenvolvimento de Professores de Inglês – PDPI, ofertado pela Fulbright/CAPEES, com imersão na Illinois State University/USA.

Atualmente, sou professora de Língua Portuguesa, inglesa e respectivas Literaturas, pertencente ao Quadro Próprio de Magistério (QPM), com formação pelo Programa de Desenvolvimento Educacional PDE- Secretaria de Estado da Educação do Paraná SEED/PR. Também leciono em Centro Socioeducativo pelo Programa de Educação em Unidade Socioeducativa/ PROEDUSE, como professora de Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos para adolescentes que cumprem medida socioeducativa com privação de liberdade. Participo da Comunidade de Pesquisa em Prevenção/CPP/UFPR.

Colaborei como autora do Livro Didático Público de Língua Portuguesa do Estado do Paraná, também na autoria e coautoria de materiais didáticos e objetos de aprendizagem colaborativa. Publiquei recentemente um livro na área de literatura e direitos humanos, vários capítulos de livros e artigos, frutos da dissertação do mestrado e da participação em Congressos Nacionais e Internacionais, Simpósios e Seminários. Orientei a produção de artigo final para certificação de professores PDE, na área de Língua Inglesa e no curso de Especialização em Pobreza e Desigualdade Social (UFPR). Atuei como tutora à distância no curso de Pedagogia ofertado pela UFPR.

Minha experiência de vinte e três anos dedicados ao magistério ocorre na região metropolitana norte de Curitiba, especificamente em colégios que atendem a estudantes oriundos de contextos desprovidos socialmente, cujos entornos se constituem de seis áreas de ocupação irregular. As turmas são heterogêneas, compostas por não somente por estudantes com necessidades socioeducacionais especiais, mas também pelos que cumprem medida socioeducativa como a Liberdade Assistida/LA, e/ou Prestação de Serviços Comunitários/PSC. O aumento dos índices de evasão escolar e de mortalidade de adolescentes e jovens nessa

região levou à necessidade de ampliar os conhecimentos sobre os processos formativos dos adolescentes, bem como a respeito das situações adversas a uma edificação humana saudável e o papel da educação e da socioeducação nesse contexto, assunto que me levou ao mestrado.

Conclui o mestrado em educação na UFPR em 2014, na linha de pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. Para a elaboração da dissertação, inspirei-me no romance Capitães da areia, de Jorge Amado, que partiu da realidade para produzir sua obra ficcional, ao passo que para a pesquisa do mestrado, partiu-se do primeiro capítulo do romance ficcional para investigar-se a realidade. Assim, foram convidados a participar Jornalista; Diretor(a) de Delegacia de Adolescente; Diretor(a) de Centro Socioeducativo/CENSE; Juiz da Vara da Infância e da Juventude, Mãe de Adolescente; Liderança Religiosa; Professores que atuam pelo Programa de Educação em Unidades Socioeducativas/PROEDUSE, Mães de adolescentes internos do CENSE e cinco adolescentes que tiveram a experiência de terem sido moradores de rua.

Das reflexões propostas pelos participantes da pesquisa de mestrado, ficou evidente a necessidade de dar voz aos profissionais que atuam no contexto imediato de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, de aprofundar as pesquisas a respeito da repercussão dos avanços e retrocessos na área de Direitos Humanos na Socioeducação, em especial após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente /1990 e da legislação prevista no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, SINASE/2006.

Dessa forma, ingressei no Doutorado em Educação, na linha de pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, com a proposta de verificar como o Sistema de Garantia de Direitos/SGD, o ECA, o SINASE, têm alavancado o desenvolvimento humano de crianças, adolescentes e jovens internos e egressos do sistema socioeducativo, na ótica dos profissionais da rede de proteção. Foram entrevistados profissionais que atuam na rede de proteção, em contato direto com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, em Centro Socioeducativo/CENSE/ PR, no PEMSE – Programas de Execução de Medias Socioeducativas, em Conselho Tutelar, em CREAS, CRAS e CEEBJA.

1 INTRODUÇÃO

Conforme exposto na trajetória, estudos realizados durante o mestrado acadêmico em Educação sinalizaram para investigar a percepção dos profissionais da rede de proteção sobre os avanços conquistados com o ECA. Também se considerou oportuno verificar quais os limites e possibilidades de sua concretização, bem como as propostas expostas no SINASE/2006. Para além dos dispositivos legais, importa verificar os impactos da legislação na vida de adolescentes internos e egressos dos Centros Socioeducativos/CENSEs, bem como na criação dos equipamentos que constituem a rede de proteção.

É notável o quanto o trabalho realizado pelo profissional da rede de proteção, individualmente e no coletivo, interfere nas concepções de vida que esses adolescentes foram construindo em seus microssistemas, com pessoas cujos valores morais e éticos nem sempre vêm ao encontro das expectativas de ética e moralidade edificadas historicamente. Da condição de vítima, alguns deles acabaram por se tornar vitimizadores; ao sofrerem inúmeras violências e violações de direitos humanos, alguns passaram a se tornar também violadores, num processo de circularidade que se retroalimenta e os coloca em situação de risco de vida e maior vulnerabilidade.

As ações desencadeadas pelos profissionais que participaram da pesquisa do mestrado refletem os processos de formação inicial e continuada que lhes foram oportunizados. Com isso, evidencia-se a importância de políticas de formação desse profissional para lidar com adolescentes em condição de risco iminente de vida.

As condições de cumprimento socioeducativo carecem de um olhar pormenorizado para a necessidade de articulação intersetorial, do reconhecimento do adolescente como uma pessoa em processo peculiar de desenvolvimento interpessoal. Práticas de prevenção à incidência e à reincidência devem estar pautadas nos planos de governo para o desenvolvimento sustentável dessa população. A articulação da rede de proteção pode ser um caminho exitoso para prevenir práticas de ações infracionais. Esses estudos primam por compreender melhor como os profissionais percebem avanços e retrocessos para o cumprimento da doutrina da proteção integral.

Os pressupostos para esses estudos defendem que as convenções sociais, os tratados e conferências nacionais e internacionais, dentre outros eventos em

defesa dos direitos humanos, ao longo do tempo, desencadearam a elaboração de leis que deveriam assegurar a ascensão social a crianças e adolescentes, porém as pesquisas realizadas na ocasião do mestrado levam à afirmação de que a redução das vulnerabilidades não se verifica e têm levado muitos adolescentes ao óbito, em função do descumprimento do ECA, da arbitrariedade do Estado e o aumento da oferta no comércio de armas e drogas, em especial, na Região Metropolitana Norte de Curitiba.

Dentre as legislações construídas ao longo dos debates propostos nesses eventos, destaque-se a lei federal número 8.069/1990, que regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa normativa desencadeou no Sistema de Garantia de Direitos/SGD avanços na criação de equipamentos que objetivem a proteção e a prevenção para um desenvolvimento humano saudável. Em 2006, surgiu a Lei nº 12.594, que preconiza como deve funcionar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE. Apesar de tantos artigos de lei ter sido elaborados para reduzir danos e violações, verifica-se que não são suficientes para serem implementados na prática, por diversos fatores, dentre os quais, a falta de recursos humanos para atuar em prol da infância e da juventude desse país.

A pesquisa durante o mestrado mostrou que, de acordo com profissionais da rede de proteção, ainda há muito que ser feito para que a criança seja de fato e de direito considerada prioridade absoluta por parte do poder público. Isso se evidenciou na opinião dos profissionais entrevistados, dentre eles, os operadores do direito, os técnicos, assistentes sociais, psicólogos, atuantes nos CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, instituições de acolhimento, nas escolas de educação básica e no PROEDUSE.

A justificativa para os estudos propostos nessa tese requer uma retomada dos encaminhamentos metodológicos utilizados para a produção da dissertação do mestrado em Educação, intitulada “Capitães de areia ontem e hoje: uma releitura à luz dos Direitos Humanos” (2014). Utilizou-se como metodologia o capítulo que inicia o romance de Jorge Amado, (1937), no qual vários atores sociais da década de trinta se pronunciaram a respeito do destino que deveria ser dado aos “menores infratores” que eram atendidos pelo “Reformatório” da época, a luz do julgamento do “juiz de menores”, fruto de sua formação baseada no “Código de Menores” (1924).

Estudos anteriores mostraram que há poucas pesquisas no campo da Educação e da Socioeducação, envolvendo como participantes pessoas atuantes no

trabalho com adolescentes internos e/ou egressos de sistema socioeducativo. Como se verá pormenorizadamente na revisão integrativa. São raros os estudos relacionados à socioeducação, articulados aos direitos humanos, nos quais os profissionais que atuam na rede de proteção e nos programas de execução de medida socioeducativa tenham tido a oportunidade de opinar sobre os avanços na vida dos adolescentes. Também não foram encontradas pesquisas envolvendo esses profissionais da rede de proteção com reflexões fundamentadas em paradigmas pertinentes à linha de pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, em Educação.

A tese que se pretende defender é que a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente houve avanços na implementação dos direitos da infância e da adolescência no Brasil. Os profissionais atuantes na área da socioeducação, do direito, das diversas instituições que compõem a rede de proteção evidenciam o caráter protetivo da socioeducação. O SINASE veio para fortalecer a prevenção e as medidas protetivas. Importa levantar uma bandeira de luta para sua efetiva implementação em todas as unidades socioeducativas, PEMSE, CRAs e demais instituições voltadas para a socioeducação. Igualmente, os profissionais e usuários dos equipamentos da rede de proteção precisam se articular para lutar pela efetiva garantia do sistema de garantia de direitos (SGD).

Considera-se importante, do ponto de visto acadêmico, trazer alguns preceitos presentes não somente no campo dos direitos humanos, mas também correlacionar o debate ao paradigma da bioecologia do desenvolvimento humano e da complexidade. Não foram encontrados trabalhos que articulassem essas concepções a partir das vozes das pessoas que interagem no contexto imediato dos socioeducandos. Dentre elas, professores atuantes com internos e egressos de CENSE, agentes socioeducadores (atualmente agentes de segurança), diretores e vice-diretores das unidades socioeducativas, assistentes sociais e psicólogos (as) dos programas de execução das medidas, profissionais que atuam na rede de proteção: Conselho Tutelar; nos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica - CRAS, Centros de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS e demais equipamentos responsáveis pela implementação do SINASE.

A experiência na docência com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, tanto na Prestação de Serviços Comunitários/PSC como na Liberdade Assistida/LA, causa inquietude por explicitar a necessidade de

políticas públicas que assegurem de fato os direitos previstos aos socioeducandos. Verifica-se que são desprovidos socialmente, o que aumenta a condição de vulnerabilidade. Isso requer programas de atendimento para que tenham acesso a uma vida digna com oportunidades sustentáveis de prosseguir com os estudos no ensino regular ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, para que seja assegurada a convivência familiar e a inserção no mercado de trabalho, conforme previstos na legislação vigente.

O trabalho cotidiano nas escolas situadas em regiões metropolitanas impulsiona à busca por aportes teóricos e pesquisa de campo que permitam compreender melhor o fenômeno das violências e violações de direitos. Os índices de mortalidade envolvendo essa população vêm crescendo. Assim, importa ouvir a opinião não somente a voz dos trabalhadores da educação, mas dos demais trabalhadores atuantes como operadores do direito para disseminar suas percepções a respeito dos limites e das reais possibilidades da **(re) socialização**.

Essa pesquisa tem como justificativa social a proposta de ressaltar a importância da formação humana desde a mais tenra idade. Defende que é possível sim construir uma sociedade constituída por pessoas mais humanizadas, voltadas para disseminar a cultura da paz, com habilidades pró-sociais para despertar o humano de cada ser com quem houver interação social. É possível superar os ideais do consumismo e do egocentrismo para acentuar a empatia e a identidade terrena, de formar autóctones com o senso de pertencimento a uma grande aldeia global. Para que isso ocorra, pequenas práticas cotidianas precisam nortear o rumo de nossas ações. A prevenção e a priorização das futuras gerações no campo das políticas públicas podem reverter esse quadro caótico de violência da atualidade.

As relações conceituais impelem a fortalecer o potencial para que os adolescentes em cumprimento de medida possam ressignificar seus projetos de vida. Diante dessas ponderações, indignações e inquietudes, emergiu uma questão norteadora que delimitou o problema dessa tese: Quais avanços e limites no sistema socioeducativo são percebidos pelos profissionais da rede de proteção a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente/1990 e da previsão do SINASE/2006?

O objetivo geral consistiu em analisar a perspectiva dos profissionais que atuam nos equipamentos da rede de proteção sobre os reflexos do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, especialmente após o SINASE/2006, no

desenvolvimento humano de adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo.

Os objetivos específicos propuseram descrever os avanços no campo dos Direitos Humanos, da infância e da adolescência, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e do SINASE (2006); Explicitar as opiniões dos profissionais que atuam na socioeducação; Investigar a ação profissional da Rede de Socioeducação na RMN; Contribuir para os Direitos Humanos de adolescentes em medida de socioeducação; Analisar os benefícios no desenvolvimento humano dos socioeducandos, a partir da vigência do SINASE, segundo os profissionais da rede de proteção.

Para a fundamentação teórica, contribuíram com essas reflexões a Teoria da Complexidade e da Bioecologia do Desenvolvimento Humano, além de alguns autores da área da cognição e da afetividade e dos Direitos Humanos. Autores como Edgar Morin e Urie Bronfenbrenner permitem enfatizar a necessidade de articulação intersetorial. Seus postulados enaltecem a eficácia da prática de um plano de ação intersetorial, elaborado coletivamente, com a presença de representantes dos diversos equipamentos que compõem a rede de proteção.

Com o intuito de encontrar respostas para atingir-se a esses objetivos, esse trabalho foi dividido em cinco capítulos, cada um contendo alguns subcapítulos. O trabalho inicia com a trajetória de pesquisa da autora e os motivos que a levaram para essa proposta. Na introdução, apresenta-se o problema, os pressupostos, a justificativa e os objetivos.

No primeiro capítulo, há uma proposta para a fundamentação teórica, composta por cinco subtítulos. O primeiro apresenta os equipamentos da rede de proteção criados para efetivar o sistema de garantia de direitos (SGD). Em seguida, a perspectiva de um dos redatores do ECA, o eminente pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa; Os subtítulos seguintes trazem as contribuições da teoria da complexidade, da abordagem bioecológica, das diferentes perspectivas a respeito dos direitos humanos e, por fim, uma busca integrativa na literatura.

O segundo capítulo apresenta os encaminhamentos metodológicos, que se constitui de uma breve descrição do campo de estudo, de como se deu a seleção dos participantes, os procedimentos de coleta de dados, éticos e de análise e interpretação dos mesmos. O terceiro capítulo apresentará os resultados; O quarto a análise dos dados e o quinto as conclusões e as considerações propositivas. Por

fim, seguem as referências e os anexos que contém os instrumentos de pesquisa, o questionário sociodemográfico e o roteiro para entrevista narrativa, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e o Parecer Consubstanciado do Comitê de ética.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 OS REFLEXOS DAS LEGISLAÇÕES NA CRIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA REDE DE PROTEÇÃO

Os avanços no campo das ciências jurídicas, visando a beneficiar a classe trabalhadora e equilibrar os desníveis das desigualdades sociais que marcam a construção histórica do Brasil, foram possíveis por meio de muita luta. Houve muitos enfrentamentos por parte de movimentos sociais organizados para cada conquista.

A história das desigualdades sociais no Brasil se intensificou a partir da década de trinta, com o advento da industrialização e do processo de urbanização. Esses fatos históricos demandaram a organização de movimentos militantes em prol de políticas de assistência social durante o governo de Getúlio Vargas. Fazia-se necessário ressignificar o olhar para que as práticas de distribuição de renda passassem a adquirir status de direito, e não mais ficassem a mercê de situações benevolentes e caridosas por parte da Igreja Católica ou pequenas ações reparadoras impetradas pela Aristocracia.

Com a Constituição Federal de 1988, a assistência social se torna política pública que repercute na elaboração da Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS em 1993, do Sistema Único de Assistência Social SUAS, em 2004 e da NOB – Norma Operacional Básica - em julho de 2005. Esses instrumentos consequenciaram na criação dos Centros de Referência de Assistência Social, CRAS. Com isso, foi possível regulamentar os projetos voltados para atender as demandas da população em condições de extrema vulnerabilidade social e econômica, intensificar os laços familiares, comunitários e buscar o desenvolvimento de potencialidades. Também, a partir da LOAS, já havia a previsão de criação dos CREAS – Centros de Referência Especializado de Assistência Social, visando a subsidiar vítimas de violação de direitos que sofreram violência no contexto intra-familiar, vítimas de aliciamento ao narcotráfico, de exploração sexual, dentre outras.

A normatização dos CRAS E CREAS traz a garantia da assistência social como direito do cidadão, e não como gesto de solidariedade passível de estimular situações de “trocas de favores”. “Com os recentes reordenamentos institucionais no contexto das políticas públicas, sobretudo no que se refere à política de assistência

social, observa-se uma constante expansão no número dos CREAS". (FLORENTINO, 2014).

A criação desses equipamentos levou à ampliação de cargos para diversas categorias de profissionais de nível superior em campos como Direito, Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Antropologia, Filosofia, Economia Doméstica, dentre outros. Também houve geração de empregos para as equipes de referência multiprofissionais, incluindo-se os profissionais cuja responsabilidade seria ofertar a proteção social às crianças vítimas de abuso e exploração sexual, bem como a seus familiares.

O Ministério Público do Paraná compreende o CREAS a partir da Lei nº 12.435/2011, como uma unidade pública estatal que abrange os municípios e determinadas regiões. Os CREAS Regionais podem ser de responsabilidade do poder público local, ou de outras esferas, a depender do acordo pactuado entre os segmentos envolvidos. Trata-se de um equipamento da rede de proteção que se circunscreve nas políticas de Assistência Social regulamentado no SUAS, em consonância ao disposto na Tipificação de Serviços Socioassistenciais, fundamentada na Comissão Intergestores Tripartite – CIT, aprovada pela Resolução nº 109 de 11/12/2009¹.

A função dos profissionais seria ofertar o trabalho social de caráter contínuo a indivíduos que se encontrem em situação de risco pessoal ou social, devido ao fato de terem sofrido quaisquer formas de violação de direitos e necessitem de atendimento especializado. Dentre as políticas socioassistenciais, destaca-se o PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, que prevê apoio aos familiares de membros que se encontrem ameaçados, correndo riscos de vida e com direitos violados.

Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida/LA² e de Prestação de Serviços à Comunidade/PSC³ são incumbência dos

¹ Para maiores informações sobre o CREAS, acesse aqui a **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social/snas/livros/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/tipificacao-nacional-dosservicos-socioassistenciais>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

² Liberdade Assistida (LA) – Cabe medida de liberdade assistida, cujo cumprimento ocorre em meio aberto, quando por determinação judicial foi considerada a ação infracional não é gravíssima. O adolescente mantém o convívio familiar e comunitário, o prazo máximo é de seis meses, podendo ser prorrogado. A medida também pode ser revogada ou até mesmo substituída por outra. Precisa estar em interface com o SINASE e prevista no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo,

profissionais do CREAS. Dentre as funções previstas para o cargo, eles devem oportunizar aos socioeducandos e a seus familiares orientação socioassistencial. Acompanhá-los e apoiá-los para que consigam cumprir com as determinações impostas por juiz da Vara da Infância e da Juventude, ou em sua ausência, pela Vara Cível correspondente ao juiz singular.

O CRAS e o CREAS também atendem a demandas encaminhadas por meio do Conselho Tutelar, outro equipamento da rede de proteção criado para fortalecer o Estatuto da Criança e do Adolescente/1990. De acordo com o professor de Direito da Criança e do Adolescente e de Sociologia do Direito, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Ismael Francisco de Souza, as garantias previstas na CF/1988 para a proteção da infância no Brasil foram sendo minimamente asseguradas pelos governantes em função de pressões internacionais. Como experiências de grande relevância que constituíram parâmetros exitosos foram registradas “a Comuna de Paris; Os Sovietes Russos; Os Conselhos de fábricas; *Bed-Stuy Corporation*; e a *Ação G Direta Frontier*”. (SOUZA, 2013, p. 66).

A redação do anteprojeto de lei que visava à criação dos Conselhos Tutelares previa que estes poderiam ser compostos por cinco membros, dentre os quais três deles deveriam ter como pré-requisito a formação em curso de graduação na área de serviço social, educação, saúde, direito e/ou psicologia. Um poderia ser indicado por entidades na área da defesa de direitos da infância e da adolescência, e outro membro por alguma instituição de atendimento. Esse equipamento da rede ainda não foi criado em quantidade o suficiente para atender às demandas sociais urgentes e necessárias. Em vários municípios, a criação do Conselho Tutelar só ocorreu e vem ocorrendo por intervenção e pressão do Ministério Público, por meio de ações civis públicas.

com o objetivo de promover subsídios para apoiar e aprimorar os serviços ofertados. A LA é a mais importante de todas as medidas, pois prevê que o adolescente conviva com seus familiares, envolvendo e atribuindo a esses a corresponsabilidade na execução das determinações judiciais. Também não há rompimento comunitário, pelo contrário, busca-se fortalecer os laços com a comunidade, além da orientação necessária e o apoio para operacionalização no cumprimento da LA. (ROSSATO et al, 2014, p. 360). Para ler mais sobre a medida de liberdade assistida, pesquisar Cabral e Silva, 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/70619/breve-analise-sobre-a-medida-socioeducativa-de-liberdade-assistida>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

³ A PSC – Prestação de Serviços à Comunidade levará em consideração as habilidades que o adolescente possua para lhe atribuir tarefas a serem cumpridas em uma jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados ou domingos e feriados, com a condição de que haja compatibilidade de horário com os estudos ou com a jornada de trabalho previamente desempenhado pelo adolescente. O período de cumprimento dessa medida também não pode exceder a seis meses.

De acordo com Ribeiro (2015), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) quantificou a quantidade de Conselhos Tutelares já existentes no Brasil em um total de 5.956, distribuídos em 5.559 municípios. Ainda o número de Conselhos Tutelares é insuficiente para atender às demandas. Municípios com uma média de 300.000 habitantes contam com apenas um Conselho Tutelar, composto por cinco membros, para atender às demandas da infância e da adolescência, que vão desde privação de alimentos, violência doméstica à evasão escolar. Em 2005, a Secretaria de Educação do Estado do Paraná lançou o programa de mobilização para inclusão escolar e a valorização da vida, denominado Fica comigo (Ficha de Comunicação do Aluno Ausente), atualizado com a troca de gestão do governo do Estado para o Programa presente na escola⁴.

O programa prevê ações como o envio de convocação para os familiares após três faltas consecutivas. Não tendo retorno dos responsáveis pelos faltosos, é acionado o Conselho Tutelar. Utiliza-se diversos meios de convocação e comunicação, inclusive cartas enviadas pelo correio, ou entregue diretamente no domicílio. Atualmente, todo esse trabalho é regulamentado e organizado no site do programa chamado Sistema educacional da rede de proteção (SERP), onde são feitas ações pontuais e sistemáticas no combate à evasão e abandono escolar.

As pedagogas, direção e secretária têm um login e senha de acesso restrito ao site, onde são feitas as ações: busca ativa (ligações, bilhetes, entre outros) ⁵; reuniões; envio de cartas registradas. Após as intervenções feitas pelas pedagogas a direção do colégio deve finalizar e enviar os casos, onde não aconteceu o retorno do/a estudante, para o CRAS dar continuidade no atendimento para o retorno de estudantes ausentes, através do Conselho Tutelar e demais elos da Rede de Proteção à Criança e Adolescente.

A experiência no campo da educação tem mostrado que há inúmeras demandas para os Conselhos Tutelares nas regiões metropolitanas, nos locais de maior vulnerabilidade econômica e social. Exigir dos conselheiros medidas para evitar a evasão escolar se torna algo até mesmo inexecutável. Emerge uma necessidade urgente de se criar mais Conselhos Tutelares para viabilizar tempo e

⁴ Ver mais sobre o Programa Presente na Escola. Disponível em: <<http://www.presentenaescola.pr.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2020).

⁵ Mais informações sobre o Programa Presente na Escola. Disponíveis em: <<http://www.redeprotecao.seed.pr.gov.br/serp/entrada.do>>. Acesso em: 1 fev. 2020.

condições de trabalho, para que programas que visem à permanência do aluno na escola não constem apenas no papel e possam se tornar prática cotidiana e exequível.

As causas da evasão nas séries finais do Ensino Fundamental II podem ser verificadas em casos nos quais a família se muda de lugar, o adolescente assume a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos, por falta de creche, ou arruma um trabalho, na maioria das vezes informal, e não consegue conciliar o estudo ao trabalho concomitantemente. Casos mais graves são verificados quando o adolescente se evade por ter sido aliciado para o comércio ilícito, ou por fazer uso de substâncias entorpecentes como usuário reiterado ou até mesmo dependente químico.

Nos casos considerados gravíssimos, quando se percebe que o/a adolescente está envolvido com o uso de entorpecentes, não somente na condição de usuário, mas também como dependente químico, não bastaria que a equipe pedagógica encaminhasse a situação para o Conselho Tutelar. Também se faz necessário buscar apoio junto ao CAPS-ad (Centro de apoio psicossocial para alcoólicos e drogaditos) criado em 2002, por meio da Portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002. O objetivo é atender aos pacientes com problemas relacionados ao uso excessivo de álcool ou outras drogas ilícitas no Brasil.

Os CAPS prestam serviços interdisciplinares ambulatoriais, primam por contribuir com a saúde mental e coletiva de uma comunidade, além de desempenhar um papel articulatório à rede de saúde. Classificam-se em CAPS I, CAPS II e CAPS III, destinados para pacientes com laudo de transtornos mentais graves. Estão regionalizados, tendo em vista o porte e a complexidade de uma determinada população, bem como sua respectiva abrangência.

Trata-se de um equipamento que surgiu em meados dos anos 80, a partir da reforma psiquiátrica brasileira. Quando educadores que atuam com a Educação Infantil, professores e demais profissionais percebem que a criança possa necessitar de um atendimento especializado na área da psiquiatria, podem verificar na região onde a creche ou escola estiver localizada onde ficam os CAPSI mais próximos. Esses atendem as especificidades infanto-juvenis, em casos de acometimento de demandas psiquiátricas como o autismo, neuroses graves ou psicoses, dentre outros distúrbios que possam comprometer as interações sociais.

Esses equipamentos atendem a pessoas com diferentes necessidades e histórias de vida que revelam uma intensa vulnerabilidade social e econômica provocada, em grande medida, pela violação de direitos humanos. Se as demandas socioeconômicas podem levar pessoas adultas e até mesmo idosas para a prática de ações criminosas, imagine os adolescentes, que são muito mais passíveis de serem manipulados para a prática de atos infracionais, por diversos motivos, como o abandono por parte de pessoas que deveriam ter responsividade e consciência de seu papel formativo, o abandono do Estado quando negligencia o cumprimento da lei, os apelos para o consumismo, veiculados frequentemente pela mídia, dentre outros.

As instituições construídas para atender à população infanto-juvenil com pena privativa de liberdade começaram com a Casa de Correção, para onde eram enviadas as pessoas com problemas mentais, menores de idade e filhos de escravos, data de 1979, conforme consta na Carta Régia. Em 1893, foram criadas as instituições para adolescentes acusados de delinquência e crianças abandonadas. Em 1907, foi inaugurada a Escola de Menores Abandonados com o objetivo de sofrerem os castigos, indiferente de ser adolescente ou jovem. Os reformatórios “isolavam os desviantes da ordem” para prevenir a “contaminação”. Getúlio Vargas criou o Serviço de Assistência a Menores (SAM) (1950), uma instituição para conter e reprimir a criança, o adolescente e o jovem (PEREZ; PASSONE, 2010, p. 652).

Em 1927, por força do Código de Menores, foram construídos os Reformatórios, concebidos sob a égide da doutrina da situação irregular, com o objetivo de encarcerar crianças abandonadas, ou que tivessem cometido alguma infração, visando à correção de sua conduta por meio da violência e violação da dignidade humana em todas suas dimensões. A partir daí, foram criadas a FUNABEM (1964), FEBEM (1967) e, com a promulgação do ECA/1990, os Centros de Socioeducação (CENSE).

Esses microssistemas, que fazem parte da rede de proteção, foram construídos para fazer valer a doutrina da proteção integral à infância e à adolescência, fruto dos avanços obtidos na área dos direitos humanos. Em 2012, foi elaborada a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro, intitulada Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Essa lei já tinha sido idealizada no ano de 2004, quando a Secretaria Especial de Direitos Humanos se uniu ao Conselho

Nacional da Criança e do Adolescente CNCA e à Fundação das Nações Unidas para a Infância /UNICEF para elaborar o SINASE, aprovado pela CONANDA de 13 de Julho de 2006, com o objetivo de assegurar o cumprimento dos preceitos de natureza sócio pedagógica das medidas socioeducativas previstas no ECA/1990. Trata-se de um sistema integrado cuja concepção ontológica prima pela interconexão entre os setores (intersectorialidade), além da corresponsabilidade da família, do estado e da sociedade.

O SINASE considera o Atendimento inicial a partir do momento em que se instaurou o processo para apurar o ato infracional de autoria ou coautoria do adolescente, cabendo aos órgãos como Segurança Pública, Ministério Público, Defensoria Pública, Juizado da Infância e Juventude e Assistência Social entrar em ação. Observe-se que cargos e equipamentos foram criados e tiveram seus quantitativos ampliados por força de lei, para efetivar a doutrina da proteção integral e salvaguardar o Sistema de Garantia de Direitos/SGD.

O SINASE dispõe do Plano Individual de Acompanhamento/PIA como dispositivo pedagógico essencial para assegurar a equidade no processo de desenvolvimento humano do socioeducando. As disposições previstas pelo SINASE devem ser compreendidas com maior profundidade pelos profissionais que atuam no contexto de interação imediata dos adolescentes, em especial os subitens seguintes que tratam da: execução das medidas socioeducativas; Dos direitos individuais; Da atenção integral à saúde de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa; Do atendimento a adolescente com transtorno mental e com dependência; Da avaliação e acompanhamento da gestão do atendimento socioeducativo, álcool e substâncias psicoativas. Também traz a previsão da avaliação e acompanhamento da gestão do atendimento socioeducativo. (NUNES, BOSCO, 2012).

Após as previsões do SINASE, surgiram os Pólos de Execução de Medidas Socioeducativas, os PEMSEs, para promover um trabalho de articulação com outros equipamentos da rede de proteção, como o CRAS, CREAS, além dos recursos para garantir a Proteção e Atendimento Integral à Família/ PAIF e o PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos). A proposta para os PEMSEs traz algumas crenças que consubstanciam os paradigmas idealizados para promover o desenvolvimento humano saudável e sustentável dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

A aposta é no apoio afetivo e emocional a ser dado aos adolescentes. O empoderamento para autonomia se fortalece por meio de educação de qualidade, práticas desportivo-culturais e de lazer. A formação profissional deve considerar as aptidões demonstradas por parte dos adolescentes. Igualmente importante é a ação de apoiar os familiares e a comunidade, a assistência pedagógica, social e o apoio psicológico. Esses são alguns dos ideais para possibilitar o ressignificar (em conjunto) de suas trajetórias de vida.

O PEMSE surge, então, a partir do SINASE, visando a assegurar condições reais para que os adolescentes tenham a oportunidade de seguir uma vida digna, possam resistir aos apelos do consumismo e do dinheiro imediato advindo das propostas do comércio ilícito. Mesmo diante da criação de tantos equipamentos para a efetivação concreta da doutrina da proteção integral visada pelo SGD, ainda é crescente o número de adolescentes indicados pelos juízes das varas da infância e da adolescência para cumprirem medidas socioeducativas, por estarem em autoria ou coautoria de atos infracionais.

É enorme a demanda pela construção de novas unidades socioeducativas, de novos equipamentos da rede de proteção, pela contratação de um efetivo maior de agentes socioeducadores, de professores e demais profissionais como psicólogos (as), assistentes sociais, pedagogos (as), enfermeiros (as) e médicos (as), que atuam no contexto imediato desses adolescentes. Emerge, diante disso, a questão norteadora dessa pesquisa já mencionada anteriormente, sobre a percepção dos profissionais a respeito dos reflexos do ECA e do SINASE para a socioeducação. A fim de aprofundar esses estudos, considerou-se oportuno trazer algumas reflexões propostas por Antônio Carlos da Costa, um dos idealizadores e redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente, como se verá no subcapítulo seguinte.

2.2 A PERSPECTIVA DE ANTÔNIO CARLOS GOMES DA COSTA SOBRE ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Antônio Carlos Gomes da Costa foi um dos grandes defensores dos direitos pertinente às crianças, adolescentes e jovens do Brasil. Atuou junto ao Congresso Nacional, militando na luta pela aprovação do ECA, para cuja redação foi colaborador assíduo. É autor de vários livros e artigos cujos temas defendem os direitos da infância e da juventude⁶. Em homenagem aos trinta anos do ECA, esse subcapítulo será dedicado ao seu legado para a educação e a socioeducação, tendo em vista alguns diálogos possíveis com outros teóricos da educação, cognição e do desenvolvimento humano.

Em palestra sobre o ECA/1990, Costa (2011) inicia suas reflexões tratando do artigo 227 da Constituição Federal, chamando a atenção para os deveres da família, da sociedade e do estado, de assegurar, ou seja, garantir direitos que têm um caráter de exigibilidade. O termo menor era utilizado em meados da década de trinta, quando estava em vigência a doutrina da situação irregular, na qual se incluíam as crianças abandonadas, que viviam em condição de extrema pobreza ou como moradores de rua. Esse termo “menor” endossava a concepção de infância e adolescência no Brasil, já no título do Código de Menores, 1948, que previa ações altamente punitivas e repressoras. Além de sugerir a vigilância para os possíveis infratores.

A criança não era considerada sujeito de direitos e deveres, mas objeto de intervenção jurídica. A convenção internacional dos direitos da criança versava sobre o direito superior da criança, a importância dada às necessidades das crianças e adolescentes, que passam a ser consideradas com absoluta prioridade. O direito à vida, saúde, alimentação, ao desenvolvimento pessoal e social. Os princípios que regem o Estatuto da Criança e do Adolescente⁷ se alicerçam no contexto da elaboração da Constituição Federal – CF/1988. Os preceitos constantes neste documento foram inspirados nas concepções sobre a reconstrução

⁶ Para conhecer mais concepções defendidas por Antônio Carlos Gomes da Costa, verificar no site: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2011/marco/morre-antonio-carlos-gomes-da-costa-um-dos-redatores-do-eca>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

⁷ Professor Antonio Carlos Gomes da Costa - Princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=It-bZaFuXP0>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

democrática da vida nacional, após o Brasil ter vivenciado mais de duas décadas de regime militar. Período ocorrido entre os anos 1964 e 1984.

A ideia suscitada norteadora da Constituição Federal CF/1998, baseava-se em princípios defendidos por instituições como a UNICEF, a Sociedade Brasileira de Pediatria, Movimentos Meninos de Rua, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, a OAB, a Pastoral do Menor, entre outras. Todos esses segmentos elaboraram duas emendas que foram apresentadas à constituinte: Uma se refere à criança como Prioridade Nacional, escrita com letra maiúscula para enaltecer a ética humanizante e civilizatória consubstanciada nesses documentos. A segunda se refere à criança no contexto da Constituição. Obtiveram o número de assinaturas necessárias para que fossem apresentadas como emenda de iniciativa popular⁸.

As duas emendas são frutos do projeto de convenção internacional dos direitos da criança que já vinha sendo debatido pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas ONU, desde 1979. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança foi publicada em 20 de novembro de 1989. Dos 54 artigos da convenção, 40 apresentam conteúdos substanciais que foram sintetizados no artigo 227 da Constituição Federal, apontando caminhos para que o Brasil pudesse caminhar no rumo certo, seguindo as trajetórias das democracias mais modernas exercidas no mundo ocidental.

Os três eixos principais para se compreender o artigo 227 da CF/88, que visam a assegurar o Sistema de Garantia de Direitos, podem ser sintetizados no Direito à Sobrevivência, ao Desenvolvimento Pessoal e Social e ao Respeito à integridade física, psicológica e moral. O dever da família de assegurar o direito à 'vida, saúde, alimentação, educação, profissionalização, respeito, liberdade, cultura' etc., aparece com primazia sobre o dever de outros segmentos como a sociedade e o Estado.

Costa (2011) salienta que o conteúdo dos direitos previstos neste artigo pode ser compreendido da seguinte forma: a sobrevivência é o princípio

⁸ O professor Paulo Roberto de Figueiredo Dantas explica que iniciativa popular e emendas constitucionais estão previstas no caput do artigo 60 da Carga Magna, quando prevê que mediante proposta de um terço dos membros da câmara dos deputados ou do senado federal, do presidente da República ou número superior a cinquenta por cento das Assembleias Legislativas dos Estados, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros (inciso III). O povo brasileiro tem a soberania popular, por meio do plebiscito do referendo e da iniciativa popular, conferidos no caput do artigo primeiro da CF Brasil enquanto Estado Democrático de Direito. (Texto extraído do meu "Curso de Direito Constitucional", 2ª edição, Editora Atlas, 2013).

fundamental defendido na Declaração Universal dos Direitos Humanos/DH/1948, quando se refere ao direito à vida como fundante dos direitos humanos. A saúde e a alimentação entram como direitos necessários para a manutenção da vida com dignidade. O desenvolvimento pessoal e social requer considerar o direito emancipatório de acesso à educação, às manifestações culturais, ao lazer e à profissionalização. O direito à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, está subjacente ao direito à integridade física, psicológica e moral.

A Doutrina da Proteção Integral está inspirada no espírito da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Trata-se da doutrina jurídica que preside a construção da normativa internacional para a infância e a juventude no âmbito das nações unidas. Nesse sentido, o direito é garantido a todas as crianças sem exceção alguma. Isso difere da Doutrina da Situação Irregular preconizada no antigo Código de Menores.

É pertinente retomar algumas considerações sobre as pessoas que tentam difundir a ideia equivocada de que o ECA só traz a previsão de direitos aos adolescentes, ou por má-fé ou por autotapeação, pois acusar o Estatuto de paternalista e benevolente permite inferências da falta de leitura atenta do Estatuto. Trata-se de:

Adeptos incorrigíveis dos instrumentos de controle social da infância e da adolescência gestados no regime de exceção – o Código de Menores e a Política Nacional de Bem-Estar do Menor –, desde a entrada em vigência do novo direito, tentam sistematicamente denegri-lo, descredenciá-lo e desmoralizá-lo perante a população, distorcendo o seu conteúdo e falseando a sua interpretação. (COSTA, 2001, p. 37).

O ECA divide opiniões e tem levantado polêmicas, especialmente quando uma parcela da população defende o endurecimento das medidas socioeducativas e a redução da maioridade penal. De um lado, é notável que o estatuto tenha contribuído para que políticas públicas voltadas à proteção da infância e da juventude fossem implementadas, intensificando na concretização da cultura de direitos. Cerioni (2019) publicou dados do Datafolha sobre a redução da idade penal, sinalizando que 2077 pessoas foram consultadas em 130 municípios entre 18 e 19 de dezembro de 2018. Desses, 84% concordam em reduzir de 18 para 16 anos, 14 % eram contra e 2% não opinaram. Dentre os favoráveis, 33% acreditam que a

medida deve considerar crimes mais graves, já 67% defendem que a redução deve abranger a quaisquer tipos de crimes. Em média, os entrevistados consideram que a idade de 15 anos é adequada para que os adolescentes sejam responsabilizados por seus atos infracionais.

O Estatuto é a única lei que traz explicitamente a regra para sua interpretação, visando a facilitar para o leitor o entendimento a respeito da intencionalidade ideopolítica do legislador ao redigir cada enunciado, como se pode verificar explicitamente no artigo sexto do ECA. As concepções norteadoras são apresentadas aos leitores didaticamente, pois elucida o que deve ser levado em conta na compreensão da lei, como quais são as suas finalidades sociais, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, a condição peculiar de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. (BRASIL, ECA, 1990).

Percebe-se um descompasso na faixa etária concebida para os efeitos do ECA quando se compara com as previsões sinalizadas pela Organização Mundial da Saúde/OMS. Para os efeitos jurídicos orientados pelo Estatuto, considera-se criança a idade entre zero e doze anos incompleto, e adolescente, entre doze e dezoito anos incompletos. Já a OMS estabeleceu um critério cronológico diferente, pois circunscreve a faixa etária da criança de zero a dez anos; A adolescência segue entre os dez até os dezenove anos, segunda década de vida, sendo que adolescentes jovens estão entre os quinze aos dezenove anos de idade, e adultos jovens, dos vinte aos vinte e quatro anos.

Ao elucidar sobre o porquê das crianças serem prioridade absoluta, Costa evidencia que as crianças não são conhecedoras dos seus direitos. Esse é um assunto que precisa pautar a agenda de formação dos diversos profissionais atuantes na rede de proteção. Em especial, os debates sobre os componentes curriculares em cursos de profissionalização docente para a educação básica, principalmente nas séries iniciais, considerando-se, inclusive, a pré-escola.

As crianças não têm recursos para satisfazerem por si próprias as suas necessidades vitais básicas, dependem de um jovem ou adulto para supri-las. A criança e o adolescente têm um valor prospectivo, na medida em que representam o futuro de sua família, pois se esta não tem descendente, o futuro da perpetuação de sua espécie, do povo, está em risco, bem como a humanidade. A criança e o

adolescente precisam ser valorizados em suas particularidades, pois em qualquer fase deve ser considerados um ser humano completo.

A relação conceitual entre sujeito de direitos e pessoa em condição peculiar do desenvolvimento implica pensar alguns direitos como, por exemplo, o direito de ir e vir, o bebê não pode exercer esse direito. O direito ao trabalho, não se aplica às crianças, o adolescente deve estudar e pode trabalhar em consonância às previsões legais, na condição de aprendiz dos 14 aos 16 e, a partir dessa idade, pode trabalhar regularmente. O adulto deve trabalhar e pode estudar. Especial atenção para o uso dos verbos “dever” e “poder”.

Há diferenciações no tratamento jurídico de acordo com a fase do desenvolvimento humano, pois a criança e o adolescente são inimputáveis penalmente. O Código Penal legisla sobre adultos, a partir dos 18 anos, já para os adolescentes estão previstas as medidas socioeducativas. Costa chama a atenção para que o primeiro elenco de direitos proposto no estatuto se refere aos direitos fundamentais. O segundo trata do desenvolvimento pessoal e social, à educação, à cultura ao lazer e à profissionalização. O terceiro se refere à liberdade, ao respeito, à convivência familiar obrigatória e comunitária. Garante a integridade física e psicológica.

Em seu livro intitulado "Por uma pedagogia da presença – da solidão ao encontro", Costa, 2001, traz concepções importantes para o campo da pedagogia, já defendidas por Paulo Freire e que estão inseridas em um dos cadernos do Instituto de Ação Social do Paraná/ IASP-PR, indicados para leitura àqueles que pretendem tentar concurso público e/ou processo seletivo interno para atuar no sistema socioeducativo. As propostas de estudos demonstram a preocupação com atendimento ofertado na socioeducação.

Ao discorrer sobre a pedagogia da presença, Costa (1991) correlaciona teoria e prática como proposta metodológica que orienta os caminhos e reflete sobre os possíveis descaminhos de uma ação socioeducativa. Aprofunda as discussões sobre a concepção epistemológica do processo de conscientização. O vocábulo “consciência” aparece com frequência nos discursos de intelectuais militantes e politizados que se empenham na luta pela transformação. O processo de construção da autonomia do educando enseja a edificação cognitiva de uma representação de si mesmo implica o autoconhecimento, o famoso preceito presente na máxima “Conheça-te a ti mesmo” defendido por Sócrates. (479-399 a.C.).

A percepção de si requer um olhar para as forças exteriores que afetaram o próprio processo desenvolvimental, implica apreender os fenômenos ocorridos nas interações sociais, históricas, culturais e geográficas. Igualmente, requer apreender a complexidade imbricada nas relações com o meio físico e social, que contribuíram para a edificação da própria subjetividade. A representação do “eu” permite descobrir, com criticidade reflexiva, o sentido de ser e estar no mundo, em constante interação com outros seres humanos.

A perspectiva adotada para a formação da consciência considera a indissolubilidade entre esta e o mundo do trabalho. A atividade produtiva é à base de sustentação para a formação da consciência crítica. Viabiliza a emancipação no pensar autônomo de um sujeito capaz de promover transformações, porque se reconhece como autobiográfico, ciente de que o mundo o qual faz parte está dividido em uma sociedade de classes socioeconomicamente assimétricas. Assim, cabe reafirmar as assertivas propostas por Karel Kosik, ao trazer reflexões sobre a *"Dialéctica del Concreto"* (1967), quando reafirma, por um lado, a dimensão teológica do trabalho enquanto projeção da consciência humana. Por outro lado, a dimensão ontológica da centralidade do trabalho como atividade produtiva fundamental para a existência humana.

No texto intitulado “Aventura pedagógica: caminos y descaminos de una acción educativa”, Costa (1991), faz uma distinção entre o aprimoramento político do socioeducando em direção à construção da consciência crítica e a realidade do contexto sociocultural no qual está inserido. Primeiramente, há de se considerar os saberes selecionados para pautarem os projetos educativos, por meio de instrumentos didático-pedagógicos que lhes possibilitem fazer correlações entre os aportes teóricos, os saberes historicamente sistematizados, e os conhecimentos espontâneos preexistentes construídos a partir de suas vivências reais e virtuais. Os componentes curriculares selecionados para compor o planejamento seriam o primeiro passo para buscar a tomada de consciência.

Para compreender melhor os processos de aquisição do conhecimento e da tomada de consciência, convém retomar os estudos realizados por Piaget (1977), no texto “A tomada de consciência”. O epistemólogo elucida como as assimilações e correlações conceituais e empíricas ocorrem no aparato cognitivo. A atividade mental do sujeito cognoscente sobre o fenômeno cognoscível permite a compreensão do processo no qual se constrói determinada estrutura cognitiva. O

sujeito é ativo na construção dos conceitos, por meio de uma ação reflexiva exercida sobre o objeto de conhecimento. É a tomada de consciência que permite a reconstrução representativa de como se transforma um esquema de ação em um conceito.

Se o planejamento do trabalho docente é considerado o primeiro passo para se pensar a dimensão pedagógica dos encaminhamentos teórico-metodológicos que podem levar à tomada de consciência, o segundo passo reside no processo de dialogicidade. Educador/ socioeducador devem oportunizar aos educandos/socioeducandos distinguir as relações conceituais entre os saberes, as implicações desses na sua realidade. É o momento de articular e correlacionar às partes fragmentadas. As assertivas para iluminar os caminhos pedagógicos a serem trilhados seriam o diálogo, a reflexão conjunta e as interações entre os conceitos, as relações intersemióticas que permitem estabelecer e compreender-se o nexos dos conteúdos.

A consciência significa o mundo, isso implica assumir diante dele uma atitude não de indiferença, mas atribuir-lhe um valor. Esse princípio não pode ter sido imposto de fora, introjetado no educando/socioeducando, dever ser (co) construído na interação dialógica. Projetar o mundo implica ainda romper com o imediatismo, esse insaciável devorador de horizontes, e desenvolver a vontade transformadora no plano da temporalidade. Trata-se de uma ação prospectiva.

Ao discutir sobre o Realismo Pedagógico, Costa (1991), chama a atenção para alguns rituais do jogo de faz de conta, presente nas relações docente-discentes. Um dos mitos é o da não-conflituosidade, do estar em harmonia a quaisquer preços – Assumir o conflito como parte necessária e inerente das relações de aprendizagem pode tornar o processo formativo mais saudável, e constitui o primeiro passo para uma ação formativa mais consciente.

Paralelo ao mito da não conflituosidade se encontra o mito da horizontalidade, a relação entre pares, de igual para igual, entre educador/educando, professor (a) /aluno (a). Trata-se de outro equívoco a ser enfrentado, pois não se pode invisibilizar a relação de poder que consubstancia o processo formativo entre uma pessoa mais experiente e outra menos experiente para determinados saberes. Isso por si só já permite afirmar que se trata sim de um exercício de poder.

Quanto mais habilidades pedagógicas os profissionais e os diversos atores sociais tiverem para lidar com as dimensões conflitantes dos relacionamentos,

melhores serão os resultados da multidimensionalidade imbricada no processo educativo. Situações conflituosas contribuem para a edificação da ética, do respeito e da moral. Os conflitos são inerentes às relações sociais e precisam ser debatidos com assertividade por ambos os interlocutores envolvidos neles, são uma parte intrínseca do movimento dialético que se manifesta no ambiente externo ao sujeito, nas trocas inter-psíquicas e afeta suas estruturas internas, modifica o processo assimilativo intra-psíquico.

A construção do juízo moral, segundo Piaget (1994), implica o reconhecimento do papel da autoridade e a conquista do respeito, impulsionador da obediência, que pode evoluir por meio de dois sentimentos formados por uma combinação binária: o amor e o medo. Embora aparentemente antagônicos, são complementares, o medo de perder o afeto da pessoa de referência causado pela desobediência é necessário para que se consolide o respeito na relação educativa.

O desafio consiste em não tornar o exercício do poder um objeto de manipulação e dominação arbitrária, sem que esteja imbricada em cada ação uma intencionalidade de formação emancipatória, politizada e humanizada, a serviço do educando. O termo hierarquia adquire, numa perspectiva pedagógica, o reconhecimento de que precisa ser utilizado para favorecer o desenvolvimento humano, pois é na dimensão humana, social e formativa que se encontra a raiz e o suporte do seu significado.

O terceiro mito em discussão se refere ao mito da naturalidade, da espontaneidade, sem que haja um planejamento previamente elaborado a ser seguido, situação na qual o educador ficaria à deriva da dinâmica circunstancial e natural dos acontecimentos. O espontaneísmo acentua a imprevisibilidade dos encaminhamentos pedagógicos e sustenta a artificialidade do processo educacional. Desconsidera a importância do direito de acesso aos componentes curriculares norteadores de uma formação humana integral, por meio de aprendizagens significativas. Desrespeita a equidade do direito de acesso aos saberes sistematizados. A espontaneidade aleatória espelha ações omissas e negligentes, dificultando experiências pedagógicas exitosas que poderiam atingir expectativas correspondentes à magnitude da significação dos resultados.

O quarto mito é o da suavidade. Ressalte-se que não tem como trilhar por um caminho cem por cento harmonioso e suavizado, quando se propõe ruptura de paradigmas por vezes cristalizados, abertura para novos olhares, disciplina,

concentração e clima favorável ao aprendizado. Por melhor projeto educativo que se tenha elaborado, as situações emergentes requerem dos profissionais um preparo psicológico e estratégico para imprevisibilidades que podem surgir, diferente de espontaneísmos.

Há de se considerar a aspereza desse processo como parte inerente a ele. O movimento dialético presente no processo de aquisição de novos saberes pode ser considerado, muitas vezes, árduo, pesado, doloroso e difícil. Pressupõe a ressignificação dos saberes preexistentes, das relações sociais vivenciadas no contexto da complexa teia de relações presentes nos diversos microssistemas educativos/socioeducativos. Essas considerações adquirem uma amplitude maior quando se pensa em espaços de privação de liberdade. No entanto, momentos de tensão, riscos e angústia nem sempre podem ser evitados, pois constituem parte da essência desse trabalho, por mais ações intencionalmente planejadas que se tenha.

Apesar disso, não se pode permitir sucumbir às situações adversas. Conhecer-las com maior profundidade pode fortalecer as estruturas internas que constituem a resiliência dos profissionais, para empreender planos de ações estratégicas capazes de minimizar o surgimento de situações emergentes. Assim, decisões difíceis precisam ser tomadas, haverá sim um desgaste que precisa ser sustentado e trabalhado, a imposição de limites nem sempre é tarefa fácil, pelo contrário, acolher as críticas e fazer à autocrítica são algumas dicas para a aceitação do desafio.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH confiou a consultoria a Antonio Carlos Gomes da Costa para orientar as publicações de guias e de diretrizes para o sistema socioeducativo. O objetivo principal consistiu em promover um alinhamento epistemológico, exequível, metodológico e prático aos programas voltados para atender as demandas da socioeducação. Preferencialmente, uma proposta que estivesse em consonância aos dispositivos constantes no SINASE, visando a nortear a formação de agentes socioeducadores, professores, gestores e equipe técnica composta por psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais que atuam no contexto imediato dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. (COSTA, 2006, p. 5).

O autor defende que as medidas socioeducativas precisam ter como princípio dar respostas a duas exigências: responsabilizar o autor de ato infracional para que repense o delito cometido. Trata-se de uma ação reativa de punição por

parte da sociedade, porém deverá estar fundamentada em princípios que favoreçam ao desenvolvimento humano do autor, visando à formação para a cidadania. A socioeducação precisa alcançar três objetivos que constituem o seu processo multidimensional. A primeira se refere à sua dimensão pessoal, à compreensão da complexidade da teia sistêmica de relações interpessoais, inter-psíquicas, sociais, culturais, macrossistêmicas, enfim, todo o contexto biopsicosociocultural no qual sua subjetividade foi (co) construída. O adolescente precisa compreender os motivos externos que contribuíram para seu *modus operandis* e *modus vivendis* de ser, estar e agir no mundo. Deve compreender as razões por que seu modo de ser e pensar consequenciaram em cumprimento de medida socioeducativa. Costa (2006, pp. 58-100).

A segunda dimensão a ser considerada é a cidadã, no sentido de que valores socioéticos como solidariedade, bem-estar coletivo, convivência harmoniosa com o meio social, precisam ser elaborados. O conceito de cidadania provém da ação filosófica civilizatória de se perceber como habitantes de uma determinada cidade, onde todos os cidadãos precisam desenvolver práticas comunitárias de convivência. Conviver em harmonia com outras pessoas, manter relações humanas amistosas e harmoniosas são habilidades pró-sociais que precisam ser desenvolvidas, visando ao bem-estar da coletividade. Constituem, portanto, parte integrante de quaisquer projetos educativos.

A terceira dimensão é concernente ao mundo do trabalho e suas tecnologias. Isso demanda reconhecer as transformações decorrentes dos processos de globalização dos mercados, o avanço do campo da cibernética e os novos modelos do processo produtivo, de como vêm se reconfigurando e inovando cotidianamente. Edgar Morin (2000) propõe que a articulação e a organização dos conhecimentos requerem a ruptura com paradigmas recorrentes que os fragmentam. Deve haver a formação do pensamento complexo para melhor se apreender as interconexões e ramificações constituintes da dinâmica do objeto analisado.

É necessário desfragmentar os conhecimentos e promover a (re) integração das múltiplas ciências para produzir a significação peremptória do fenômeno analisado. O modelo de educação bancária, criticado por Paulo Freire (1989) leva a repensar sobre as concepções que valorizam a racionalidade técnico-científica e o conteudismo. Faz-se necessária uma reforma do pensamento para que os sujeitos consigam articular, correlacionar, reorganizar os saberes construídos, trata-se de

uma reforma que traz a dimensão paradigmática, não necessariamente programática. A educação do futuro não pode mais considerar os saberes de forma fragmentada, desunida, compartimentada, precisa ser pensada sob o olhar da complexidade, da multidisciplinaridade, da transversalidade, do global e planetário. (MORIN, 2000, p. 35-36).

Costa (2001) retoma o patrono da educação brasileira, Paulo Freire, para demonstrar a convergência de concepções que ambos têm a respeito da socioeducação. O conceito de homem, mundo e conhecimento, a partir da perspectiva dialética marxista. Concebe o homem não enquanto um sujeito que se assujeita diante do opressor, mas um sujeito autobiográfico, capaz de escrever a sua história individual e contribuir para dar uma nova redação à história coletiva. Um sujeito autônomo capaz de reconhecer o opressor internalizado dentro de si, porém resiliente para não o exteriorizar, sensível para não fazer com que outras pessoas vivenciem a mesma situação de opressão por ele vivenciada. Disposto a romper com o fenômeno cíclico e retroalimentante de todas as formas de opressão.

Isso é possível se lhe tiver sido oportunizada uma formação ideológica e politicamente crítica, por meio da dialogicidade e da compreensão dos saberes significativos que lhe permitiram construir autonomia e autopercepção do quanto pode ser sim produto do meio histórico, social e cultural, numa visão determinista, mas também é capaz de se perceber produtor, com capacidade para transformar a si e ao meio social que o circunda.

O conceito de mundo traz a ambivalência da perspectiva de que o homem é produto do mundo, mas também atua ativamente como produtor, num fenômeno cíclico que permite produzir a transformação em ambos. Ao mesmo tempo em que o homem transforma o mundo, é também por ele transformado e vice-versa. O mundo, nessa perspectiva, transforma-se em indagação reflexiva, em uma inquietação permanente que impele o pensamento crítico sobre as ações que podem efetivamente transformar. (COSTA, 2001).

O “conhecimento” deve subsidiar a compreensão do que seria uma ação socioeducativa, como transformar essa ação em um processo de sensibilização capaz de promover a conscientização? A ação conscientizadora do educador deve levar o educando a autoecoproduzir uma representação de si próprio, de qual seria o sentido de sua presença no mundo, de suas interações sociais e das possibilidades de transformação individual e coletiva. (id).

Costa (2006) considera que o Sistema de Administração da Justiça Juvenil deve articular a integração de todos os atores institucionais que interagem no contexto imediato dos adolescentes em autoria de ato infracional, dividindo-os em três subsistemas: 1. O Subsistema de Segurança Pública (Polícia Militar) e a judiciária (Polícia Civil); 2. O Subsistema Jurídico, constituído por atores envolvidos na ação processual: o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Justiça da Infância e da Juventude; 3. O Subsistema de Execução das Medidas Socioeducativas, os órgãos governamentais no âmbito estadual e municipal, bem como as organizações não-governamentais que lidam com esses adolescentes.

Ao propor a leitura suplementar, Costa sinaliza para os caminhos de emancipação, e discute sobre três enfoques recorrentemente seguidos pelos educadores: O da amputação, da reposição e da aquisição. A amputação ocorre por meio de abordagens correccionais e repressivas, quando se enaltece alguns traços negativos da personalidade do educando, com ênfase em suas atitudes consideradas nocivas à sociedade ou autodestrutivas. A amputação criou os rebeldes, que adotam uma postura violenta e reativa, não somente com os outros, mas também consigo próprios; também criou os submissos, pessoas heterônomas que não conseguem desenvolver a autonomia, pois se despersonalizam, potencializando suas vulnerabilidades.

A reposição se dá por meio de assistencialismos e paternalismos, pois ao invés de fortalecer a resiliência interna de cada socioeducando, por meio da valorização de suas dimensões positivas e do enaltecimento de suas potencialidades, tenta-se compensar essas carências com programas institucionais que resultam no fenômeno da circularidade assistencial por parte do Estado ou das Organizações Não-governamentais. O terceiro enfoque soa mais sensato para um projeto de autoformação humana empreendedora capaz de oportunizar ao educando se desenvolver enquanto sujeito autônomo e emancipado. Esse enfoque propõe o autoconhecimento das próprias fragilidades e potencialidades, bem como intensificar os traços positivos da sua personalidade, de forma a valorizar ações assertivas, elevando a autoestima, o autoconceito e estimulando a autoconfiança.

A autoimagem positiva, a elevação da autoestima e a valorização de si próprio oportuniza intensificar o olhar para as características positivas do outro e sua respectiva valorização. Intensifica o despertar para o senso de (co) responsabilidade sobre os caminhos escolhidos para atingir um estado de consciência das

responsabilidades. Permite reconhecer a importância do cumprimento das obrigações requeridas para uma vida individual e coletiva bioecologicamente saudável.

O fortalecimento do protagonismo juvenil implica promover o reconhecimento de si enquanto sujeito de direitos e de obrigações a serem cumpridas. O contrário disso acarretaria o *laissez-faire*, na falta de limites para ações de libertinagem reveladoras da falta de pessoas de referência responsivas e autoritativas. A desresponsabilização do adolescente corresponde, verdadeiramente, à sua objetivação, à negação, de fato, da sua condição de sujeito de direitos. (COSTA, 2001).

O educando/socioeducando precisa ser considerado com capacidade para abstrair o pensamento e desenvolver a autonomia no pensar. Para isso, cabe indagar-lhes sobre os objetos de conhecimento a serem construídos ou ressignificados. O sujeito autobiográfico e ativo na produção do conhecimento descarta a ação educativa que o consideraria como um receptáculo pronto para receber passivamente conceitos, habilidades, hábitos, valores e atitudes. Isso remeteria ao que Paulo Freire chamou de educação bancária. Uma relação em que, de fora para dentro, o educador vai introduzindo, interiorizando, inculcando, introjetando, internalizando, injetando e ministrando conteúdos, que presumivelmente seriam incorporados pelo educando.

O educando precisa se reconhecer como sujeito do processo educativo, ou seja, fonte de iniciativa, de compromisso e de liberdade. Fonte de iniciativa, no sentido de ele ser o protagonista de ações, gestos e atitudes no contexto da vida familiar, escolar ou comunitária. Fazer com que o jovem responda pelo seu ato é uma atitude de elevado teor pedagógico-social.

2.3 INTERFACES ENTRE COMPLEXIDADE, BIOECOLOGIA, COGNIÇÃO E DIREITOS HUMANOS

O pensamento complexo é considerado nesse trabalho a partir das reflexões propostas por Edgar Morin (2003), tendo em vista as contribuições profícuas deste filósofo para o campo da educação, da socioeducação, do desenvolvimento humano e da cognição. O olhar da complexidade pressupõe que não é possível compreender as partes, sem considerar as ramificações que se interconectam para compor o todo do fenômeno analisado. Paralelo ao paradigma da complexidade, os postulados de Bronfrenbrenner (2011) sobre a bioecologia do desenvolvimento humano elucidam o quanto a confluência dos sistemas: micro-, meso-, exo- macro- e cronossistema afetam a edificação das subjetividades.

Esse capítulo propõe um diálogo entre Morin e Bronfrenbrenner com alguns autores do campo da cognição, da afetividade, da pedagogia social e dos direitos humanos. Embora as concepções defendidas por esses autores se situem em matrizes epistemológicas e contextos de enunciação diferentes, alguns preceitos serão articulados para o propósito desse subcapítulo.

O olhar da complexidade vem ao encontro das assertivas de Paulo Freire (1981), ao defender que é preciso quebrar os muros da escola para enxergar além. É importante conhecer bem o sujeito que está diante de si, saber sobre suas potencialidades cognitivas, bem como sobre suas fragilidades. Outrossim, importa conhecer o contexto natural, social, cultural, biopsicossociocultural, geográfico, político, histórico, econômico, onde se situa a moradia dos estudantes, em especial, o contexto das escolas de periferias, de regiões metropolitanas, de educação no campo, indígena, quilombola, de comunidades ribeirinhas.

(Re) significar é necessário e implica um esforço metacognitivo para superar a binocularidade mental que cristaliza paradigmas dogmáticos alicerçados no campo unidimensional da racionalidade. Essa unidimensionalidade pode provocar a cegueira, a incerteza e o erro, pois é formada numa perspectiva de supervalorização técnica e científica. Há de se tomar cuidado com a verdade absoluta, com a deusa razão, fechada e autossuficiente, capaz de cegar e impedir o sujeito de atuar ativamente na produção de conhecimento. Isso dificulta a ação libertadora de não se assujeitar diante do paradigma ilusório da simplificação, que oferece a explicação fragmentada, isolada e segmentada das partes constituintes. Este paradigma

inviabiliza ao sujeito estabelecer correlações que permitam analisar causa e efeito do fenômeno analisado, a recursividade das causas, que inter-retroagem sobre os efeitos e se retroalimentam.

O pensamento ocidental que considerava o raciocínio lógico-matemático, a racionalidade e a razão dissociados da emoção e da afetividade, foram sensivelmente colocados em xeque pelo biólogo suíço Jean Piaget. O epistemólogo defendeu as intrínsecas relações entre a inteligência e a afetividade da criança, “a afetividade seria como a gasolina, que ativa o motor de um carro, mas não modifica sua estrutura” (PIAGET, 1953-54, p. 5).

Arantes, 2002, traz alguns esclarecimentos para romper-se com a dicotomia entre cognição e afetividade, entre saberes racionais de um lado e emocionais de outro, com reflexões sobre o papel da afetividade na edificação dos conhecimentos cognitivo-afetivos, construídos por meio de uma relação intrínseca e indissociável. Além de Piaget, Arantes ratificam isso recorrendo a Vigotsky, 1996, Wallon, 1986, ao neurologista Joseph LeDoux (1993;1999); Greenberg (1993;1996), Nico Fridja (Fridja et al. 2000) e à Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento (Moreno, Sartre, Bovet, Leal, 1998), dentre outros que referendam a indissociabilidade entre cognição e afetividade.

A frase icônica de Descartes, proveniente do latim *Cogito ergo sum* – Penso, logo existo, na qual o pensamento adquire valor de excelência, em detrimento ao valor das emoções, pode ser substituída pela frase anti-cartesiana proposta por Damásio ao questionar o “Erro de Descartes”, 1996: “Existo e sinto, logo penso”. O existir, o sentir e o pensar constituiriam um tripé sequencial para a construção dos saberes.

Para Morin, o problema do conhecimento científico precisa ser analisado em uma dimensão ambivalente: progressivo/regressivo. Não se pode negar os avanços significativos a partir do século XVII, no campo da microfísica, da astrofísica, da biologia e da etologia. No entanto, a sobreespecialização alavancou avanços incontestáveis na produção do conhecimento científico, “(...)”, levou ao desmembramento do campo da Física, da Biologia, da Antropologia em impérios isolados”. (Morin, 2005, p. 103).

Os avanços cibernéticos encurtaram a distância entre os seres humanos. A globalização, nessa era planetária, une diversas etnias, intensifica o processo híbrido-cultural e permite interconexões e aproximações que diminuem a diáspora

planetária. A ordem e o progresso podem trazer em si seus oponentes intrínsecos que constituem a desordem e o regresso. A modernidade traz em si a ambivalência entre avanços científicos e tecnológicos. Também deixa o legado dos genocídios, provocados pelas armas nucleares, pela destruição do meio ambiente, pelo uso e abuso de drogas, pela proliferação de vírus, a exemplo da gripe espanhola, suína e agora da pandemia do coronavírus, que está dizimando populações em diversos países.

A esperança seria apostar na Educação, na edificação de uma cidadania capaz de se reconhecer coletivamente, numa perspectiva planetária, apostar num ser humano com habilidades antropológicas e pró-sociais para ser menos egoísta e mais altruísta, que consiga unir as partes e ver as relações entre o local e o global, que valorize a multiculturalidade do lapoque ao Chuí (no caso brasileiro), as culturas do oriente e do ocidente.

Formar para a cidadania planetária demanda perceber as inter-relações entre a pessoa em suas transições ecológicas que provocam o desenvolvimento e o ambiente as interações com o ambiente. É importante conhecer um pouco sobre os sistemas bioecológicos que se articulam e afetam todos os organismos, bem como a confluência desses sistemas e os reflexos na construção do juízo moral, ético, dos valores que regem seu modo de ser, de pensar, de agir no mundo e defender os princípios pertinentes ao campo dos direitos humanos.

O paradigma bioecológico do desenvolvimento humano, apresentado pelo psicólogo russo Urie Bronfenbrenner (1996), fortalece a compreensão a respeito do processo de transição ecológica que ocorre ao longo do tempo na relação entre organismo e ambiente. A pessoa, nessa perspectiva, é considerada em seu ambiente ecológico a partir da constituição genética, do fenótipo e do genótipo, da cor da pele, da orientação sexual com o/a qual se identifica, pois ambas influenciam na forma acolhedora ou não, com que as demais pessoas se relacionam em um determinado sistema.

Igualmente, devem ser levadas em consideração as aptidões cognitivas da pessoa em desenvolvimento, suas características biopsicológicas, a maturidade biológica, as constâncias e alterações ao longo de sua existência num determinado meio natural e social. Outrossim, a pessoa e os processos proximais que influenciam no crescimento de determinado organismo e na construção do pensamento também

precisam ser analisados a partir da posição social, econômica, geográfica e temporal que ocupa numa determinada sociedade, em determinado período histórico.

A teoria ecológica e sistêmica elaborada por Bronfenbrenner (1977, 1989, 1996) considerou o ambiente ecológico a partir de reflexões sobre o microsistema, mesossistema, o exossistema e o macrosistema. *Macrossistema* se refere a um padrão externo à pessoa em desenvolvimento, no qual está circunscrito o *micro-* o *meso-* e o *exossistema*. As características do macrosistema constituem a arquitetura societal de uma determinada cultura, subcultura ou outro contexto social maior.

Ampliou o horizonte de expectativas para se pensar um desenvolvimento humano influenciado não somente pelo núcleo familiar, pelos profissionais de creches e pré-escolas, de escolas, de postos de saúde, por pessoas da igreja e demais microsistemas onde a pessoa transita, provocando mudanças e também mudando suas estruturas cognitivas, mas também o mesossistema, as inter-relações entre dois ou mais locais nos quais há interação social ativa na qual ela afeta e é afetada no processo interacionista. Por exossistema, compreende-se as influências de ambientes nos quais a pessoa não transita, porém as vivencia na interação com o outro.

Em 2011, Bronbrenbrenner reorganizou a teoria ecológica, alterando a nomenclatura para Teoria Bioecológica e percebeu a necessidade de incluir o cronossistema para melhor compreender o desenvolvimento humano ao longo do tempo. Esse tempo pode ser analisado a partir dos fatos históricos em um determinado período, cujos marcos culturais se refletem nas individualidades e nas coletividades, também o tempo de maturação biológica de cada pessoa contribui para a compreensão sobre o seu processo desenvolvimental.

As gerações da década de 30 que vivenciaram os reflexos macrosistêmicos da queda da bolsa de valores nos EUA sofreram os impactos em seus microsistemas, mesossistemas e exossistemas. No Brasil, verificou-se o aumento do desemprego, a ampliação do número de desvalidos, do número de moradores de rua. Consequentemente, houve aumento nos índices de violência. Essas gerações se diferenciam das gerações da década de 1990, pois nesse período histórico e cronossistêmico, houve a ampliação de direitos, a redução da fome no Brasil e melhorias na qualidade de vida.

Já as expectativas para as gerações de 2020 e seguintes podem não ser as mesmas, pois além da conjuntura política e econômica que já estava entrando em crise até a segunda quinzena de março, agora então com a pandemia do novo coronavírus, entra em um estado econômico devastador de calamidade pública. Outras formas de existir e compartilhar a existência precisam ser repensadas. Uma geração marcada pelo aumento dos índices de mortalidade da população periférica, dos índices de suicídio e da violência generalizada. Os tempos históricos de conquistas de direitos e avanços nos índices de desenvolvimento humano/IDH são outros. Consequentemente, outras interações entre organismo e ambiente influenciam no tempo de ser, estar, permanecer, continuar, transitar ecologicamente e partir dessa esfera terrena.

Bronfenbrenner e Morris (1998), ao propor a teoria bioecológica apresentaram três diferentes características da pessoa que influenciam e moldam o curso do desenvolvimento humano. O primeiro deles se refere à força da interação que mobiliza ou não os processos proximais para dar sustentabilidade e mobilidade às operações realizadas.

O segundo se refere às condições bioecológicas de habilidade (co) construída a partir da experiência com o meio e os saberes interativamente elaborados a partir dessa inter-relação, visando ao entrelaçamento dos processos proximais em certa fase de desenvolvimento. Por último, consideram-se as características de demanda, capazes de impulsionar ou desencorajar reações em um determinado contexto bioecológico, provocando a nutrição ou o rompimento com os processos proximais.

A transição da teoria dos estudos ecológicos/TEC e sistêmicos para a bioecológica considerou também a dimensão temporal, trazendo o “cronossistema”, porém não se limitou em trazer a perspectiva cronossistêmica, mas defendeu a possibilidade de humanizar o processo formativo, a partir da crença em tornar os seres humanos mais humanos, conforme se apresenta no subtítulo da obra do autor: “Bioecologia do Desenvolvimento Humano: Tornando os seres humanos mais humanos”.

Bronfenbrenner é considerado representante notável e reconhecido da psicologia ecológica. Sua abordagem considera o desenvolvimento humano para além da interação imediata entre organismo e ambiente ecologicamente estático, mas a partir de um contexto “concebido topologicamente como uma organização de

estruturas concêntricas, cada uma contida na seguinte” (BRONFENBRENNER, 1996 p.18).

As pesquisas fundamentadas nesses paradigmas contribuem para delinear teórica e metodologicamente diversas investigações, cujos frutos podem fertilizar o campo das políticas sociais. A imagem ilustrativa do modelo bioecológico são as matrioskas, cinco bonecas russas, encaixadas sucessivamente uma dentro da outra para refletir como os sistemas dinâmicos se entrelaçam, produzindo efeitos circuncêntricos de afetividade mútua nos subsistemas.

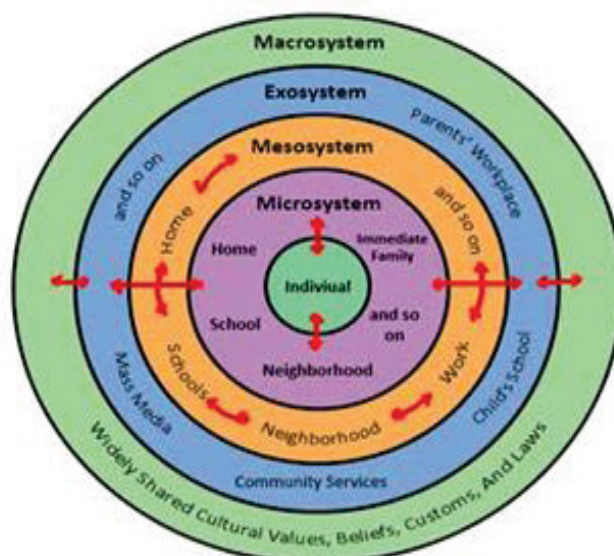
FIGURA 1 – BONECAS RUSSAS QUE ILUSTRAM O PARADIGMA BIOECOLÓGICO



FONTE: Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=i&source>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

Narvaz e Koller, 2005, em inferências sobre o novo Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, sugerem que as pesquisas subsidiadas por esse paradigma precisam levar em conta a inter-relação sinérgica entre os quatro núcleos: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT). Reconhecem, como principais motores do desenvolvimento os processos proximais, as interações imediatas entre organismo e ambiente, que ocorrem em um determinado período de tempo (NARVAZ; KOLLER, 2005).

FIGURA 2 – O MODELO PPCT: PROCESSO – PESSOA – CONTEXTO – TEMPO



FONTE: Disponível em: <<https://www.google.com.br/url>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

Por pessoa, Bronfenbrenner (2011) defende que se devem considerar as disposições internas e os recursos externos para a realização de ações. Elas podem ser gerais ou disruptivas. Os recursos de cada pessoa se referem às competências e às disfunções. As demandas podem ser positivas ou negativas. O microsistema oferece à criança um padrão de atividades e papéis sociais intermediados pelas relações interpessoais. Para compreender melhor as relações sociointeracionistas, os atributos da Pessoa se correlacionam às competências, aos recursos, às disposições, às demandas e às necessidades.

A força das interações com o meio social também emergiu reflexões profundas propostas por Vygotsky (1984), sobre como os sujeitos, ao interagir com o meio social, vão construindo novos saberes por meio da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). As trocas *inter*-psíquicas e *inter*- subjetivas, durante as relações interpessoais vão sendo internalizadas pelos sujeitos para o plano intrapsíquico, fortalecendo a zona de desenvolvimento potencial para novas aquisições. As representações do sujeito saem de um nível de desenvolvimento real e espontâneo e são potencializadas até a construção de um novo saber, sistematizado. A escola pública para a maioria das pessoas é um espaço privilegiado para essa construção.

Ao discorrer sobre “Pra onde vai à educação?”, Piaget retoma um dos princípios defendidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948),

em seu artigo 26, quando expressa que “Todo ser humano tem o direito de ser colocado, durante a sua formação, em um meio escolar de tal ordem que lhe seja possível chegar ao ponto de elaborar, até a conclusão, os instrumentos indispensáveis de adaptação que são as operações da lógica”. (PIAGET, 1988, p. 32).

Salienta ainda a importância do ensino fundamental gratuito e acessível a todos e todas que dele necessitem, “[...] a educação deve ser gratuita, ao menos naquilo que diz respeito ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar é obrigatório”. Reitera a importância da ampliação do número de escolas e da contratação de professores: “[...] é preciso não se deixar iludir: tal situação de direito não poderia ainda corresponder a uma aplicação universal da lei, já que o número de escolas e de professores permanece insuficiente relativamente à população em idade escolar.” (Id., p. 36).

É imperativo ressaltar a importância de se considerar os sentimentos e as emoções na ação formativa para que possa ser construído o respeito. Para Piaget (1988) o respeito é fruto de sentimentos como a afeição e o temor. Defende que desde o nascimento até a fase da adolescência há em extremo uma necessidade de amor, mas também o temor constitui os enlaces para a edificação do respeito. Este então é constituído simultaneamente de afeição e de temor: é o sentimento do respeito, cuja importância excepcional na formação ou no exercício da consciência moral foi ressaltada por todos os moralistas.

Ao discorrer sobre a educação intelectual, Piaget considera a importância de estímulos recíprocos, do controle mútuo e do exercício do espírito crítico para que se atinja a objetividade, visando à intensificação da atividade da inteligência. A (co) operação implica operar racional e moralmente em conjunto por meio de relação onde haja a reciprocidade intelectual e afetiva. Emissor e receptor precisam se compreender, por meio de trocas, deve-se buscar o compartilhar dos sentidos a cada enunciação.

Em trabalho intitulado, “*Les relations entre l'intelligence et l'affectivité dans le développement de l'enfant*”, Piaget advertiu sobre a inseparabilidade e indissociabilidade da afetividade e da cognição: “[...] a afetividade seria como a gasolina, que ativa o motor de um carro mas não modifica sua estrutura.” (PIAGET, 1953-54, p. 5). O autor defende que o respeito e a cooperação mental são imprescindíveis para engajar o sujeito cognoscente em atividades cada vez mais

complexas, visando a novas aquisições cognitivas. Importa ainda considerar a carga de emotividade presente no ato sensibilizador que induz o aprendente a colocar o aparato cognitivo em funcionamento.

As contribuições da psicologia histórico-cultural também auxiliam na compreensão da edificação de sujeitos historicamente situados em um contexto social e cultural, cujas interações afetam o desenvolvimento. Cabe destaque os estudos realizados por Vygotsky (1984; 1987). As concepções sociointeracionistas propostas por Vygotsky convergem para a compreensão da educação como prática social, que ocorre do plano intersíquico para o intrapsíquico. Concorrem para tanto, além dos fatores sociais presentes no ambiente externo, das relações interpessoais e da emotividade, aspectos internos, como o biológico.

Em reflexões sobre “Por que Vygotsky na educação?”, Stoltz (2010), considera a experiência emocional uma unidade indivisível, na medida em que se constitui a partir das características pessoais e situacionais. Trata-se de um fator imprescindível para explicar a repercussão do meio social no desenvolvimento psicológico das crianças. Infere que a personalidade consciente também se constitui a partir da experiência emocional. Dessa forma, “não são os fatores por si mesmos (sem referência ao sujeito), que determinam como eles vão influenciar o curso do desenvolvimento, mas os mesmos fatores refletidos por meio do prisma da experiência emocional da criança” (VYGOTSKY, 1994, p. 339-340, apud STOLTZ, 2010, p. 175).

Os aspectos afetivos internos ao sujeito podem colocar o aparato cognitivo em funcionamento e ativar os processos metacognitivos na compreensão do objeto a ser decodificado e/ou ressignificado. A emotividade precisa ser acionada para que a racionalidade opere e novos saberes sejam construídos. Para tanto, pode-se suspeitar de que o sujeito precisa se sentir livre para exercitar o autoconhecimento, pensar o porquê é importante aprender determinado objeto cognoscente, e no exercício da liberdade e da autonomia do pensar, despertar o querer aprender.

Assim, consideradas a infinitude cognoscente e o inacabamento do ser, quanto mais o sujeito se permitir adentrar em universos cognoscitivos inovadores para si, navegar por mares nunca d’antes navegados e multiplicar percepções, mais potencializará a capacidade de experienciar a meditação. Igualmente, experienciará o exame da própria consciência por meio de exercícios metaemocionais e cognitivos que promovam a transfiguração do ser ôntico, intensificando a amplitude de sua

capacidade de intuir a realidade. A intuição sensível precisa ser orientada para que o sujeito assuma o princípio da cointencionalidade, de pensar e agir junto em prol do bem comum.

Os avanços obtidos no campo da Educação, das Ciências Humanas e Jurídicas, não deixam dúvidas sobre a necessidade de reconceitualizar paradigmas. Redimensionam concepções que consideravam sanções e punições repressoras, o uso da força e da violência, como métodos pedagógicos para ensinar a criança e o adolescente em autoria de ação ilícita, como forma de “regenerar”, “reformatar” e ensinar por meio de atitudes agressivas e violadoras da dignidade humana.

A legislação vigente considera a internação em Centro Socioeducativo (CENSE) aplicável em casos nos quais a ação infracional é considerada grave como forte ameaça a outrem. Os elementos fundantes deste tipo de medida considerada excepcional, os investimentos dos profissionais que atuam como socioeducadores, professores e de todos os envolvidos, devem ter por objetivo a ressocialização, a reintegração ao convívio social, o caráter protetivo e preventivo para evitar revivificações e reincidências.

Busca-se o rompimento com o horizonte de expectativas construído historicamente a partir de concepções socioculturais que consideram a dor e o sofrimento como alavanca para promover a mudança de atitudes por parte do agressor. Os princípios básicos para romper com o fenômeno cíclico da violência propõem um atendimento socioeducativo eficiente. Ressalta-se, dentre eles, o respeito aos direitos humanos.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), os direitos humanos asseguram a garantia, a universalidade de direitos e seu caráter universal. Visam à proteção dos indivíduos contra ações arbitrárias de violação ou perda de direitos que atentem contra a dignidade humana, por ação ou omissão dos governos⁹.

O princípio norteador dos direitos humanos é o direito à vida e à dignidade. O processo de internacionalização e disseminação dos direitos humanos como direitos universais reifica a urgência de serem implementados a todas as pessoas, independente de etnia, identidade de gênero, classe social, credo religioso, teve

⁹ Direitos Humanos: Cidadania, guia do leitor. In: Tempo de Política. Disponível em: <<https://tempodepolitica.com.br/direitos-humanos/>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

início com o Direito Internacional Humanitário (DIH), também denominado na literatura de “direitos de Guerra”, ou “Direitos dos Conflitos Armados”. A ênfase da disseminação dos Direitos Humanos ocorre quando são estabelecidos limites ao poder estatal em situações horripilantes de violência durante conflitos armados.

A base de dados do site “*United for Human Rights*”¹⁰ traz uma breve descrição da história dos Direitos Humanos. A primeira carta sobre direitos humanos data de 539 a.C, ficou conhecida por meio do famoso cilindro de Ciro, o Grande, rei da Pérsia. Após a conquista de Babilônia, foram implementadas ações humanitárias que desencadearam reflexos em vários outros países como a Índia, a Grécia e Roma, a partir daí, foram se disseminando ao redor do mundo.

Dentre essas ações, houve a libertação dos escravos, a liberdade de ter um credo religioso e declarada a igualdade racial. Foi possível conhecer essa parte da história por terem sido encontrados registros escritos em língua arcádica em um cilindro à base de argila. Essas escrituras cuneiformes estão traduzidas em seis línguas oficiais das Nações Unidas, e seus preceitos se assemelham aos constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos surge em 1948, com a consolidação da Organização das Nações Unidas, como uma tentativa de promover a humanização, em todos os lugares do mundo, dos seres humanos, para que ações horripilantes e bárbaras como as que se concretizaram na segunda guerra mundial não venham a acontecer. Dentre alguns direitos considerados elementares, cabe destaque o direito de todos de serem tratados com igualdade perante a lei, de terem uma vida digna com alimentação, moradia, saneamento básico, acesso à educação, à saúde e a tratamento odontológico, o direito a não serem submetidos a trabalhos forçados e ou escravizados, o direito à liberdade de se manifestar publicamente sobre crenças religiosas e ideologias políticas, ao lazer, à educação, ao acesso à cultura e ao trabalho livre e remunerado.

A implementação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), remete a um momento histórico que constitui um marco importante na história da humanidade, pois não se pode deixar de mencionar que em 1945, governos fascistas e nazistas provocaram a morte de milhares de pessoas, houve vários

¹⁰ Unidos pelos Direitos Humanos: Disponível em:
<<https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

genocídios provocados em especial pela bomba atômica utilizada na segunda guerra mundial, quando milhares de vidas se perderam, de forma mais gritante, em Hiroshima e Nagasaki.

O direito à vida e à dignidade humana é subjetivo e inalienável. Em se pesquisando sobre a bibliografia que trata a respeito desta temática, verifica-se que há muitas garantias asseguradas nas legislações vigentes que versam sobre medidas protetivas das condições de existência, no entanto “o problema grave do nosso tempo, com relação aos direitos humanos, não é mais o de fundamentá-los e sim o de protegê-los.” (BOBBIO, 1982, p. 25).

Há tantos artigos de lei a serem cumpridos voltados para a prevenção a todas as formas de violências e violações sofridas pelas crianças e adolescentes brasileiras que, se cumprido fossem, certamente não haveria necessidade de ampliar o número de Centros Socioeducativos, nem de Unidades Penais. Ainda é necessário engajamento político e social para que se promova de fato a equidade no acesso à educação e à cultura.

LOCKE (1978) defende a ideia de que ao homem foi naturalmente concedido não somente o direito à vida, mas também à igualdade de oportunidades. Isso presumidamente garantiria a equidade no acesso aos insumos culturais, à educação de qualidade e aos demais direitos fundamentais assegurados na CF/1988. Esses preceitos também foram defendidos por outros filósofos, quando defendem a perspectiva do direito natural de que nascemos livres e somos todos iguais. (ROSSEAU, 1985, *apud* COSTA; DUARTE, 2004).

Ao discorrer sobre o conceito de igualdade e racionalidade na perspectiva das ciências humanas, Hobbes (2006) chama a atenção para o fato de que a igualdade entre os seres humanos existe no estado natural de todos. Também exige um talento natural de cada indivíduo, ou seja, uma virtude nata que se constitua em *firmeza de direção e celeridade da imaginação*, e outro talento, adquirido por *método e instrução*, sendo que a razão de onde derivam as ciências deve ser o meio buscado pelo homem na aquisição dos saberes historicamente acumulados. Razão e Igualdade seriam então comuns em todos os homens, mas não iguais em todos, pois:

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isso em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que qualquer um possa, com base nela, reclamar qualquer benefício a que outro não possa aspirar, tal como ele. (HOBBS, 2006, p. 54).

Tais atributos justificariam a essência fundamental, ou seja, o fundamento dos direitos humanos que seria então a qualidade que define a humanidade de cada sujeito: a dignidade. No entanto, a dignidade da pessoa humana deveria engendrar um universo de signos representativos perceptíveis por meio de atitudes comportamentais que refletissem a luta em prol da vida e de um contexto bioecológico saudável no qual todos e todas busquem uma concepção planetária de existência. Assim atitudes inclusivas respeitariam todos os arquétipos humanos, acolheriam a diversidade, independentemente de deficiências físicas, psíquicas, de quaisquer patologias. Incluiriam também adolescentes em conflito com a lei, pessoas com HIV, dependentes químicos, dentre outros.

Ribeiro (2011), do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), afirmou que as motivações responsáveis por mortes precoces e violentas variam conforme a localização geográfica. Nas áreas metropolitanas, os casos de violência envolvendo a juventude se relacionam diretamente ao comércio ilícito de entorpecentes. Há um fenômeno cíclico geracional da infância órfã que leva crianças para contextos envolvendo a criminalidade. (RIBEIRO, 2011, *apud*, MOUTINHO, 2011). As reflexões suscitadas a partir das afirmações feitas por Ribeiro vêm ao encontro dos resultados da pesquisa de mestrado realizada em centro de socioeducação, com o título “Capitães da areia ontem e hoje: uma releitura à luz dos direitos humanos”. (BUENO, 2014)

No entanto, de acordo com os participantes desta pesquisa, um número significativo de adolescentes que frequentam o sistema socioeducativo no Paraná tem família, nunca foram moradores de rua e não frequentaram instituição de acolhimento. Não se trata, portanto, de crianças órfãs ou “menores abandonados”, mas talvez negligenciados por parte da família e das políticas públicas. Também a expressiva maioria dos internos no sistema socioeducativo atribui a principal causa da internação ao uso de drogas, que os impele para a venda, furtos e assaltos.

Na tese de doutorado sobre “Educação e prevenção ao abuso de drogas: limites e possibilidades”, Asinelli-Luz (2000) chama a atenção para a necessidade de

ações preventivas quando se trata de pensar sobre o uso indevido e abusivo de drogas; propõe aos professores do ensino fundamental e médio um modelo de projeto didático que pode subsidiar uma prática mais efetiva para esse enfrentamento: “a prevenção ao abuso de drogas é um processo de valorização e crescimento do ser humano que se antecipa aos problemas, procurando inibi-los, eliminá-los ou reduzir danos, e deve se dar, basicamente, pela educação. Portanto, um processo que tem como foco as pessoas e não as drogas” (ASINELLI-LUZ, 2000, p. 223).

Além da dependência química e do fácil acesso às drogas cada vez mais precoce entre adolescentes e até mesmo crianças, concorrem para o internamento em centro de socioeducação as condições socioeconômicas extremamente precárias. Igualmente, a negligência por parte dos familiares, das escolas, dos microssistemas que constituem os mesossistemas de interação, bem como a falta de atitude responsiva e autoritativa. O aliciamento intenso para o tráfico de drogas e de armas oferece um rendimento muito superior ao ofertado pelo mercado de trabalho para adolescentes e jovens.

Notadamente, existem barreiras homéricas para que se efetive o Sistema de Garantia de Direitos e a Doutrina da Proteção Integral que se integram aos pressupostos no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais documentos jurídicos protetivos da infância e da juventude. Há várias discrepâncias entre os postulados teóricos e a práxis cotidiana que levam crianças, adolescentes e jovens, da condição de vitimizados a vitimizadores.

Isso remete à violência e repressão como fenômenos que se autoamplificam, num processo de circularidade e retroalimentação no qual os sistemas se afetam mutuamente, do “-micro” ao “macrossistema”, intensificando garantia ou violações de direitos humanos. Para compreender-se melhor o estado da arte sobre pesquisas a respeito dos direitos humanos, do ECA/1990, do SINASE/2006, da Educação e da Socioeducação, o capítulo seguinte trará uma busca integrativa realizada em quatro banco de dados: Scielo, PsicoINFO e Capes.

2.4 BUSCA INTEGRATIVA DA LITERATURA¹¹

Os artigos, dissertações e teses relevantes para esta pesquisa foram selecionados a partir de buscas realizadas em seis bases de dados eletrônicos. Optou-se por fazer uma busca integrativa da literatura, tendo em vista que a maioria dos artigos, dissertações, livros, capítulos de livros e teses encontrados e considerados relevantes para enriquecer essas investigações propostas apresentam abordagem qualitativa. A fim de verificar as contribuições da literatura nacional e internacional a respeito do tema proposto para esses estudos, optou-se por pesquisar no site da *Education Resources Information Center - ERIC*, pois contém um acervo significativo de fichas bibliográficas que abrangem especialmente periódicos científicos, dentre os quais a maioria está disponível gratuitamente para download.

O campo da psicologia também contribui para reflexões propostas em psicologia da educação. Assim, considerou-se oportuno verificar as pesquisas publicadas na Associação Americana de Psicologia (*American Psychological Association*) – *PSYCINF* ou *PSICOINFO*. As pesquisas realizadas em âmbito nacional foram verificadas na SciELO – (*Scientific Electronic Library Online*) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre os anos de 2006 até 2016. Os estudos posteriores a 2016 não fizeram parte dessa pesquisa para a realização da pesquisa de campo.

Tanto para *PsycINFO* e *ERIC*, foram utilizados os descritores “Adolescente” (adolescent, adolescence), “Law for teenagers”, “Law for adolescents”, “Incarcerated youth”, “Social Education”, de acordo com o dicionário online *Thesaurus*. Para realizar as combinações necessárias, usou-se os operadores booleanos “AND” e “OR”. O “AND” limitou muito a possibilidade de busca, já o operador “OR” ampliou mais o número de artigos encontrados.

No banco de base *PsicoINFO*, foram realizados estudos por assunto, publicados em revistas e escolhidas as que tratam da Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Educacional, Psicologia Escolar e Treinamento e Neurociência e Cognição. Para cada revista, há um breve resumo dos assuntos

¹¹ A busca é integrativa por considerar uma revisão sistemática somada a uma revisão de literatura, para a qual se pretende utilizar algumas bases de dados, livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, dissertações e teses.

tratados, que foram lidos, a fim de selecionar os temas correlatos que tratassem da educação voltada aos adolescentes em conflito com a lei e à legislação sobre socioeducação e direitos humanos.

Foram apresentadas onze revistas que tratam de temas correlatos à educação, à socioeducação e ao desenvolvimento humano. Dessas, apenas uma revista foi lida de forma pormenorizada, denominada “*Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 2017¹². A revista trouxe reflexões importantes sobre as minorias com temas sobre o desenvolvimento humano no contexto bioecológico, que vêm ao encontro dos interesses propostos para a elaboração dessa tese.

Dessa revista, após leituras dinâmicas visando a encontrar temas convergentes aos tratados nesses estudos, foram escolhidos dois artigos para leitura do *abstract*. O primeiro artigo intitulado “A prospective examination of anxiety as a predictor of depressive symptoms among Asian American early adolescent youth: The role of parent peer and teacher support and school engagement”, trouxe uma abordagem interessante, na medida em que discute a ansiedade entre os adolescentes asiáticos como um preditor para sintomas depressivos e como os colegas, os pais e os professores podem atuar com atitudes que possam fortalecer os fatores de proteção.

A ansiedade e o imediatismo constituem algumas das características da adolescência e podem levar ao uso de drogas. Em pesquisa realizada em Maceió-Alagoas, pela psicóloga Andressa Pereira Lopes, 2013, sobre o consumo de substâncias psicoativas por adolescentes, constatou-se que há uma relação entre a ansiedade e “o uso de solventes e energéticos pelo menos uma vez na vida; que fizeram uso de cigarro e álcool pelo menos uma vez ao ano; e por aqueles que fazem uso frequente de álcool” (LOPES, 2013).

Dentre os artigos que a revista *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology* disponibiliza para leitura gratuita na íntegra, recorreu-se ao artigo intitulado *The Dynamics of Interminority Extended Contact: The Role of Affective and Cognitive Mediators*, Visitin, 2016, que teve como objetivo verificar as possibilidades de reduzir o preconceito entre grupos minoritários, a partir da interação prolongada entre pares de diferentes contextos por meio de atitudes positivas. Ao analisar o

¹² A revista sobre “Diversidade Cultural e Psicologia das Minorias Étnicas”; Volume 23, Issue 4 (Oct). está disponível em: <<http://www.apa.org/pubs/journals/cdp/index.aspx>>. Acesso em: 18 de novembro de 2016).

repertório comportamental dos participantes, foram consideradas as dimensões afetivas como a empatia e a confiança mútua em pessoas fora do grupo, bem como a dimensão cognitiva.

O método consistiu na proposta de dois estudos correlacionais realizados na Bulgária: O primeiro estudo contou com 640 participantes oriundos das minorias étnicas turcas, romanichéis e bulgáras, com idade média de 44 anos. O segundo estudo envolveu 458 imigrantes estoianos e russos, dentre os quais 67% feminino, com idade aproximada também de 44 anos. Os resultados revelaram que os efeitos de empatia e solidariedade foram positivos, e que as relações interpessoais prolongadas entre os grupos minoritários reduzem o preconceito e promovem relacionamentos harmoniosos.

O outro artigo selecionado versou sobre “Geographic distribution of California mental health professionals in relation to sociodemographic characteristics”. Esses estudos trazem uma abordagem cujo objetivo consistiu em “determinar se o acesso geográfico a provedores de saúde mental, licenciados, na Califórnia é uma barreira para populações mal atendidas”. O método utilizado buscou mesclar os dados da *Califórnia Board of Psychology* e *Board of Behavioral Sciences* com os do Censo dos EUA, para analisar as questões sociodemográficas e os locais de maior acesso aos provedores.

Concluiu-se que a viabilidade do acesso ao tratamento de saúde mental se concentra mais em áreas que menos necessitam desses serviços, pois os profissionais licenciados acabam por atender a população da Califórnia com maior poder aquisitivo, e que vivem em locais mais ricos, compostos por pessoas brancas em sua maioria, mais idosas, e com uma educação de maior qualidade. Esse artigo chama a atenção pelo fato de se perceber situação semelhante ocorrendo no Paraná e no Brasil.

Tanto no *ERIC* quanto no *PsicoINFO* não foram encontrados artigos que trouxessem o debate dos Direitos Humanos, do Estatuto da Criança e do Adolescente, correlacionados à Socioeducação, embora tivessem sido utilizados termos e expressões similares que apresentassem correlação semântica, conforme proposto pelo dicionário *Thesaurus* que traz um amplo acervo de antônimos, sinônimos e termos correlatos.

No site do Institute of Education Science, ERIC, ao selecionar o *Thesaurus*, foram digitados os descritores: “Juvenile Detention Center”; “Social Education”; “Law

for adolescents” e “Human Rights”. Foram lidos 15 títulos e uma breve descrição das pesquisas. Dentre elas, duas chamaram a atenção: A primeira versa sobre como funciona a educação no sistema de Detenção Juvenil no Estado de Connecticut, intitulada “Education in Juvenile Detention Facilities in the State of Connecticut: A Glance at the System”.

Donna Macomber, et al. (2010) chamam a atenção para o fato de que o processo educacional constitui uma peça chave para evitar a reincidência, e a exigência do cumprimento da lei federal que considera imperativa a educação para esta população. De 1.444 crianças e jovens detidos, 270 foram encaminhadas ao Departamento de Crianças e Famílias para a colocação em outros lares, entre 2007-2008. Outro dado importante se refere ao fato de que um número significativo de crianças e jovens têm necessidades de educação especial que muitas vezes não são identificadas pelos profissionais da educação ou pelos familiares, contrariando o direito de educação especial e serviços assegurados em lei federal.

No segundo trabalho encontrado no site do ERIC, Dorothy P. Brandon et al. (2014) trouxeram uma abordagem relevante para a ressocialização. ao tratar do papel fortalecedor e produtivo que os membros da família podem desempenhar na vida do adolescente ou jovem encarcerado. Com o título “Strengthening Family Members of Incarcerated Youth: A Productive Role for Extension”, os estudos foram realizados por meio de um estudo “quase experimental”, no norte do Alabama.

Dos resultados, cabe destaque o quanto se pode verificar a repercussão no fortalecimento dos laços familiares de jovens encarcerados, após esses participarem de oficinas sobre resolução de conflitos. Os resultados indicaram que houve alterações relevantes no comportamento dos participantes, os autores ressaltam a importância de intensificar os laços familiares e envolver a todos (as) em atividades voltadas para a educação dos jovens em privação de liberdade e o quanto essas ações contribuem para evitar reincidências.

As pesquisas no banco de dados da SciELO e CAPES foram organizadas inicialmente na área de “Educação e Pesquisa”; em seguida “Psicologia, Ciência e Profissão”. Após em “Psicologia e Sociedade”. Os descritores utilizados alternadamente foram: “Estatuto da Criança e do Adolescente”; “Medida Socioeducativa”; “Socioeducação”; “Direitos Humanos”; “Adolescente em conflito com a lei”; “Adolescente infrator”. Ao se utilizar o operador booleano “AND”, não foram encontrados resultados. Já o uso do operador booleano “OR” resultou em um artigo

na área da Educação e três na área de Psicologia, dos quais dois foram selecionados para serem lidos na íntegra em função de se aproximarem dos critérios de inclusão e exclusão explícitos no texto.

Foram encontrados estudos que correspondem aos critérios de inclusão na área de direito correlacionados aos descritores propostos: “Adolescente” (adolescent, adolescence), “Law for teenagers”, “Law for adolescents”, “Incarcerated youth”, “Social Education”. Dessa forma, optou-se também por pesquisar pormenorizadamente no banco de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Direito/ PPGD e se recorreu à área de Psicologia e Sociedade da SciELO. Visando a organizar melhor os trabalhos encontrados nessa revisão integrativa, foram elaborados quadros, contendo os títulos dos trabalhos, os autores, a instituição e o ano de publicação.

QUADRO 1 – BASE DE DADOS: PSICOINFO

Área/ Revista	Título	Autor(es)	Palavras-chave	Ano de Publicação
Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology	A prospective examination of anxiety as a predictor of depressive symptoms among Asian American early adolescent youth: The role of parent peer and teacher support and school engagement.	Arora PG, Wheeler LA, Fisher S, Barnes J.	Anxiety; depression; school engagemet.	2017
	The Dynamics of Interminority Extended Contact: The Role of Affective and Cognitive Mediators	Emilio Paolo Visintin et al.	Extended intergroup contact; Prejudice; Interminority relations	2016
	Geographic distribution of Califórnia mental health professionals in relation to sociodemographic characteristics	Sharma, Ryan N. et al.	Disparidades de saúde mental, distribuição de psicólogos; fornecimento de pessoal de saúde mental; acesso geográfico; distribuição geográfica.	2017

FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2016), a partir da PsicoINFO

QUADRO 2 – BANCO DE DADOS: EDUCATION RESOURCES INFORMATION CENTER (ERIC)

Área/Revista	Título	Autor(es)	Palavras-chave	Ano de Publicação
Educação – Jornal de extensão	Strengthening Family Members of Incarcerated Youth: A Productive Role for Extension	Dorothy P. Brandon et. al.	Incarcerated, juvenile offenders, 4-H, family-systems, Extension	2014

FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2016), a partir da ERIC

QUADRO 3 – BANCO DE DADOS: EDUCATION RESOURCES INFORMATION CENTER (ERIC)

Área/Revista	Título	Autor(es)	Palavras-chave	Ano de Publicação
Educação – Jornal de educação correicional	Education in Juvenile Detention Facilities in the State of Connecticut: A Glance at the System	Donna Macomber, et al.	Juvenile detention facilities; Education; Decreasing recidivism;	2010

FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2016), a partir da ERIC

QUADRO 4 – BANCO DE DADOS: SCIELO

Área/Revista	Título	Autor(es)	Palavras-chave	Ano de Publicação
Educação	Arrastão ou Lagarteado? Dinâmicas da prática docente na Fundação CASA	Mauricio Bacic Olic	Fundação CASA; Prática docente; Medida socioeducativa; Etnografia; Simetria	2017
Psicologia e Sociedade	Medida Socioeducativa de Internação: Estratégia punitiva ou protetiva?	SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho et al.	Medidas de proteção; medidas socioeducativas de internação; Estatuto da Criança e do Adolescente; redução da maioridade penal	2015
Psicologia e Sociedade	Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores	Maria Emília Passamani; Edinete Maria Rosa.	Liberdade assistida, Adolescentes em conflito com a lei, ECA, Programa socioeducativo.	2017
Psicologia, Ciência e Profissão	Futebol libertário: compromisso social na medida	Silvestre Silva, et. al.	Futebol, Medidas socioeducativas, Adolescente, Adolescente em conflito com a lei.	2008
Psicologia	Pesquisa investiga relação entre ansiedade e uso de drogas por adolescentes	Andressa Pereira Lopes	Adolescência; Ansiedade; Drogas.	2013

FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2016), a partir da SciELO

Os descritores foram determinantes para a seleção do artigo a ser lido na íntegra. Nesta etapa de pesquisa na Scielo, foi selecionado o artigo de Passamani e Rosa, 2009, intitulado “Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores”, por se aproximar do tema ao debater sobre o ECA, Adolescente em Conflito com a lei, e Programa Socioeducativo. Também o artigo de Olic, 2016, com o título: “Arrastão ou lagarteado? Dinâmicas em torno da prática docente na Fundação CASA”, por estar no departamento de Educação e trazer o debate sobre “Prática docente” e “Medida socioeducativa”. No Banco de Teses e Dissertações da CAPES foi selecionado o seguinte artigo por correlação com o tema, por contemplar os descritores semanticamente correlatos que atendem aos critérios de inclusão para essa pesquisa, e por valorizar atividades desportivo-culturais na vida dos adolescentes.

QUADRO 5 – BANCO DE DADOS: CAPES

Área/Revista	Título	Autor(es)	Palavras-chave	Ano de Publicação
Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Nñez y Juventud	Adolescentes em privação de liberdade: as práticas de lazer e seus processos educativos.	Lazaretti Da-Conceicao, Willian; Cammarosano-Onofre, Elenice Maria	Tiempo libre; Internamiento; Adolescentes; Ocio; Educación; Brasil	2013

FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2016), a partir da CAPES

O próximo passo da pesquisa consistiu em verificar no site do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, dissertações e teses que pudessem trazer os descritores selecionados para a primeira etapa da busca integrativa: “Adolescente em conflito com a lei”; “Estatuto da Criança e do Adolescente”; “Socieodeducação”; “Direitos Humanos”.

Ao pesquisar nas dissertações publicadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, verificou-se que não houve, no período disponibilizado entre 2011 e 2016, publicações que tivesse os descritores pertinentes para essa pesquisa, ou termos correlatos de acordo as sugestões do Thesaurus, ferramenta utilizada para se encontrar sinônimos para os seguintes descritores elencados para compor a primeira etapa da revisão integrativa: Adolescente, ECA e Medida Socioeducativa.

Por não aparecerem termos sinônimos utilizados em pesquisas anteriores, estes acabaram norteando um critério de exclusão. Então se optou por selecionar algumas dissertações por correlação temática (critério de inclusão) ao interesse de pesquisa proposto para esses estudos. A tabela organizada a seguir reflete então o número de dissertações disponíveis cujos assuntos foram considerados relevantes para o foco dessa pesquisa, sendo duas em 2013, uma em 2014 e uma em 2016, conforme o QUADRO 6 a seguir:

QUADRO 6 – BASE DE DADOS: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (PPGE) – UFPR

Área/ Revista	Título	Autor(es)	Palavras-chave	Ano de Publicação
Educação	Ética do cuidado x ética da justiça: o olhar feminino de estudantes privadas de liberdade	Ires Falcade Pereira	Ética do cuidado; ética da justiça; gênero; estudantes privadas de liberdade; desenvolvimento humano	2013
	Dimensões psicossociais das práticas de cuidado: um estudo na ótica das mães de casas lares	Ana Maria Silvello Pereira	Práticas de cuidado e intervenção comunitária; compromisso e formação profissional; cuidadoras residentes e mães sociais; psicologia comunitária e educação.	2013
	A reinserção social de jovens infratores por meio da educação: possibilidades e limites do programa estadual de aprendizagem para adolescentes.	Andréa de Paula Ceccatto	Educação Profissional, Adolescentes, Qualificação Profissional	2013
	Capitães da Areia de ontem e hoje: uma releitura à luz dos Direitos Humanos	Rosa Elena Bueno	Adolescência, Bioecologia, Literatura Brasileira, Educação, Socioeducação.	2014

FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2016), a partir do PPGE/UFPR

Todas as pesquisas realizadas trouxeram contribuições para o desenvolvimento dessa tese. Evidencia-se o caráter protetivo assegurado na legislação vigente que versa sobre o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes. Houve consideravelmente avanços no campo dos direitos humanos que se refletem na vida desse segmento tão vulnerável da população, vulnerabilidade intensificada na vida daqueles desprovidos de acesso aos direitos socialmente previstos. A importância de todas as pessoas presentes no contexto imediato das interações sociais está presente em vários estudos previamente

realizados (BRONFRENBRENNER, 2012; STOLTZ, 2010, ARANTES, 2002, ASINELLI-LUZ, 2000; LA TAILLE 1992, VYGOTSKY, 1984, PIAGET, 1954).

Embora os bancos de base de dados tenham contribuído deveras para a revisão integrativa na produção desta tese, não foram encontrados estudos que trouxessem reflexões a voz dos profissionais da rede de proteção. Também são escassos os estudos sobre os avanços na socioeducação após a previsão do ECA/1990 e do SINASE/2006, correlacionados aos avanços dos direitos humanos. Os artigos selecionados para compor esse subcapítulo contribuirão para as reflexões no quinto capítulo, referente à análise dos resultados.

3 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Essa pesquisa é de natureza qualitativa com caráter exploratório. Considerou-se pertinente fazer análise dos dados encontrados de acordo com os pressupostos qualitativos multivariados, tendo em vista a complexidade de todas as partes que constituem o todo do fenômeno analisado peremptoriamente, considerando-se ao máximo possível o processo multidimensional que contém as variáveis com as quais os elementos imbricados constituintes se interrelacionam (BECKER, 1999, p.68)¹³.

Após reflexões sobre como elaborar uma entrevista com questões abertas e fechadas e uma entrevista narrativa, em pesquisas qualitativas, certos cuidados na elaboração das questões demandaram uma retomada de alguns conceitos conforme apresentado por Bauer e Gaskel, 2002. Para as questões abertas que constituem as entrevistas narrativas, foi elaborado um roteiro de entrevista, visando a uma interação mais espontânea entre participantes e pesquisadores, bem como criar um clima harmônico de uma conversa aparentemente descontraída que possa nortear a entrevista, evitando desvios de assuntos errantes que porventura ocorrerem.

As propostas de Becker também foram consideradas para a seleção dos entrevistados em uma pesquisa qualitativa, com o intuito de viabilizar ao pesquisador explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto, além da possibilidade de minimizar a margem de erros. Devido ao fato de que esta temática requer maiores cuidados éticos por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, optou-se por fazer entrevistas narrativas individuais, com questões abertas e fechadas. Ao definir a origem da pesquisa narrativa, Creswell (2014) da Universidade de Nebraska-Lincoln, infere que ela pode ser considerada um método de estudo, no qual os participantes têm a oportunidade de

¹³ As reflexões norteadoras dos encaminhamentos teóricos e metodológicos presentes são oriundas de debates que ocorreram por ocasião da participação da pesquisadora na Reflexões propostas na disciplina EE755 - Tópicos Especiais em Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano I Turma: Modalidade de Entrevista e Observação na Pesquisa Qualitativa, ministrada pela professora Dr^a Maria de Fátima Quintal de Freitas, da Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 1º Semestre de 2016.

contar sobre as experiências de suas histórias de vida, reviver e fazer emergir suas percepções a respeito das vivências que emergem ao longo do discurso. O pesquisador pode utilizar essas narrativas como procedimento para analisar as histórias relatadas, organizando-as cronologicamente (CRESWELL, J. W. 2014, p. 68).

Ao discutir sobre os procedimentos para a condução da pesquisa narrativa, Creswell se baseia em um livro redigido por cientistas sociais intitulado “Narrative Inquiry”, escrito por Clandinin e Conelly (2000). Esclarece que “os métodos de condução de um estudo narrativo não seguem uma abordagem fechada, mas representam uma coleção informal de tópicos”. (id, p. 70). Propõe que, ao analisar as histórias contadas pelos participantes, o pesquisador pode reuni-las e identificar os elementos-chave, procurando estabelecer uma relação causal entre eles, ordenar cronologicamente fatos correlatos e “reestoriar” as narrativas de forma a facilitar a apreensão de sentidos para os leitores.

Para a elaboração das perguntas, Creswell propõe que o pesquisador elabore uma pergunta central para iniciar a entrevista, seguida por subperguntas, que podem estar já em um roteiro previamente elaborado, mas também pode surgir no decorrer da entrevista. Dentre as questões abertas, considerou-se a concepção de Sandra Jovchelovitch e Martin W. Bauer (2002) sobre entrevistas narrativas, enquanto técnica de coleta de dados, na medida em que auxilia o pesquisador a utilizar um método de geração de dados, pois o narrar um acontecimento se constituiu em um esquema auto-gerador de outras narrativas, para as quais se faz pertinente considerar três características: A textura detalhada, a fixação da relevância e o fechamento da Gestalt.

As histórias passam a ser desencadeadas pelo participante, e narradas tanto em termos gerais quanto indexados, com referências a eventos acontecidos num determinado espaço e tempo. Por meio desta técnica, pretendeu-se considerar “a força da sugestão de Schiitze e uma proposta sistemática de criar narrativas com fins de pesquisa social (SCHIITZE, 1977, apud BAUER, 2002, p. 94).

A formatação dessa tese seguiu as orientações de Amadeu et al. (2017), presentes no manual de normalização de documentos científicos.

3.2 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

Para a seleção dos participantes, foram convidados profissionais que atuam na execução de medidas socioeducativas, bem como nos demais equipamentos que compõem a rede de proteção, por meio dos portais de comunicação, como os sites dos núcleos de educação, do portal “[diaadiaeducação](#)”, dos programas de pós-graduação em Educação, das redes sociais, da Associação dos Conselhos Tutelares, bem como por email institucional e por grupos de Whatsapp. Dessa forma, os mesmos foram informados da pesquisa, convidados a participar e informados do contato das pesquisadoras para manifestar o interesse e marcar dia, horário e local onde preferem para acesso ao TCLE e coleta de dados.

Com relação aos critérios de Inclusão e Exclusão, foram selecionados os participantes com experiência na Região Metropolitana Norte/RMN de Curitiba, considerando-se os índices de violência envolvendo adolescentes moradores da periferia, especialmente em localidades com maior número de áreas de ocupação irregular. A proposta de pesquisa inicialmente previa, além dos profissionais abaixo citados, a participação de um juiz ou juíza da vara da infância e da juventude, atuante na RMN. No entanto, a juíza que atenderia a esse critério de inclusão não concordou em participar da entrevista, sob o argumento de que seria melhor entrevistar profissionais com atuação no contexto imediato dos socioeducandos.

Dentre os participantes que concordaram em assinar o TCLE, foram selecionados aqueles com atuação na Rede de Proteção e de Socioeducação na RMN há pelo menos 05 anos. A proposta inicial para os critérios de inclusão previa que o participante tivesse, preferencialmente, mais de 20 anos de profissão. No entanto, como alguns equipamentos como o CRAS, o CREAS, os Conselho Tutelar e o PEMSE, são recentes, justamente por força da efetivação dos direitos previstos no ECA e no SINASE, fez-se necessária uma alteração no critério de inclusão, considerando-se cinco anos no mínimo a experiência do participante.

Foram selecionados os participantes abaixo:

- Profissional com experiência em Programa de Execução de Medida Socioeducativa – PEMSE.
- Representante de CREAS – Assistente Social
- Representante de CENSE - professor de história.

- Participante que representa centro socioeducativo – professora alfabetizadora.
- Representante de CENSE – diretor de unidade socioeducativa.
- Agente socioeducativo atuante em CENSE.
- Psicóloga atuando em CENSE.
- Conselheiro Tutelar.
- Psicóloga atuante em CRAS.
- Representante de Escola Estadual, atuante no CRAS e representante na rede de proteção.

Os participantes foram escolhidos dentre os voluntários que aceitaram assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A fim de conseguir obter os dados com maior fidedignidade, foi realizado um estudo piloto, com a participação de dois profissionais atuantes em Curitiba, na fundação de assistência social FAS, em CRAS e CREAS. Aplicou-se o questionário sociodemográfico e o roteiro para entrevista narrativa com esses participantes, conforme Anexos I e II desse trabalho. O estudo piloto contribuiu para ratificar e retificar as questões abertas.

Além das respostas obtidas a partir das entrevistas, dados estatísticos já elaborados pelo IBGE ou outras fontes de pesquisas confiáveis a respeito dos índices de mortalidade juvenil, de reincidência dos adolescentes egressos, dentre outras informações, contribuíram para aprofundar as discussões.

Reputou-se pertinente ainda considerar as questões exmanentes, elaboradas a partir da intenção do pesquisador para atingir os objetivos da pesquisa, bem como as questões imanentes, os temas, tópicos e relatos de acontecimentos que emergiram no decorrer das narrativas (SCHIITZE, 1977, apud, Bauer, 2002, p.97).

3.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O Projeto de pesquisa com o título “Estatuto da Criança e do Adolescente e Socioeducação: Percepções dos profissionais da rede de proteção na perspectiva dos Direitos Humanos” foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR e aprovado conforme o Parecer Consubstanciado nº 3.229.891, conforme anexo III.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Após a coleta do material, que foi feita por meio de entrevista gravada e transcrita na íntegra, procedeu-se à análise qualitativa dos dados visando a encontrarem-se categorias de análise, por meio do uso do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)¹⁴, que permite ao pesquisador tratar os dados por meio de a análise fatorial de correspondência ou nuvem de palavras. O software foi desenvolvido em 2009 por Pierre Ratinaud. Trata-se de um software livre que pode ser utilizado para facilitar ao pesquisador na análise dos dados após terem sido transcritos.

Além de permitir análises estatísticas de palavras semanticamente correlatas, contribui na elaboração de categorias de análise, pois facilita descrever as especificidades de grupos, a classificação hierárquica da ordem em que conceitos, termos e expressões aparecem.

Para as respostas referentes ao questionário sociodemográfico, a outras experiências na rede de proteção e à descrição das atividades em função do cargo ocupado, foram feitas tabelas contendo resumidamente as informações dos participantes. Já para as respostas elaboradas em função do roteiro de questões para entrevista narrativa, foi utilizado o Iramutec, a partir do qual se elaborou o fatorial de correspondência por meio de nuvem de palavras, com análise de similitude da entrevista, para compreender-se melhor como o grupo de palavras se relacionam. Também foi utilizado o Dendograma e outros gráficos viabilizados para

¹⁴ As discussões sobre o uso do software IRAMUTEQ ocorreram durante a disciplina “Especificidades das técnicas e abordagens e análises de pesquisas de Representações Sociais”, ofertadas pelas Profa. Dra. Araci Asinelli-Luz e Profa. Dra. Michele Catherin Arend, no Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE – UFPR, como requisito para obtenção de créditos no doutorado, primeiro semestre de 2017.

se chegar às categorias de análise. Devido à amplitude das respostas dadas pelos participantes à questão 01, que indagou sobre o percurso acadêmico e profissional até chegar à rede de proteção, considerou-se pertinente utilizar os aplicativos do Software Iramuteq e os gráficos resultantes das respostas dadas a essa primeira questão, presentes nas FIGURAS 4, 5, 6, 7 e 8. Essas informações foram comparadas com os gráficos que ilustraram as demais respostas dadas às outras questões constantes no anexo II – Roteiro para entrevista narrativa.

Após o uso do software Iramuteq, procedeu-se à análise descritiva dos dados, com apoio nos postulados de Umberto Eco, 1990, sobre os limites da interpretação, alertando sobre as superinterpretações que podem comprometer as nuances semânticas presentes nos elementos dos enunciados proferidos em um determinado contexto de enunciação.

4 RESULTADOS

Os participantes que concordaram em dar as entrevistas entraram em contacto com a pesquisadora por e-mail, WhatsApp ou pessoalmente. Todos optaram por agendar horário no próprio local de trabalho, fora do horário das atividades laborativas. Após leitura do Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram esclarecidas as dúvidas e procederam-se as entrevistas. Primeiramente, responderam ao questionário sociodemográfico. Em seguida, concordaram em gravar as entrevistas. Organizaram-se quadros para melhor visualizar as questões sociodemográficas e questões abertas sobre descrição das atividades realizadas no cotidiano profissional de cada participante

QUADRO 7 – QUESTÕES SOCIODEMOGRÁFICAS SOBRE OS PARTICIPANTES

Função na rede de proteção	Idade	Endereço	Escolaridade	Estado civil	Tem filhos? Quantos e idades?	Município de atuação na rede	Outros cargos
Participante - 01 Psicóloga CRAS	32	Curitiba	Especialização	União Estável	Sim. Um filho 10 anos	Colombo-PR	Não
Participante - 02 Pedagoga CEEBJA	49	Colombo	Especialização	Casada	Sim 4 Filhos adultos	Colombo-PR	Não
Participante - 03 Professor CENSE	53	Pinhais	Especialização	Divorciado	Sim, dois meninos adultos.	Piraquara-PR	Não
Participante - 04 Professora alfabetizadora CENSE - Fase 1	49	Curitiba	Doutorado	União Estável	Não	Piraquara-PR	Coordenadora de CEEBJA.
Participante – 05 Membro de Conselho Tutelar	55	Colombo	Especialização	Casado	Sim. 02	Colombo-PR	Professor
Participante – 06 Psicóloga (CRAS)	39	Curitiba	Especialização	Casada	Não	Curitiba-PR	Psicóloga na FAS
Participante – 07 Diretor de CENSE	53	Colombo	Especialização	Casado	Sim. Um jovem	Piraquara-PR	Professor de Filosofia Agente Socioeducador. Programa de proteção às testemunhas
Participante – 08 Assistente Social do CREAS.	43	Curitiba	Especialização	Casada	Sim. Um filho	Colombo-PR	CREAS
Participante - 09 Representante do PEMSE	38	Curitiba	Especialização	Casada	Não	Colombo-PR	CRAS PEMSE
Participante – 10 Representante de EJA e CRAS	34	Curitiba	Mestrado	Casada	Sim. Dois: m casal.	Colombo PR	CRAS
Participante - 11	47	Água Verde	Mestrado	Casada	Quatro filhas	Colombo PR	CENSE

FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2020).

QUADRO 8 – OUTRAS EXPERIÊNCIAS NA REDE DE PROTEÇÃO

Cargo	Instituição	Local da Instituição	Tempo de experiência	Data de Início	Data da saída
Participante 01 Psicóloga	CRAS	Colombo	5 anos	Jan. 2014	...
Participante 02 Pedagoga	Pedagoga Escola Estadual CEEBJA	Colombo	24 anos	Jan. 1996	...
Participante 03 Professor	CENSE – Centro Socioeducativo São Francisco	Piraquara	27 anos	Mar./1992	...
Participante 04 Professora alfabetizadora CENSE – Fase 1	Professora de Português na rede básica. CENSE – Centro Socioeducativo São Francisco	Piraquara	25 anos	Mar./1994	...
Participante 05 Representante de Conselho Tutelar	Professor de Português Conselho Tutelar de Colombo – PR.	Colombo	07 anos	Mar./2012	...
Participante 06	Psicóloga da FAS	Região Metropolitana de Curitiba	11 anos	Fev. 2008	...
Participante 07	Professor de CENSE Agente Socioeducador Diretor de CENSE	Piraquara	1 ano	Mar./2018	...
Participante 08	Movimento Popular. Economia Solidária. Assistente Social do CRAS e do CREAS.	Colombo	12 anos	Fev. 2014	...
Participante 09	Área de saúde mental. CRAS - Psicóloga CREAS PEMSE	Colombo	07 anos	Fev. 2013	...
Participante 10	Psicóloga do CRAS	Curitiba	06 ANOS	Mar. 2013	...
Participante 11	Psicóloga do CENSE Área da saúde. Professora em cursos de fisioterapia, gestão e recursos humanos.	Santa Catarina. Piraquara	13 anos	2006	...

FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2020).

NOTA: Caso tenha exercido outros cargos em algum equipamento da rede de proteção, especifique a função, a instituição e o tempo de experiência.

QUADRO 9 – BREVE DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES INERENTES AO CARGO

(continua)

Participante 01 - Acompanhamento de adolescentes encaminhados da rede de proteção social especial – PEMSE para a execução de medidas socioeducativas – Prestação de Serviços Comunitários. Orientação. Realização de atividades condizentes com o perfil do adolescente. Orientação familiar.
Participante 02 - Orientação e acompanhamento do plano de trabalho docente e do projeto político e pedagógico do CEEBJA; Organização de atividades que envolvem a comunidade intra e extraescolar. Articulação para acompanhamento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.
Participante 03 - Elaborar planos de trabalho docente; propor atividades intra e extraclasses. Metodologias possíveis com os poucos recursos que se tem. Faz um trabalho tentando resgatar um pouco do que sobrou de raciocínio desses meninos, para desenvolver um pouco mais, desenvolver a autonomia deles. O senso de responsabilidade, refazer o esquema mental deles. Os vínculos afetivos estabelecidos na interação professor-aluno são mais eficientes para promover a leitura e a escritas.
Participante 04 - Elaboração de projetos educativos que envolvem múltiplos recursos para tentar resgatar um pouco do raciocínio dos socioeducandos. Recursos que tentam, na medida do possível, permiti-los refazer o esquema mental muito comprometido pelo uso de substâncias entorpecentes.
Participante 05 – O trabalho versa sobre tentar fazer valer o sistema de garantia de direitos com todos os adolescentes. Especificamente, em relação aos adolescentes em conflito com a lei, trabalha-se na efetivação dos direitos, por que na maioria das vezes, quando chega pra nós à situação é que estão fora da escola, que estão sem atendimento em saúde, que estão sem documentos e aí a gente tem que fazer uma força tarefa pra efetivar todos os direitos dos adolescentes.
Participante 06 – O trabalho é dividido por território, além do adolescente em cumprimento de medida, também há o atendimento ao idoso, vítima de violência, à mulher vítima de violência, dentre outras pessoas em condições de vulnerabilidade econômica e social, que sofrem violências.
Participante 07 – Colaborar para a organização do trabalho socioeducativo, tanto nos aspectos referentes à segurança, quanto nos aspectos referentes às questões pedagógicas. Participar de estudo de caso; colaborar na elaboração do Plano Individual de Atendimento/PIA. Atender a situações de conflito entre adolescentes, ou entre esses e os agentes socioeducadores.
Participante 08 – Elaborar plano de atendimento para as famílias, articular com outros equipamentos da rede de proteção atenção necessária para os encaminhamentos do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Atender casos de violência à mulher e fazer os encaminhamentos que visem a minimizar ou extinguir a situação de risco de vida. Orientar crianças e adolescentes para redução de danos com uso de substâncias entorpecentes, sensibilizá-los para os problemas que podem acarretar função do uso e abuso de drogas, bem com as relações interpessoais que advêm em função disso. Fazer a escuta especializada de crianças que podem estar sendo vítimas de abuso sexual, bem como os devidos encaminhamentos e orientações.

(conclusão)

<p>Participante 09 – Primeiro atendimento é o acolhimento. Triagem para verificar a documentação para ser providenciada. Construção do plano individual de atendimento, conforme a medida que foi aplicada, a Prestação de Serviço Comunitário ou a Liberdade Assistida, faz-se o atendimento do adolescente junto à família, o atendimento é em conjunto com a pedagoga e a psicóloga. Realiza uma entrevista, o levantamento das informações de identificação da família e já ia construindo o Plano Individual de Atendimento. A partir disso, é feito o acompanhamento, agendamento dos atendimentos individuais, o monitoramento das medidas. Cabe ao assistente social também fazer o atendimento individual deles para saber se eles já tinham cumprido algumas metas do plano individual de atendimento. Por exemplo, eu já providenciava a documentação. Muitos deles chegavam sem RG, sem certidão de nascimento. Então a gente colocava a meta para a família providenciar a documentação. A questão de acesso à saúde. Fazer encaminhamento para a unidade de saúde, para a avaliação com o médico clínico ou com o próprio dentista. A gente fazia a visita domiciliar de acompanhamento do adolescente na família. Contato com a rede, contato com a escola, contato com o Conselho Tutelar, contato com escola, contato com a saúde também. A princípio é o atendimento contínuo. Enquanto o menino estava ali em seis meses durante a liberdade assistida. Cada quinzena, pelo menos uma vez por mês fazia o atendimento para aquele adolescente. E os atendimentos familiares eram mais esporádicos, às vezes uma vez por mês, ou quando fosse necessário, a gente agendava. A relação com a saúde deixava a desejar. Não se tem autonomia para conseguir um encaminhamento do adolescente para alguma profissional especializado. A gente fazia a solicitação para que consultasse com o clínico ou com o dentista.</p>	<p>Participante 10 – Encaminhamentos pedagógicos que visam a orientar o trabalho dos professores para cumprimento do Plano de trabalho Docente, bem como do PPP Projeto Político e Pedagógico. Organização do Trabalho Pedagógico. Orientação Pedagógica a estudantes. Articulação com a comunidade por meio de organização de reuniões com pais e responsáveis pelos alunos. Os alunos em cumprimento de medida socioeducativa recebem um atendimento diferenciado, no sentido de que se tenta articular com outros equipamentos da rede de proteção para verificar-se como ocorrem os encaminhamentos de cumprimento da medida. São realizadas reuniões frequentes de formação e discussão de casos considerados mais urgentes. Estão presentes nessas reuniões representantes das áreas da saúde, do CRAS, do CREAS, dos CEEBJAS, da Rede de Educação Básica, dentre outros profissionais.</p>	<p>Participante 11 - Atendimento técnico-individual. Participa dos estudos de caso, do conselho disciplinar, relatório, entrevista com a família, articulação com a rede acompanhamento da rede para inserção da família do adolescente. Eu estou sempre muito próxima da escola então eu estou sempre demandando muita coisa da escola. Acho a escola bastante importante aqui dentro. Às vezes lá fora também a gente faz essa articulação. A gente faz os relatórios, acompanha as atividades com os adolescentes, vê se ele está acompanhando as atividades. Acompanha o PIA pra ver se a gente consegue dar conta das necessidades do adolescente.</p>
--	--	--

FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2020).

QUADRO 10 – SÍNTESES DAS RESPOSTAS SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA REDE DE PROTEÇÃO

(continua)

QUESTÕES	SÍNTESES DAS RESPOSTAS
QUESTÃO 01 ÁREA DE ATUAÇÃO	Assistentes sociais e Psicólogos, representantes do CRAS, CREAS e PEMS; Agente de execução; Professora da EJA no meio aberto; Professores do PROEDUSE; Diretor de CENSE; Membro do Conselho Tutelar.
QUESTÃO 02 CURSOS	Seminário de medidas socioeducativas; Escuta especializada; Formação de brigadistas.
QUESTÃO 03 TEMAS	Socioeducação; Escuta especializada; Direitos Humanos; Diversidade de gênero; Violência contra a mulher; Justiça restaurativa;
QUESTÃO 04 A OFERTA DOS CURSOS É SATISFATÓRIA?	Precisa haver mais cursos de profissionalização, especialmente sobre a legislação. O município não oferta muitos cursos de qualificação profissional, nem para os técnicos, nem para os adolescentes e seus familiares.
QUESTÃO 05 PLANO DE CARREIRA	É muito difícil de ascender no plano de carreira ofertado no município de Curitiba. Na rede estadual de educação básica, existe um plano de carreira, mas os profissionais da educação se sentem insatisfeitos com os retrocessos que vêm ocorrendo: Ameaça de perda da licença-prêmio por assiduidade; Aumento da carga horária desde 2016, o professor tem trabalhado uma média de seis horas a mais sem receber por elas. Medida que ocasionou o desemprego de aproximadamente 10.000 professores contratados pelo PSS. O descumprimento da lei nacional que prevê 33% de hora atividade. Estão congeladas as progressões e promoções. O PDE não está sendo ofertado para o professor ascender.
QUESTÃO 06 PREPARO PARA A FUNÇÃO.	A maioria dos profissionais considera-se preparados para o exercício da função. No entanto, é unanimidade que ainda são necessários cursos que abordem temas específicos à prática cotidiana, voltados para a área de direitos humanos, escuta especializada, mediação de conflitos e outros temas que contribuam para a socioeducação. A falta de compreensão sobre a dinâmica na socioeducação, o sentimento de impotência diante do trabalho humanamente impossível de realizar tem levado alguns profissionais para o adoecimento decorrente da profissão, ou para a aposentadoria precoce. Os cursos de formação poderiam fortalecer o profissional para evitar o desenvolvimento de patologias, especialmente às psíquicas.

(conclusão)

QUESTÕES	SÍNTESES DAS RESPOSTAS
<p>QUESTÃO 07</p> <p>AVANÇOS APÓS O ECA.</p>	<p>Há uma visão distorcida de que o ECA prevê proteção e direitos aos adolescentes, sem responsabilizá-los por ações infracionais. Acontece o contrário, o ECA acaba por impor sanções que muitas vezes os adultos não recebem com o mesmo rigor, especialmente em casos quando o infrator é considerado réu primário e pode responder em liberdade até o d da do julgamento. Já o adolescente, em situação semelhante, acaba por receber medida de internamento.</p> <p>Após o ECA, o acesso aos serviços ficou facilitado para a população. Foram criados cargos e instituições na área de assistência social, psicologia, da segurança, da educação e do direito. Consequentemente, ampliou a oferta para outros profissionais na área da limpeza, administrativa e gestão.</p> <p>A partir do ECA, houve uma abertura para a garantia de direitos, numa perspectiva de proteção e prevenção. A construção de casas abrigo, a escuta qualificada, a redução da exploração do trabalho infantil, a atuação do Conselho Tutelar e outros equipamentos que sequer existiam antes do ECA.</p>
<p>QUESTÃO 08</p> <p>SINASE</p>	<p>Boa parte dos profissionais ainda não teve acesso a debates sobre o SINASE. Os CENSEs ainda não estão atendendo a estrutura predial autorizada pela lei. Também ainda valores e princípios éticos precisam ser desenvolvidos, para que todos cumpram a lei e compreendam a ontologia presente na atitude socioeducativa.</p>
<p>QUESTÃO 09</p> <p>POLÍTICAS DE MELHORIAS</p>	<p>Ampliação do número de equipamentos PEMSE, CRAS, CREAS, CAPS AD, CAPS I e Conselho Tutelar. O município de Colombo conta com apenas um CREAS, um PEMSE e um Conselho Tutelar, para atender a uma população de aproximadamente 243.726 habitantes.</p> <p>Cursos de formação que discutam temas pertinentes ao trabalho com a socioeducação e abordem temas como: Gestão de conflitos. A inclusão do socioeducando no ensino regular e nos CEEBJS.</p> <p>Estágios para os adolescentes; Trabalho para as mães desses adolescentes e demais familiares; Cursos de qualificação profissional com possibilidades reais de viabilizar renda para a família ter uma vida digna sem ter que fazer vistas grossas para atos infracionais cometidos por filhos, netos, sobrinhos e amigos da vizinhança.</p> <p>O setor da saúde é incumbido de coordenar os encontros da rede de proteção, viabilizar espaços de discussão e organizar a articulação com demais representantes dos equipamentos. Apesar disso, é a assistência social que acaba coordenando e se responsabilizar por promover esses encontros.</p> <p>Ampliação das disciplinas a serem ofertadas no PROEDUSE para garantir os direitos humanos e implementar medidas preventivas.</p>

FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2020).

QUADRO 11 – ASPECTOS POSITIVOS APÓS ECA E SINASE

(continua)

Função na rede de proteção	Melhorias advindas com a disseminação da defesa dos Direitos Humanos após ECA e SINASE. (Transcrição)
Participante 01 Psicóloga CRAS	<i>Na maioria das vezes, a gente encaminha para o CREAS. Quando não há CREAS, a gente encaminha para o CRAS. Antigamente não havia essas instituições. Alguns municípios têm articulação com o PEMSE, uma equipe própria para atendimento socioeducativo. A gente fala muito de CREAS, mas a articulação é necessária com a saúde, por causa do CAPS, atendimento psicológico, atendimento com a família, em alguma ação.</i>
Participante 02 Pedagoga CEEBJA	<i>Ao longo da minha experiência, conheci profissionais que relataram as melhorias que houve após o Estatuto da Criança e do adolescente. Hoje você não vê muitas crianças abandonadas, vivendo na rua e pedindo. Hoje você vê a maioria das crianças não escola. Muitas crianças não iam pra escola antigamente, ficavam trabalhando, eram submetidas à exploração da mão de obra infantil. Hoje, a maioria está na escola, então isso é um grande avanço, no olhar para as crianças como prioridade absoluta, no campo da saúde, hoje se tem outro olhar.</i>
Participante 03 Professor CENSE	<i>Com relação a melhorias e aos direitos humanos, houve uma mudança que a gente percebe boa, é que o número de meninos diminuiu, nós trabalhávamos com 250 meninos, hoje a unidade trabalha com 70, 75 meninos. Então, eu tinha na sala de aula 25 alunos, hoje eu tenho 6, 7, 5, isso facilita pra gente trabalhar.</i>
Participante 04 Professora alfabetizadora CENSE - Fase 1	<i>Os direitos humanos são fundamentais para a socioeducação. a idéia de socioeducação tá sendo bem desenvolvida na medida do possível. A gente trata aqui o resulta” do (referindo-se a uma série de causas que contribuíram para a chegada do adolescente à socioeducação). [Em função do SGD] “Então a gente faz um trabalho assim tentando resgatar um pouco do que sobrou de raciocínio desses meninos, pra desenvolver um pouco mais, desenvolver a autonomia deles. O senso de responsabilidade, refazer o esquema mental deles através, a gente sabe que através dos vínculos que a gente estabelece com eles aqui, a gente consegue fazer com que, pelo menos, ele saia com o mínimo de leitura e escrita.</i>
Participante 05 Membro de Conselho Tutelar	<i>Com relação aos avanços na área dos direitos humanos foram muitos, antigamente sequer havia o conselho tutelar, não havia um equipamento que pudesse correr atrás de vagas em creche, de verificar situações de violência sexual envolvendo, muitas vezes familiares, outras violências. Agora existe esse mecanismo de defesa de direitos que é o Conselho Tutelar.</i>
Participante 06 Psicóloga na FAS e no CRAS.	<i>O papel dos direitos humanos para com os adolescentes é de conscientização, de proteção, de conscientização que eu digo de que muitas pessoas não sabem que os adolescentes são responsabilizados sim pelos seus atos. Às vezes, a sociedade, de uma forma geral, tem a percepção de que nada acontece. Acontece sim, nós que trabalhamos sabemos disso, às vezes o adolescente que tá em regime de internação, por conta do ato infracional que cometeu, a gente sabe das dificuldades que é lá dentro. Então, acho que o papel dos direitos humanos é de conscientização e de fiscalização de repente, nesses locais fechados, de medida socioeducativa fechado.</i>

(conclusão)

Função na rede de proteção	Melhorias advindas com a disseminação da defesa dos Direitos Humanos após ECA e SINASE. (Transcrição)
Participante 07 Diretor de CENSE	<p>Não se ouvia o que o agente que tem o contato com o adolescente tem a dizer sobre ele. Agora não, há uma interação entre equipe técnica e agentes. A implementação do SINASE levou a equipe toda a participar do PIA, do Estudo de Caso, do Conselho disciplinar, de maneira mais administrativa, e, ao mesmo tempo em que você ganha espaço, você ganha responsabilidade. Trabalhar conhecendo a lei requer um compromisso maior com a própria carreira profissional.</p>
Participante 08 Assistente Social do CREAS.	<p>(...) os trabalhos realizados coletivamente que são os que dão mais certo né. Tanto as famílias também. É visível que o trabalho coletivo em rede surte um efeito muito diferente. Temos os próprios encontros de rede são para discutir atendimentos e dificuldades no atendimento. Todo mês, o município realiza uma reunião de técnicos. Esse encontro dos técnicos é falado sobre como enfrentar as dificuldades. Para os encontros de rede, cada território tem uma coordenação que é no CRAS. A coordenação é da assistência social.</p>
Participante 09 Representante do PEMSE	<p>O Pemse foi criado para fazer valer as previsões do SINASE. A partir daí, o trabalho de elaboração do plano individual de atendimento passou a ser feito por assistente social, psicóloga e pedagogos conjuntamente. O monitoramento da medida é feito com orientação por uma equipe multiprofissional, que avalia as aptidões e possibilidades de inserção no mercado de trabalho e outras assistências.</p>
Participante 10 Representante de EJA e CRAS	<p>Aqui por exemplo se você tem um caso de criança, como eu já tive, que precisava ser discutido, mas aí eu encaminhei por e-mail pro CRAS e já fiz essa discussão ontem e essas reuniões é uma devolutiva no individual e são reuniões de formação. Cada mês a coordenadora articula uma reunião, que acaba sendo uma reunião de formação, de conhecimento, porque eu mesma não sabia pra que servia o CRAS, o CREAS, o que é a ficha única, o preenchimento do cadastro único. E tudo isso vou poder multiplicar. Pois se vem um pai precisando, alguma coisa assim, você já sabe pra onde encaminhar.</p>
Participante - 11 Psicóloga no CENSE	<p>O SINASE traz algumas coisas muito interessantes, da organização, da individualização da medida, no sentido de buscar a necessidade diferenciada para cada um, eu acho isso bem importante (...).Após o menino sair da Unidade, depende de cada caso e do município que o adolescente mora. Há alguns casos em que já no estudo de caso a gente consegue articular com a rede. Geralmente com o CREAS, com a medida socioeducativa. Mas também a gente tem o CRAS. O CRAS aqui de Piraquara tem feito com a gente um processo de matriciamento, de discussão dos casos. Já houve casos de adolescente que a gente encaminhou para o CAPS.</p>

FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2020).

QUADRO 12 – DIFICULDADES E POSSÍVEIS MELHORIAS FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS

<p>QUESTÃO 10</p> <p>DIFICULDADES FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O número de equipamentos da rede de proteção é insuficiente, especialmente dos Conselhos Tutelares e do CRAS. ✓ A falta de formação faz com que persistam ações mais e repressão e punição do que de socioeducação. Impossibilidade de cumprimento das medidas socioeducativas como a PSC e a LA, por falta de recursos financeiros por parte da família para custear o transporte. ✓ O CRAS não consegue arcar sempre com as despesas para garantir o cumprimento da imposição do (a) juiz (a) com relação à frequência do adolescente na escola. ✓ As localidades que ofertam a Educação de Jovens e Adultos apresentam uma organização com turmas no coletivo, e outra organização de atendimento individual. Dependendo de quantas matérias ainda falta para o adolescente fazer, não é possível inseri-lo no período exato da determinação judicial para que se cumpra com as medidas. Às vezes o juiz determina que o adolescente seja matriculado no final de novembro ou início de dezembro, sem considerar a organização do trabalho pedagógico do CEEB/JA próximo à residência do socioeducando. Em casos quando a organização está formatada para atender as turmas no coletivo, há dia estipulado para início e término do período letivo. Mesmo assim os juízes impõem a matrícula do socioeducando próxima à sua residência. ✓ A inserção do adolescente egresso do sistema socioeducativo é realizada por decisão judicial, mas os profissionais da educação não sabem o que fazer com esse adolescente, para convencê-los a realizar as atividades que ele tem dificuldade de compreender, tendo em vista que já estão em andamento as aulas e quase finalizando o ano letivo. Fica uma inserção de faz de conta. ✓ Necessidade de ampliar o debate sobre os Direitos Humanos nos cursos de qualificação profissional, trazer as demandas dos movimentos LGBT, das questões étnico-raciais, da equidade de gênero, do enfrentamento à violência contra a mulher, contra o uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, contra a degradação do meio ambiente, contra todas as formas de violências e violações. Promover a cultura da paz. Sensibilizar sobre prevenção.
--	---

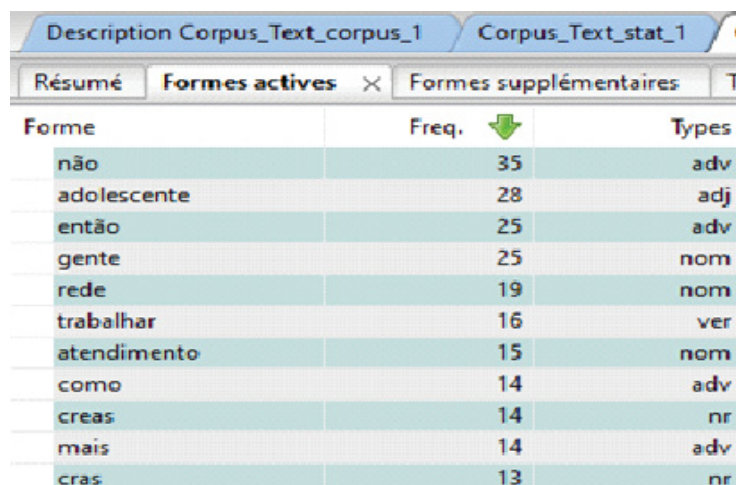
FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2020).

5 ANÁLISE DOS DADOS

O Software Iramuteq, além de permitir uma análise textual mais aprofundada, permite ao pesquisador(a) visualizar a classificação hierárquica descendente dos termos e expressões que aparecem com mais frequência. Esses elementos levam a inferências e conjecturas que revelam a aproximação semântica dos elementos lexicais convergentes, presentes nas respostas dos participantes. A FIGURA 3 ilustra os resultados obtidos a partir do Iramuteq, pertinentes à primeira questão, que se referia à formação e aos percursos percorridos até chegar à rede de proteção.

Os resultados ilustram como se apresentaram a frequência dos termos e expressões presentes nas respostas dos participantes. Os grafos seguintes ilustram os resultados referentes às demais questões constantes no roteiro de entrevista. Essas informações contribuem para a compreensão de como foi possível chegar às análises descritivas, às conclusões e considerações.

FIGURA 3 – FORMAS ATIVAS RESULTANTES DA PRIMEIRA QUESTÃO



Forme	Freq.	Types
não	35	adv
adolescente	28	adj
então	25	adv
gente	25	nom
rede	19	nom
trabalhar	16	ver
atendimento	15	nom
como	14	adv
creas	14	nr
mais	14	adv
cras	13	nr

FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2020).

Ao clicar na aba formas ativas, percebe-se que o advérbio de negação “não” teve uma frequência de 35 vezes, seguida por “adolescente”, 28 vezes; “então” (marcador conversacional para dar sequência ao discurso), 25 vezes. Igualmente, a palavra “gente” apareceu 25 vezes; “rede”, 19 vezes; o verbo “trabalhar” apareceu

16 vezes; “atendimento”, 15 vezes; “CREAS”, 14 vezes; “CRAS”, 13 vezes; “família”, 13 vezes; “tutelar”, 10 vezes, “formação”, “professor”, 9 vezes.

Serão consideradas para essa questão essas ocorrências, tendo em vista serem as primeiras que aparecem na primeira tela quando comparadas às demais questões. O “não” será substantivado, pois ilustra o não cumprimento dos artigos de lei, o não atendimento a todos os usuários dos equipamentos da rede proteção, a não oferta de cursos profissionalizantes que atendam aos anseios da população beneficiária dos programas de transferência de renda, a não possibilidade de conseguir uma renda que possa oferecer dignidade aos próprios beneficiários e seus familiares.

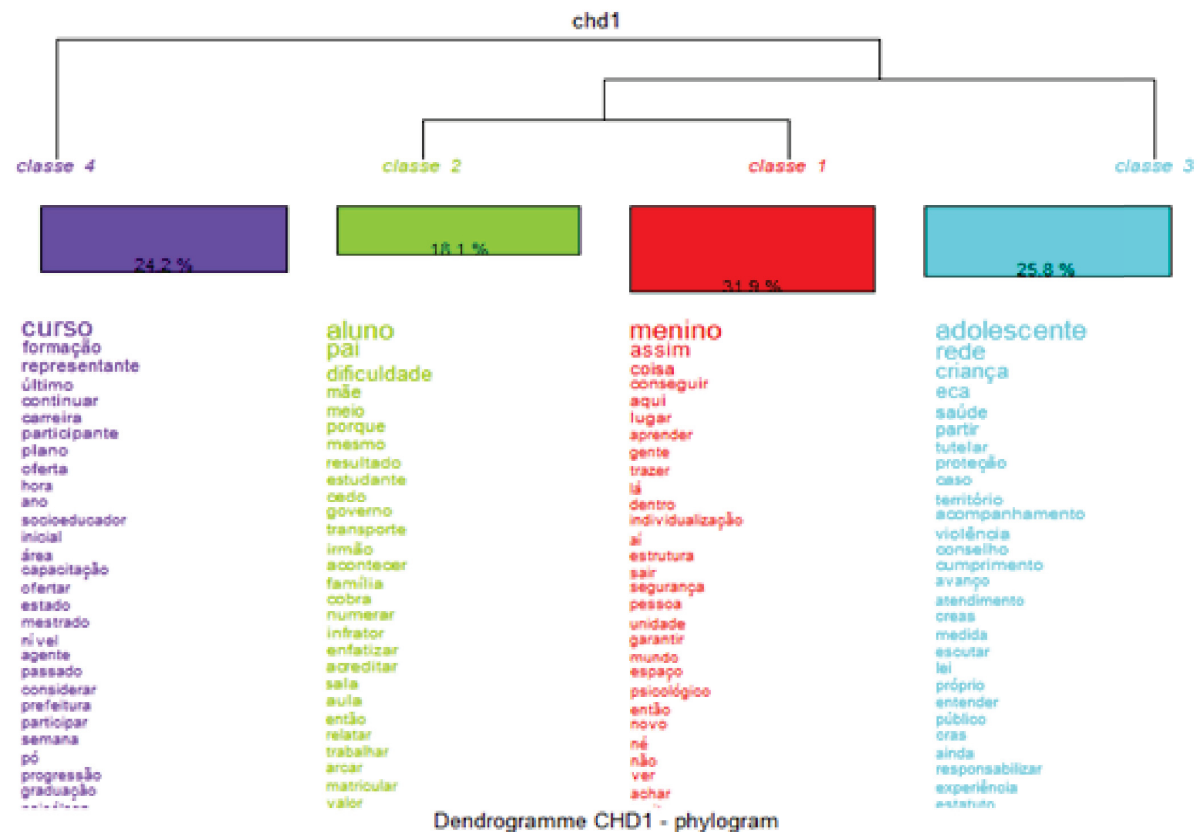
Trata-se do “não” da negação de direitos, da negação das possibilidades de uma vida com alimentação necessária, atendimentos em postos de saúde, em dentistas, acolhimento nas escolas próximas à residência, transporte, dentre outras impossibilidades de acesso, para que o mínimo requerido significasse ter condições de uma vida digna.

A palavra “adolescente” apareceu nesse *corpus* textual 28 vezes na lista de formas suplementares. Isso ocorreu possivelmente pelo fato de a pesquisadora ter esclarecido aos participantes sobre o objetivo geral desses estudos, em verificar limites e possibilidades de fortalecer o trabalho com os adolescentes.

Até aqui foi feita uma breve análise do Iramutec, referente à questão 01 apenas. Somente para visualizar um pequeno espectro que contribuiu para compreender as demais análises. Observe-se que algumas análises dessa pequena amostra, que constituiu apenas as respostas dadas pelos participantes à questão 01, poderão ser comparadas à totalidade das respostas dos participantes, como se verá nas considerações propositivas dessa tese.

Para melhor compreender como essas respostas interagem, as próximas FIGURAS mostrarão o resultado do software Iramuteq ao se agrupar todos os enunciados presentes na fala dos participantes na ocasião da entrevista. As classes de palavras que estão contidas no dendograma a seguir permitem fazer reflexões sobre os temas e o contexto presente para fazer uma análise mais precisa.

FIGURA 4 – DENDOGRAMA: UCE DE TODAS AS REPOSTAS



FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2020).

Dendograma que revela a UCE de todas as respostas, bem como a porcentagem de UCE em cada classe e palavras com maior qui-quadrado (χ^2) fornecido pelo software IRAMUTEQ – Curitiba, PR, Brasil, 2019.

FIGURA 5 – DENDOGRAMA GERAL: APROXIMAÇÕES SIMILARES POR FILOGRAMAS



FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2020).

Observa-se, por meio da classificação hierárquica descendente (CHD), que a classe quatro compreende a classe três, na qual estão contidas as classes um e dois. Nesta quarta classe, as palavras apareceram na seguinte ordem: curso, formação, representante, último, continuar, carreira, participante, plano, oferta, hora, ano, socioeducador, inicial, área, capacitação, ofertar, mestrado, progressão e outros.

A preocupação com cursos de capacitação foi recorrente na fala dos entrevistados. Consideram a formação inicial e continuada importantes, não somente para ascender no plano de carreira, que está congelado, mas principalmente para sensibilizar ações que refletem um trabalho antropológico, socioético e autoético gratificante. A primeira participante, assistente social no PEMSE, ressalta que os cursos de qualificação profissional que fez foram custeados por ela. São poucos investimentos por parte das prefeituras ou do estado para capacitação.

Precisaria de mais capacitações. A gente precisa sempre de mais capacitação. Cada profissional de cada área tem situações mais específicas que precisa aprender, às vezes muda-se a legislação, surgem muitas coisas novas e a gente precisa dessa atualização. (PARTICIPANTE 1, 2019).

A segunda participante, que representa equipe pedagógica de CEEBJA e frequenta as reuniões da rede de proteção que ocorrem no município de Colombo, esclarece que não há oferta de cursos, na área da educação, que possibilite aos servidores ascender no plano de carreira. Pelo contrário, caso o servidor resolva fazer o curso, por conta própria, há grande resistência por parte das direções de escolas e chefias imediatas em liberar o servidor para realizar cursos, ainda que comprovadamente na área da educação.

A participante relata o desabafo sobre a falta de cursos de profissionalização. Quando questionada sobre os últimos cursos ofertados pela mantenedora, a participante acrescentou que além de não disponibilizarem cursos, é um absurdo a falta de apoio das chefias imediatas, pois ao não compreenderem a importância da profissionalização, contribuem para evitar a ascensão nos planos de carreiras, que já é algo quase impossível, além de impossibilitar as possíveis melhorias na qualidade dos serviços prestados:

Não tem tido muita oferta de cursos nessa área, o ultimo curso que eu participei que teve uma carga horária maior foi EJA privados de liberdade que Universidade Federal do Paraná que ofereceu, mas especificamente nesta área (Referindo-se à educação em meio aberto), não tem tido não.[...] Não, não teve, inclusive a mantenedora quando nós vamos colocar as formações que temos, que buscamos para crescimento profissional, a mantenedora não consegue enxergar como útil é pra gente, temos que ter essa informação das coisas que acontecem, das mudanças que vem acontecendo, mas a mantenedora nem sempre considera este tipo de formações. (PARTICIPANTE 2, 2019).

Todos consideram importante a formação continuada. No entanto, a formação destinada ao agente socioeducador é de extrema urgência, ao se considerar que esse profissional atua na interação imediata com os socioeducandos. Um dos agentes socioeducadores que participou dessa pesquisa alerta sobre a importância desse profissional conhecer bem sobre as atribuições do cargo, aprender sobre as bandeiras de luta dos movimentos LGBT, sobre os direitos humanos e práticas de solução de conflitos, para não acabar cometendo ações ilícitas no exercício do cargo:

Os cursos de formação continuada não foram ofertados entre 2015 a 2017. Foram raros relacionados à segurança. Participei como docente para alguns agentes, não tínhamos a intenção de que os agentes novos fossem formados por policiais, mas que fossem formados numa outra perspectiva, com o menor uso de força possível. Também alguns cursos que tratavam de direitos humanos, LGBT, práticas de gestão de pessoas, de gestão de adolescentes. (PARTICIPANTE 5, 2019).

Além da formação do agente, importa rever urgente o número de cursos ofertados aos conselheiros eleitos como membros do Conselho Tutelar. O participante que representa o Conselho Tutelar alertou para as falácias que o poder atribuído ao conselheiro pode consequenciar:

Em 2014, teve bastante curso até, teve na federal, na PUCPR, a gente participou. Porque o fato de ser eleito conselheiro tutelar e não ter a formação continuada, é bem perigoso para a sociedade, justamente pelo empoderamento que o estatuto dá que uma decisão do conselheiro tutelar só pode ser modificado pela autoridade judicial, no caso a juíza, é uma responsabilidade muito grande, então hoje eu sinto bastante falta daqueles cursos que tínhamos continuados como preconiza o estatuto também na formação continuada do conselheiro nenhum município oferece. (PARTICIPANTE 9, 2019).

Percebe-se que o participante se refere aos cursos ofertados para conselheiros no ano de 2014. A entrevista para esta pesquisa foi realizada em 2019. O poder de decisão do conselheiro repercute diretamente na vida das crianças, dos adolescentes e dos familiares. Esse profissional precisa estar muito bem informado sobre as previsões do ECA e demais legislações para não incorrer em abusos de poder, ou em atitudes ilícitas por falta de conhecimento. O foco de Conselho Tutelar, do CRAS, do CREAS, do PEMSE, dos CENSEs, dos CEEBJAS e das escolas municipais e estaduais se centra prioritariamente no desenvolvimento humano da criança e no adolescente.

Para a classe 3, apareceram as seguintes palavras: adolescente, rede, criança, eca, saúde, partir, conselho tutelar, proteção, caso, território, acompanhamento, violência, cumprimento, avanços, escutar, lei, próprio, entender, público, CRAS, ainda, responsabilizar, experiência. O termo adolescente, para esse agrupamento de palavras, ficou em primeiro lugar com o maior índice de frequência na fala de todos os entrevistados. A utilização desse vocábulo foi feita especialmente por profissionais do PROEDUSE e atuantes no CRAS, CREAS e PEMSE, para se referir ao adolescente em autoria de ato infracional.

A relação desse adolescente com a rede de proteção – segundo lugar na CHD – apresentou muitas falhas que repercutiram negativamente na vida desse adolescente. Foram tantas as violações de direitos que já desde quando criança – terceiro lugar na CHD – o SGD se tornou inoperante. Embora o ECA – quarto lugar na CHD – verse sobre medidas protetivas para crianças e adolescentes, os direitos da criança não estão sendo assegurados a contento. Quando se torna adolescente e acaba internado em CENSE é que o SGD começa a operar, ainda que com muitas falhas a serem sanadas. Nas palavras da primeira participante, com experiência em PEMSE: “Ainda há muito que avançar para que os direitos humanos sejam de fato garantidos a crianças e adolescentes, especialmente que vivem em regiões de periferia.” (PARTICIPANTE 1, 2019).

A palavra saúde apareceu em quinto lugar na terceira classe, dado o número de vezes que foi utilizada pelos entrevistados. Revela uma grande preocupação por parte dos profissionais que atuam nas regiões metropolitanas, pois o uso e o abuso de drogas, lícitas e ilícitas, levam à dependência química e contribuem para a passagem da criança e do adolescente ao mundo da criminalidade. São inúmeras as dificuldades para que a equipe de psicólogos do CRAS e CREAS consiga encaminhá-los aos centros de apoio psicossocial/CAPS AD, devido ao número restrito desses equipamentos da rede e da localização geográfica afastada da residência da família da criança ou do adolescente.

Essa perspectiva vem ao encontro dos achados na pesquisa realizada na Califórnia, para verificar a viabilidade de acesso ao tratamento de saúde mental para pessoas que residem em regiões periféricas. O artigo intitulado “*Geographic distribution of California mental health professionals in relation to sociodemographic characteristics*”, publicado na base de dados PsicoINFO, demonstrou que a maioria dos médicos formados na área de saúde mental atende em localidades onde vivem pessoas com maior poder aquisitivo, com cor da pele branca, mais velhas e com maior escolarização. O acesso geográfico para as pessoas socioeconomicamente desprivilegiadas constitui uma grande barreira que impede muitos ao exercício do direito a um tratamento ao uso e abuso de drogas adequado. (SHARMA et al., 2017).

A prevenção deveria ocorrer na fase da infância, quando vizinhos e familiares percebessem quaisquer situações de risco vivenciada por crianças que vivem nas proximidades de suas casas, amigos dos filhos, ou criança ainda não é

ouvida nos seus anseios, nas suas necessidades. Continua vivenciando o modelo patriarcal que desconsiderava suas subjetividades e preconizava que fossem adultos em miniaturas predispostos a introjetar passiva e silenciosamente valores e modelos comportamentais.

A assistente social que tem atuação no CREAS enfatizou a importância da escuta especializada, tema que tem sido discutido nos cursos de formação com os técnicos atuantes no CRAS e no CREAS: “[...] a escuta especializada passou a vigorar no ano passado e se refere à escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crime. De violência. Essa escuta é feita por técnicos destacados para realizar a escuta”. (PARTICIPANTE 8, 2019).

Observa-se que a criança vai ser ouvida após ter sido vítima de violência ou ter sido testemunha desse ato. Não se verifica uma escuta como forma de prevenção. Não há essa discussão nos cursos de licenciatura plena, nem na formação dos técnicos e demais profissionais da rede. A quantidade de equipamentos da rede é insuficiente. A assistente social do CRAS explicou que cada CRAS contempla uma região, onde se localiza uma ou mais unidade de saúde. Consideram-se também os colégios estaduais, as escolas municipais, os CMEIS, além de: “Projetos de contraturno, ONGS, Quanto a esses equipamentos públicos e privados da sociedade civil que estiver naquele território acompanha uma rede. Dessa forma temos seis redes que realizam articulações micro. Microarticulações.” (PARTICIPANTE 8, 2019).

Evidencia-se que o número de equipamentos é insuficiente para atender a uma população que vive, em sua maioria, em condições de extrema vulnerabilidade. O Conselho Tutelar então realiza um trabalho milagroso, haja vista existir apenas um para atender a toda a população do município.

Quando o participante que atua como membro de Conselho Tutelar foi questionado sobre as dificuldades em exercer o papel preventivo, como por exemplo, ir atrás da criança evadida da escola, o mesmo desabafou sobre as demandas que considera humanamente impossível de atender, e suas angústias principais na ocasião da entrevista consistiam em tentar atender a situações de crianças que estavam sendo exploradas sexualmente pelos próprios familiares, em muitos casos. A psicóloga representante de CENSE que participou dessa pesquisa considerou preocupante a falta de apoio do conselho tutelar e da rede aos adolescentes internos do CENSE que cumprem medida privativa de liberdade:

Hoje quando a gente tem um menino de treze anos dentro da unidade, que desde os dez faz uso de substância né, e a família corre atrás de CAPS, corre atrás do Conselho Tutelar, corre atrás da justiça e não consegue ajuda e esse menino acaba vindo parar aqui, a gente vê que essa questão está se afunilando de novo, essa diferenciação de interesse muito grande está se afunilando de novo. Assim como os delitos de tráfico. (PARTICIPANTE10, 2019).

A psicóloga criticou também os encaminhamentos dados pelos juízes da Vara da Infância e da Juventude, ao encarcerar adolescentes de doze ou treze anos acusados de tráfico de drogas. Argumenta que precisariam de tratamento, e não de punição com restrição total de liberdade, pois estão sendo usados pela rede do narcotráfico. São internos que perfazem o contingente da exploração de obra infantil vivenciada por milhares de crianças e adolescentes brasileiras. A ansiedade e a depressão podem contribuir para os fatores de risco que levam ao abuso de substâncias.

Um dos artigos mencionados na busca integrativa, publicado no PsicoINFO com o título "*A prospective examination of anxiety as a predictor of depressive symptoms among Asian American early adolescent youth: the role of parent peer and teacher support and school engagement*", demonstrou que sintomas indicadores de alta ansiedade se associam ao aumento dos sintomas de depressão ao longo do tempo. Arora et al. (2017) propõem que devem se elaborar programas para ajudar jovens asiáticos e americanos a buscar um equilíbrio quando acometidos por sintomas de ansiedade e de depressão. O papel dos pais, dos professores e o engajamento da escola para promover articulação com a família e com a rede de proteção é de extrema importância.

Em artigo publicado na Revista de Psicologia do SciELO intitulado "Pesquisa investiga relação entre ansiedade e uso de drogas por adolescentes", Lopes (2013) trouxe reflexões pertinentes sobre essa correlação. Os participantes da pesquisa foram alunos da rede pública e privada, de 14 a 18 anos, que responderam a um questionário a respeito do uso de substâncias psicoativas. Dos resultados, destaca-se uma relação entre ansiedade e consumo de solventes, energéticos, cigarro e álcool com o uso de substâncias psicoativas. Comparativamente aos dados de pesquisa semelhante realizada em 2004, pelo Centro Brasileiro de Informações

sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), percebeu-se um aumento no uso não somente do álcool, mas também de ansiolíticos e anfetaminas.

O tratamento a sintomas de depressão e ansiedade pode constituir uma ação de prevenção que se soma a outros fatores de proteção, especialmente nesta era digital marcada pela falta de trocas afetivas e interativas face a face, bem como pelos crescentes índices de suicídio. Um dos participantes que atua em CENSE, como agente socioeducador, demonstrou inquietude com relação aos índices de suicídio não somente dos adolescentes internos, mas também dos educadores colegas de profissão:

Tem esses educadores, profissionais que estão com problemas de saúde, que tiveram que se afastar, lógico, alguns não estão realmente, mas alguns estão com depressão, com síndrome de pânico. Porque teve uma época que eu comecei a trabalhar aqui, que os meninos se matavam aqui. Era rebelião direto, era difícil trabalhar com os companheiros, que não eram devidamente preparados. Princípio de rebelião eu já peguei, até um menino já tentou me pegar como refém. Eu consegui me safar, conversando, a gente conseguiu amenizar o negócio. Ene vezes já consegui evitar que meninos se matassem, cometessem suicídio, então é uma bola de neve, às vezes o cara não tá bem em casa. Que é à base da vida do cara. O cara já vem trabalhar com o juízo virado, daí chega aqui, não tem apoio psicológico nenhum, daí chega aqui, o cara vai fazer o quê? Vai se enfiar nas drogas, nas bebidas, assim como os meninos. (PARTICIPANTE 7, 2019).

O aumento dos índices de afastamento das atividades laborativas, em função de problemas de saúde, não vem ocorrendo somente na área da socioeducação. Na área da educação, isso também se comprova. O número de professores afastados com problemas de saúde, síndrome de burnout, depressão, tem levado muitos à readaptação de função ou à aposentadoria precoce por invalidez, conforme demonstrou Xavier (2015), em dissertação de mestrado sobre “Violência estrutural e adoecimento docente”.

A classe 2 trouxe a seguinte CHD: aluno, pai, dificuldade, mãe, meio, porque, mesmo, resultado, estudante, cedo, governo, transporte, irmão, acontecer, família, cobra, numerar, infrator, enfatizar, acreditar, sala, aula, então, relatar, trabalhar, arcar, matricular, valor. A segunda classe trouxe termos e expressões recorrentemente utilizados, tanto na educação, quanto na socioeducação.

A palavra aluno é utilizada em tom mais coloquial e demonstra a relação de afetividade que os professores têm com relação a eles e ao papel a ser desempenhado, visando ao aprimoramento cognitivo. O substantivo “pai” aparece

em segundo lugar. Na fala dos entrevistados, foi utilizada mais para se referir à ausência na vida escolar do filho do que à sua presença. No geral, os pais não frequentam as reuniões pedagógicas, nem se fazem presentes na escola para verificar a situação acadêmica de seus filhos. Isso pode ser um fenômeno cultural, historicamente construído por uma sociedade machista que atribui às mães o papel do cuidado com a vida escolar dos filhos, com a higiene, com a alimentação, com a aceitação da gestação a qualquer custo. Ao tecer comentários sobre a presença do pai e/ou quaisquer referências na vida dos adolescentes internos do CENCE, o diretor da unidade socioeducativa entrevistado assim se pronunciou:

O que falta é uma questão moral, no sentido de exemplo. Quase todos, 99,99% não viram o irmão mais velho levantando mais cedo pra ir trabalhar e voltando, passando necessidade, vencendo na vida e lutando, ou um pai ou uma mãe. Eles encontraram, viram o amigo se dando bem, eles não tiveram isso de perto para que ele valorizasse até mesmo essa dificuldade. (PARTICIPANTE 6, 2019).

A palavra “dificuldade” aparece entre “pai” e “mãe”, com estreita correlação semântica. A dificuldade de convivência harmoniosa no microsistema do ambiente intra-familiar constitui um dos principais fatores que impelem os adolescentes para o comportamento autodestrutivo. É oportuno recorrer a um dos artigos publicados na base de dados ERIC “*Strengthening Family Members of Incarcerated Youth: A Productive Role for Extension*”, que ilustrou a perspectiva de Dorothy et al. (2014), sobre a importância do papel dos membros da família para fortalecer os jovens em cumprimento de medida privativa de liberdade.

Os pesquisadores realizaram um estudo experimental em centro de detenção juvenil no norte do Alabama com o objetivo de verificar em que medida o desenvolvimento de habilidades pró-sociais, empáticas e sinérgicas nos jovens encarcerados e em seus familiares fortalecem os membros da família para resolução de conflitos, e contribuem para evitar a reincidência. Os resultados sinalizaram para a sensibilização dos pais e familiares sobre resolução pacífica de conflitos por meio do conhecimento de estratégias assertivas para mediação. Também enfatizaram a importância sobre atitudes responsivas e preventivas contribuem para evitar a reincidência.

Quando há vontade política, investimentos para articular o trabalho da rede com os membros da família, ações com essas realizadas no Alabama podem

frutiferar. No entanto, essa não é a realidade de muitos adolescentes internos nos CENSEs brasileiros. Ainda há muitos casos de crianças e adolescentes vivendo em condições de moradores de rua. O agente socioeducador que participou da pesquisa se questiona sobre o que se deve fazer com esses adolescentes, pois não haveria como trazer os familiares para participar de cursos visando a intensificar os laços e trabalhar mediação de conflito no contexto intra-familiar:

Daí eu me pergunto, tá, depois que sai daqui, lá fora, eles são assistidos, como que fica esse direito lá. Porque aqui tem um acompanhamento da assistente social, psicológico, mas quando ele sair daqui, o menino que não tem onde morar.... tem um monte de menino que não tem onde morar, tem menino que é a terceira vez que ele caiu de novo tá pra vir para cá, já passou por aqui duas vezes. Não tem o que fazer, tipo ele precisa de um lugar pra ficar, claro que tem aquela atração pelo crime, era vida louca, não to dizendo que são todos os meninos. Vítimas da sociedade. Tentar dividir, também não são todos anjos, eu não gosto muito desses termos vítima da sociedade e tal, mas muitos estão abandonados, não tem chão esses meninos. Então às vezes os meninos saem daqui e vão para um abrigo, mas tem um certo limite de tempo para eles ficarem lá. E depois, 'n' meninos já chegaram pra mim e disseram: Pô seu educador, eu vou sair daqui, eu tenho minha avó e minha avó não pode cuidar de mim, onde eu morava lá é risco de morte, pai na cadeia, mãe na cadeia, irmão no crime, vai pra onde? Você vê que o menino não quer mais essa vida, só sofre, vão pro abrigo, mas quando completar 18 anos eu vou pra onde? (PARTICIPANTE 7, 2019).

A falta de apoio após o cumprimento da medida, especialmente para os adolescentes que completam 18 anos, constitui uma grande lacuna a ser sanada pelo SGD. Não adianta o adolescente cumprir em privação de liberdade a medida no CENSE, ter alguns direitos básicos assegurados lá, e se sentir completamente abandonado quando egresso do sistema socioeducativo, conforme tem sido o caso de muitos jovens. Sem perspectiva de emprego, de apoio familiar para custear insumos vitais de sobrevivência, o que fazer?

Essa indagação permite retomar o artigo selecionado do banco de dados do ERIC com o título "*Education in Juvenile Detention Facilities in the State of Connecticut: A Glance at the System*". Donna Macomber et al. (2010) defendem a educação como elemento de extrema importância para evitar-se as revitimizações e reincidências. Também alertam para o cumprimento da lei da inclusão, que prevê o atendimento diferenciado para crianças e adolescentes com necessidades socioeducacionais especiais.

Outra dificuldade também se verifica não somente na articulação intersetorial entre os equipamentos, mas no trabalho que deveria ser planejado e realizado em

equipe dentro das próprias instituições. Na entrevista de uma participante com atuação no CENSE:

Então a gente nunca teve equipe aqui dentro, isso não é de agora, dessa gestão, existe uma dificuldade muito grande de ter uma direção aqui, ou de ter um entendimento aqui do que seja uma gestão democrática. Existe uma dificuldade de se fomentar o diálogo entre os setores, de realmente ser uma comunidade socioeducativa. (Id.).

As dificuldades, encontradas em todos os setores, estão presentes nas entrevistas de tal forma que foram classificadas na terceira posição da segunda classe, revelando não somente as dificuldades de operacionalização do direito, mas também as demandas internas dos profissionais para encontrar resiliência e equilíbrio emocional para lidar com tantas adversidades. A palavra mãe ficou em quarto lugar na frequência de acordo com CHD. A mãe é considerada, em muitas falas, como uma pessoa negligente, permissiva e impotente diante de tantas exigências que a gestão do cuidado requer para a criação dos filhos (as). Os maus tratos sofridos pelas crianças durante a infância, a falta de atenção para suas necessidades, as diversas manifestações de violências, produzem reflexos na edificação de suas subjetividades.

Os estudos realizados por Falcade (2013), a respeito da “Ética do cuidado x ética da justiça: o olhar feminino de estudantes privadas de liberdade”, acentuaram os reflexos do cuidado autoritativo no desenvolvimento humano. A pesquisadora recorre a Spitz quando chama a atenção para o fato de que a atitude afetiva, emocional da mãe e o fortalecimento dos laços são extremamente significativos. Além disso, “[...] servirão para orientar os afetos do bebê e conferir a qualidade de vida [...], ressalta que a qualidade das relações da díade criança/adulto é que formará a base emocional das relações de toda a vida da pessoa. Portanto, as interrelações e socializações futuras dependem destas referências vividas nos primeiros anos de vida.” (SPITZ, 1991, p. 75, apud FALCADE, p. 79).

De acordo com a pedagoga de uma escola estadual que representa a escola na rede de proteção, há um adolescente de 14 anos cumprindo medida socioeducativa. A negligência do Conselho Tutelar e o excesso de permissividade da mãe são alguns fatores de risco. Ao se referir à mãe desse adolescente, a pedagoga afirma que ela autoriza o filho a participar de “[...] festas regadas a

bebidas, a mãe autoriza, Ficam com som alto, narguile, e não se faz nada, então fica difícil.”(PARTICIPANTE 11, 2019).

Por outro lado, o diretor do CENSE relatou uma situação exitosa de um ex-interno que hoje atua como agente, pois considerou que ele teve a oportunidade de ir para um convento de freiras, onde foi acolhido com o mesmo carinho de uma mãe:

Nós temos hoje na unidade um agente de apoio que ele fala sempre que ele só educador hoje por que quando aqui era Queiróz, que era cuidado pelas irmãs, ele foi interno e então porque as irmãs falavam de estudar, faziam acordar cedo, cuidavam com carinho, com muita ligação, fizeram o papel de mãe. E ele foi e fez o concurso. Ele fala que se tivessem liberado ele na rua ele não teria feito. Então essa instituição falta. Elas fizeram o papel de mãe, os militares poderiam fazer o papel de pai, os irmãos, mas esse papel do jeito que é hoje a gente não consegue, a gente consegue impor a figura da autoridade, mas essa figura da autoridade. (PARTICIPANTE 6, 2019).

No âmbito dos mesossistemas, há uma grande dificuldade em se realizar um trabalho tal qual foi idealizado pelo SINASE, que tornasse os CENSEs mais parecidos com a estrutura de um lar. O atendimento seria muito mais produtivo se houvesse uma articulação entre educação, assistência social, saúde e outras instituições responsáveis pela oferta de cursos para a qualificação profissional. Essas situações adversas ao desenvolvimento humano contribuem para o retorno do adolescente ao comércio ilícito. São tantas frustrações sofridas antes da internação em CENSE, e após, que muitos adolescentes não conseguem construir novas trajetórias de vida. Acabam retornando para o mesmo meio (quinta palavra na CHD) de onde saíram antes da medida imposta pelo(a) juiz(a).

No geral, os adolescentes, os alunos são vistos como meninos, ou até mesmo como crianças pelos entrevistados. O comportamento mostra o quanto atividades envolvendo o lúdico, as brincadeiras e outras que lhes possibilitem extravasar sentimentos e emoções, por meio de trabalhos artísticos, revelam o lado infantil que cada um traz em si. Isso se verifica durante o percurso formativo que ocorre nas aulas ofertadas pelo PROEDUSE, nos encontros realizados pelas psicólogas e assistentes sociais do PEMSE, do CRAS e do CREAS.

Por um lado, há uma condição humana de edificação subjetiva adultizada precocemente, na medida em que muitos dos socioeducandos se veem obrigados a dar conta dos insumos básicos necessários à sobrevivência, não somente de si próprio, mas também, muitas vezes, de familiares como irmãos, pais, padrastos, avós, tios e demais pessoas do contexto intra-familiar.

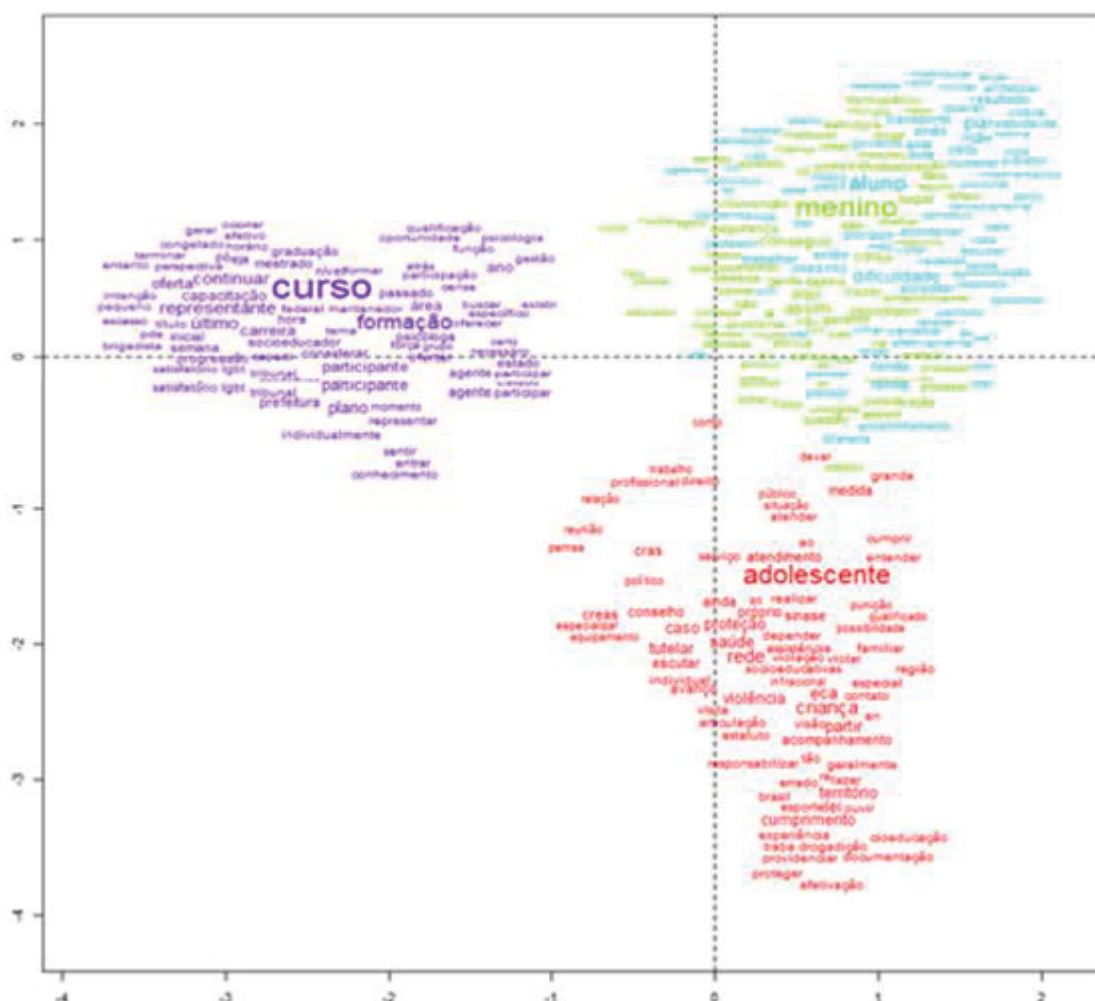
Por outro lado, percebe-se que suas infâncias e o direito de ser criança foram roubados, como muito bem salientou a pesquisadora Marlene D'aroz, em sua tese intitulada "A vez e a voz de mulheres-mães com filhos e ou netos institucionalizados" (2013, p. 202). Ao invés de brincar e se preocupar com os estudos, estavam tão cedo preocupados em satisfazer a necessidade de alimentação, de vestimentas, tentando encontrar meios para conseguir um passaporte de acesso à cultura, aos produtos culturais que facilitam a inserção em determinado grupo social onde se sintam acolhidos e desenvolvam o senso comunitário de pertencimento a esse grupo com o qual interage afetivamente no cotidiano.

As contribuições da pesquisa apontam para a necessidade de formação profissional e capacitação regular, de preferência numa educação que problematize as dificuldades enfrentadas no cotidiano, que possibilite o pensar crítico e atitudes dialógicas na construção de ações conjuntas que respondam às reais necessidades das mães sociais, sem dissociar a teoria da prática de cuidado.

Pereira (2013) analisou a atuação das mães sociais que desenvolvem atividades em casas lares na região de Curitiba. Em sua dissertação, intitulada "Dimensões psicossociais das práticas de cuidado: um olhar das mães sociais de casas lares", revelou que há uma concepção ampliada da gestão do cuidado. O papel desempenhado por elas vai além de satisfazer as necessidades essenciais básicas e salienta a importância de investimentos na profissionalização.

A FIGURA 6 ilustra a análise fatorial por correspondência/ AFC. É possível visualizar nos quadrantes a proximidade em que os vocábulos aparecem coloridos. As palavras mais centrais estão presentes com letras maiores, apresentam léxico mais intuitivo e estão divididas nas proximidades em relação ao texto na íntegra.

FIGURA 6 – ANÁLISE FATORIAL DE CORRESPONDÊNCIA/ABC



FONTE: BUENO; ASINELLI-LUZ (2020).

Os entrevistados utilizaram sinonimicamente os substantivos “aluno”, “menino” e “adolescente”, como se pode observar nas FIGURAS 4, 5 e 6 (p. 86, 87 e 99, respectivamente). A centralidade desses sinônimos constitui as classes 01, 02 e 03. Somadas, essas três classes constituem a classe 04, com o maior UCE para curso e formação. Isso revela a preocupação dos profissionais da rede de proteção a respeito da importância da qualificação profissional para lidar com esse segmento tão vulnerável da população.

Os termos “criança” e “menino” e aluno são utilizados numa perspectiva além da sinonímia. A perspectiva afetiva e emocional implicada nesses termos constitui a dimensão polissêmica, o que permite inferir a representação dos profissionais sobre os educandos ou socioeducandos.

as reflexões finais desses estudos: não (negação de direitos); formação; adolescente; família; rede de proteção.

5.1 NEGAÇÃO DE DIREITOS: AINDA HÁ MUITA LUTA PARA SER TRAVADA

O “Não” gritante que aparece na nuvem de palavras e em outras CHD, pode representar, no contexto destes estudos, não somente a falta de infraestrutura e de recursos humanos para fortalecer o sistema de garantia de direitos, mas também a negação de direitos desses adolescentes socioeducandos, desde a concepção da gravidez, já no processo gestacional.

À mãe de muitos dos adolescentes, em cumprimento de medida, foi negado o acesso facilitado à assistência, ao pré-natal, ao parto, ao puerpério e ao recém-nascido. As dificuldades para se conseguir uma consulta por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) são muitas. Atualmente, são distribuídas senhas para consultas nas unidades de saúde em número extremamente limitado que não dá conta de atender a toda a população. A gestante precisa levantar-se de madrugada e ir para a fila do posto de saúde próximo à sua residência.

Caso more em um local afastado da unidade de saúde, não poderá ser atendida, devido à localização. Dependendo do número de pessoas que estiver chegado mais cedo, são grandes as chances de não conseguir uma consulta. Caberia então a persistência de voltar no dia seguinte, acordando ainda mais cedo, persistência que muitas acabam não tendo.

A falta de alimentação saudável durante a gestação constitui um elemento grave e preditivo do desenvolvimento humano em todas as dimensões. O uso de substâncias entorpecentes, lícitas e ilícitas, por falta de orientação e sensibilização para os fatores de risco que oferecem, também produzem efeitos prejudiciais. Somam-se outros fatores que envolvem aspectos psicossomáticos, herança genética e efeitos de DSTs que podem consequenciar resultados adversos como sífilis congênita, prematuridade e até óbito neonatal.

São vários casos de adolescentes cujas mães engravidaram também na adolescência, sem planejamento familiar, sem a presença do pai, sem apoio da família paterna e muito menos apoio financeiro por parte dos próprios familiares para custear as despesas do bebê. Esse assunto foi abordado nos estudos feitos por Rosa, Silveira e Costa (2014), sobre “Fatores associados a não realização de pré-

natal”, em um município de grande porte. Dentre eles, mulheres solteiras apresentaram o triplo do risco de não fazerem o acompanhamento do pré-natal quando comparadas às casadas, pois a falta do apoio paterno, somada à baixa escolaridade materna e baixa-renda contribui para a não adesão ao pré-natal. (ROSA; SILVEIRA; COSTA, 2014, p. 4).

Essa pesquisa encontrou algumas variáveis que explicam a falta de consideração a respeito da importância em insistir e persistir na busca de uma consulta médica pelo Sistema Único de Saúde para a realização do pré-natal: A baixa escolarização da mãe é uma delas, pois descobriram que a maioria das gestantes que não conseguiram realizar o pré-natal tinha menos de quatro anos de estudo. Também eram solteiras, com condição socioeconômica precária e multíparas.

Pesquisa sobre os efeitos das drogas no processo gestacional também revela a necessidade de maior atenção à saúde da gestante, especialmente em contextos mais vulneráveis nos quais os fatores já mencionados potencializam os riscos à maternidade. O uso do álcool, por exemplo, pode ocasionar efeitos teratogênicos no feto, pois a composição do etanol permite que este atravesse a barreira placentária; além disso, a síndrome fetal alcoólica pode ser percebida em função do uso de substâncias alcoólicas durante a gravidez, por meio do atraso no crescimento intra-uterino.

Outras complicações como “déficit mental, alterações músculoesqueléticas, geniturinárias e cardíacas (LEMOINE et al., 1968; PIETRANTONI; KNUPPEL, 1991; NEWMAN, 1992, apud YAMAGUCHI et al., 2008). Nessas pesquisas, verificou-se ainda que “As modificações neurológicas determinadas pelo etanol incluem alterações na mielinização e hipoplasia do nervo óptico”. (PINAZO-DURAN et al., 1997; GUERRI; RENAUP-PIQUERAS, 1997, apud YAMAGUCHI et al., 2008). Outras drogas como cocaína, tabaco, maconha também produzem efeitos danosos no organismo da gestante, do feto, que podem consequenciar complicações maternas e perinatais e requerem o atendimento realizado por equipes multidisciplinares para reduzir os possíveis danos.

Embora o uso de drogas ilícitas durante a gestação não tenha sido muito abordado neste trabalho, os professores atuantes em CENSES e profissionais do PEMSE comentam que muitos dos adolescentes em cumprimento de medida, tanto em meio fechado quanto em meio aberto, revelam o uso de substâncias lícitas e

ilícitas por suas mães durante e após a gestação. A criança, desde a fase da gestação da mãe, já é violada no direito de acesso a um crescimento intrauterino saudável, não somente por falta de conhecimento das mães a respeito da importância do autocuidado, mas principalmente por falta de acesso ao atendimento adequado nas unidades de saúde próximas às suas residências.

Não é somente durante a gravidez que a criança, desde bebê, já tem direitos violados, mas durante a infância toda, há omissão e negligência de todos os lados. A falta de creche para atender a essa população é uma situação emblemática que atinge milhares de pessoas, especialmente nas periferias. Em municípios de alta vulnerabilidade, as crianças que conseguem ser matriculadas chegam a esperar por dois anos e meio para conseguir uma vaga em centro municipal de educação infantil/CMEI. Muitas ficam com seus nomes na lista de espera e acabam desistindo.

De acordo com o artigo 208 da Constituição Federal, o inciso IV do Estatuto da Criança e do Adolescente e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cabe aos municípios garantir o direito a todas as crianças de serem atendidas em creches e pré-escolas, indiscriminadamente. No entanto, devido à demanda excessiva, alguns critérios extra-judiciais são criados por coordenadores de creches, como por exemplo, a criança só é matriculada se a mãe comprovar que está trabalhando cotidianamente, mediante apresentação da carteira de trabalho ou declaração que comprove documentalmente vínculo empregatício.

Do contrário, não há direito à creche. Pode-se recorrer ao Conselho Tutelar, ao CREAS ou ao Ministério público, porém a fala dos profissionais é similar. Não há o que fazer, são muitas as demandas e não há creches o suficiente. Então tentam atender a um caso ou outro considerado prioridade, quando se verifica a condição de extremo risco social e econômico, ressalvadas as práticas do coronelismo, quando pessoas são parentes ou amigos próximos de coordenadores ou funcionários de creches, pois muitos desses conseguem garantir a vaga sem cumprir com o critério extra-judicial hodiernamente criado.

O quadro de violações que se apresenta desde o período gestacional até a adolescência nos contextos de cumprimento de medida socioeducativa é o da negação de direitos. O adolescente não teve acesso a políticas de atendimento à saúde, não teve acesso ao atendimento odontológico, em vários casos, não teve acesso à creche, motivo pelo qual sua mãe ficou impossibilitada de trabalhar, além, obviamente do desemprego cada vez mais crescente no Brasil. Esse adolescente

passa a ter acesso à saúde e aos processos de escolarização quando o juiz da vara da infância e da juventude lhe impõe o cumprimento de medida socioeducativa, aí sim ele passa a ser considerado prioridade absoluta, conforme já previsto no ECA, não na condição de criança, mas já na condição de adolescente interno no sistema.

Essa garantia de direitos a esses adolescentes tem gerado revolta na população de uma forma geral. Frequentemente, várias críticas nas redes sociais e nos diversos artefatos digitais de comunicação são feitas, especialmente quando a mídia divulga algum atendimento à saúde prestado a eles. A mais recente ocorreu em meados de maio de 2019, quando eles foram vacinados para prevenir o H1N1. A vacina custa em média R\$ 400,00, num país onde a maioria da população que tem emprego ganha em torno de um salário mínimo, aproximadamente R\$ 998,00, um custo de quase a metade do salário dos brasileiros.

Esse fator gera a revolta porque os adolescentes obedientes e cumpridores de normas, geralmente filhos dos trabalhadores que vivem com um ou dois salários mínimos não têm acesso a essa vacina. Enquanto os adolescentes que entraram em conflito com a lei passaram a ter esse e outros direitos humanos garantidos, justamente por entrarem no sistema socioeducativo em função de atos infracionais, tão condenados por uma parcela significativa da sociedade de uma forma geral.

Tal ação de garantia de direitos inflama os ânimos da maioria dos brasileiros, de tal forma que se potencializa o debate da pena de morte no Brasil e da redução da maioridade penal. De acordo com um levantamento feito pelo Datafolha ano passado, 84% das pessoas eram a favor reduzir de 18 para 16 anos a idade penal¹⁵. Caso isso venha a ocorrer, o recrutamento para a prática do comércio ilícito provavelmente terá como critério crianças cada vez com idades menores.

A aposta deve ser voltada para práticas de prevenção às violências, ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas der ser na educação. A democratização no acesso à educação poderia representar a saída para muitas crianças e adolescentes

¹⁵ UNICEF: 175 milhões de crianças não têm acesso a creches e pré-escola no mundo. Publicado em 09/04/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/14/84-dos-brasileiros-sao-favoraveis-a-reducao-da-maioridade-penal-de-18-para-16-anos-diz-datafolha.ghtml>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

que ainda não têm acesso. De acordo com o Ministério da Educação, Censo de 2015, três milhões com idades entre três e dezessete anos estão fora da escola¹⁶.

Ao se considerar os adolescentes internos do CENSE que participaram da primeira pesquisa na ocasião do mestrado, embora o acesso à escola pareça não ter sido um problema, o abandono escolar precoce revela o comportamento inadequado às normas do Regimento Interno, além de ser um preditivo para a exclusão. A criança que apresenta quaisquer distúrbios cognitivos, emocionais e comportamentais sofre a violência simbólica, por parte de professores, membros de equipe pedagógica, diretiva, merendeiras, agentes de apoio que atuam nos corredores e até mesmo de assistentes administrativos. Essas violências se camuflam e até parecem se “invisibilizar” por meio de gestos, expressões faciais, discursos que inferiorizam e criminalizam o comportamento disruptivo, fazendo com que a criança não se sinta pertencente ao ambiente escolar, um processo de negação desenvolvimental excludente e gradativo.

A exclusão escolar se consolida nas reiteradas vezes que os pais são chamados para sofrerem humilhações por parte de praticamente todos e todas. Muitos, por falta de conhecimento sobre o direito que a criança tem de frequentar a escola, acabam concordando que o melhor é cessar os estudos. Agressões verbais, violência psicológica, moral e ética são recorrentes nas salas de orientação pedagógica, especialmente quando se reúnem membros de equipe pedagógica e professores, numa quantidade muito maior do que a dos familiares ali presentes, geralmente uma avó, uma mãe e a criança ou adolescente para, cada um à sua maneira, expressar o quanto aquele educando não se adequa ao microssistema escolar.

O “Não” também é ilustrativo da falta de recursos para os profissionais desempenharem suas funções com maior qualidade. A escola não tem tecnologias o suficiente para atender às demandas socioeducacionais contemporâneas dessa era digital, constituída por estudantes agora denominados de nativos digitais.

São raros os cursos de formação continuada sobre aprendizagem com mobilidade, com direito a certificados utilizados para avanços no plano de carreira. Pouco se ofertam cursos nos quais os professores são ensinados a como criar blogs

¹⁶ Brasil: 3 milhões de crianças entre 4 e 17 anos não têm acesso à escola. Observatório 3º setor. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/carrossel/brasil-3-milhoes-de-criancas-entre-4-e-17-anos-nao-tem-acesso-a-escola/>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

educativos na Internet. Ou cursos para aprender a utilizar aplicativos e *softwares* que permitem um aprendizado muito mais dinâmico e significativo para os educandos.

No entanto, ainda que haja alguma oferta desses cursos aqui, outra ali, dificilmente esses saberes sobre as novas tecnologias são de fato colocados em prática. Faltam os recursos tecnológicos como Internet com potencial para o uso dos estudantes, computadores atualizados e em permanente manutenção. Também faltam recursos humanos, como técnicos administrativos para auxiliar no uso dos equipamentos. Muitas escolas sequer têm lousas-interativas, equipamentos multimídia e até mesmo máquinas reprográficas e/ou outros materiais didáticos.

Nos equipamentos da rede de proteção, o NÃO também tem sua significação. Não há transporte público para que o adolescente egresso do sistema socioeducativo possa se locomover de sua casa até os locais que oferecem a Educação de Jovens e Adultos. Isso inviabiliza o cumprimento da medida socioeducativa na íntegra, pois o adolescente não tem dinheiro para pagar pelo transporte por um lado, por outro, há a obrigatoriedade de frequentar a Educação de Jovens e Adultos e a secretaria da instituição deve emitir um relatório de frequência do socioeducando, sob pena de lhe ser imputada outra medida devido ao descumprimento da medida anterior.

O adolescente que necessitaria de um apoio psicológico e/ou psiquiátrico também tem dificuldades de conseguir vaga para ser atendido por esses serviços, pois o número de CAPS AD, CAPS I, não é o suficiente para atender à demanda. Além disso, quando a família do adolescente consegue vaga para atendimento com esses profissionais, há a falta de recursos para custear o transporte, e, quando atendido, custear os medicamentos que estão em falta nos postos de saúde, situação recorrente.

Não há atendimento nos postos de saúde para que o adolescente possa tratar de certas doenças, pois a consulta com um especialista como oftalmologista, otorrinolaringologista, ortopedista, cardiologista, dentre outros, pode levar de três a seis meses. O “Não” vale também para a falta de oportunidades de emprego ou estágio remunerado, motivo principal que impele o adolescente a entrar em conflito com a lei.

Além de não haver vagas para os adolescentes terem condições de aprender uma profissão e ter uma renda, uma alimentação adequada, dignidade.

Quando surgem as vagas, o adolescente que já cumpriu medida acaba perdendo o emprego por meio de desculpas esfarrapadas. Isso demonstra o preconceito e a discriminação sofrida por alguém já fragilizado que está tentando estratégias de sobrevivência em consonância à legislação vigente, por meio do trabalho.

O “Não” também se refere à recusa da escola que oferece o ensino fundamental e médio na modalidade “regular” em aceitar o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, quando o juiz determina uma medida socioeducativa leve como a Prestação de Serviços Comunitários (PSC) ou uma Liberdade Assistida (LA). Na maioria dos casos, a escola que fica próxima à residência do socioeducando não demandaria despesas com passagens de ônibus, que custam em média R\$ 8,50 por dia, multiplicadas por cinco dias na semana resultariam R\$ 42,50 semanais, perfazendo um total aproximado de R\$180,00 mensais.

O advérbio de negação “Não” foi considerado para reflexões nesta análise, pois a negação de direitos inviabiliza muitas ações que poderiam potencializar a transformação e a prevenção a outras infrações e reincidências de situações nas quais a criança seja vítima ou vitimizadora. Parte dessa negação se justifica pela falta de investimentos na área da educação, da socioeducação, da saúde, da assistência social e da vontade política de fazer com que se cumpram os preceitos básicos da CF/88. No entanto, não bastaria a garantia de acesso a creches, pré-escolas, à rede de educação básica e aos equipamentos da rede de proteção. É imperativo pensar a formação dos profissionais que atam diretamente com o desenvolvimento humano para que práticas de violência simbólica, segregação, opressão, negligência e discriminação não façam mais parte do cotidiano.

5.2 FORMAÇÃO: O ALICERCE PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ao conversar com os profissionais da rede de proteção, participantes da pesquisa, sobre os temas debatidos nos cursos de formação inicial e continuada, evidencia-se que temas relacionados aos direitos das crianças e dos adolescentes foram pouco abordados em cursos de formação continuada, porém a formação inicial deixou a desejar. Para exemplificar, é oportuno recorrer ao concurso público para atuar como técnico em CENSE ou professores pelo PROEDUSE nas unidades socioeducativas. Há algumas referências previstas no edital sem que cursos

preparatórios para formar os profissionais que atuarão no contexto imediato de adolescentes em conflito com a lei tenham sido viabilizados.

Há um processo seletivo interno para os professores que pertencem ao Quadro Próprio de Magistério, de acordo com editais, cujas referências bibliográficas exigem os estudos sobre o ECA, o SINASE, os cadernos do Instituto de Ação Social do Paraná, as Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos, o Plano Nacional de Educação, conforme o último edital constante em nota de rodapé¹⁷.

As referências teóricas por si não preparam o futuro profissional para as demandas da práxis cotidiana. O (a) professor (a) da Socioeducação que não teve experiência é surpreendido (a) quando o agente traz os alunos para a sala de aula (uma cela), e tranca com dois cadeados enormes. É na ação cotidiana que esse profissional descobrirá se tem ou não claustrofobia e terá que aprender a lidar com as situações cotidianas mais inesperadas possíveis.

Os cursos de formação continuada ofertados aos profissionais da educação, da socioeducação e da rede de proteção, não oportunizam a todos os profissionais participarem e apresentam lacunas na organização dos componentes curriculares, na medida em que muitos assuntos considerados pelos participantes como extremamente pertinentes para iluminar a práxis não são contemplados, tendo em vista que, via de regra, a equipe técnica que organiza os cursos seleciona os temas arbitrariamente, sem que haja um debate com os próprios profissionais a respeito de suas demandas e de seus contextos de atuação. Ainda persistem muitas crenças equivocadas de que o ECA mais protege e atribui direitos aos adolescentes do que deveres a serem cumpridos.

Nos gráficos viabilizados pelo Iramuteq, o destaque para a palavra “Gente” foi verificado na nuvem de palavras e aparece em terceiro lugar na CHD das questões 6 e 10, que se referem a como o participante se considera preparado para o exercício da função, e quais melhorias no sistema socioeducativo poderiam ser implementadas. Também aparece em quarto lugar quando se verifica nas formas suplementares.

Outrossim, o substantivo “gente” apareceu 224 vezes no corpus textual que demonstra as “formas ativas”. Não somente era utilizado como marcador

¹⁷ Edital para provimento de cargos de professores pelo PROEDUSE. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/editais/2017/edital_103_2017_gs_seed.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

conversacional da oralidade, quando o participante repetia frases como “a gente faz o que é possível”, “há situações que a gente não sabe o que fazer”, “Há casos que a gente não tem pra onde encaminhar”, “como podemos cuidar dessa gente”, etc...

Mas também aqui será adotada a definição proposta por Paulo Freire quando faz uma poesia intitulada “A Escola”, que pode ser considerada um microssistema representativo de outros microssistemas onde pessoas transitam ecologicamente. Nesse poema, ressalte-se que a escola é o local onde todos são “gente”, devem se comportar como colegas, amigos, irmãos; precisam se estimar uns aos outros, conviver com camaradagem. É importante considerar que esse espaço não se limita aos estudos ou ao trabalho, mas a escola deve ser o ambiente para construção de laços de amizade, de para “se amarrar nela” e viver feliz cada aprendizado.

Essa felicidade que precisa ser buscada todos os dias, a cada planejamento, a cada momento de reflexão sobre a prática docente, prática vivente, pois ocorre no compartilhar da existência de gente de todas as cores, etnias, com os mais variados valores, princípios morais, éticos, socioéticos, antropeéticos. Aprender a se reconhecer gente numa relação de humanidade com os outros pode ser uma grande sacada para aproximar o senso humanitário de cada pessoa presente nos diversos equipamentos da rede de proteção. O desenvolvimento de habilidades pró-sociais, da empatia, da solidariedade, pode oportunizar aos profissionais envolvidos na interação humana fazer uma decapagem ontológica, reconhecer a identidade terrena e o sentimento de que todos somos “gente”, autóctones e habitante uma grande aldeia global.

A palavra “gente” será retomada nessas reflexões para se referir à formação, pois remete a profissionais participantes com formação qualificada como se pode verificar nas entrevistas, capacitados para fazer um atendimento que resultam sim na ressignificação de valores e na (re) construção de novas trajetórias de vida. Mas se isso nem sempre ocorre como todos gostariam, deve-se à complexidade da teia de relações econômicas, sociais e culturais que tornam a vida de crianças e adolescentes ainda mais vulneráveis.

Os cursos de profissionalização e formação contínua são ofertados pelas mantenedoras, ou por instituições como a Universidade Federal do Paraná, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Associação de Professores do Paraná,

dentre outras instituições que oferecem não somente na modalidade presencial como também na modalidade de EaD – Educação à Distância.

Apesar de haver um plano de carreira para a maioria dos profissionais da educação, os que atuam pelo SUAS alegam não haver a possibilidade de se atingir promoção e progressão na carreira, devido a inúmeras dificuldades de se ascender, cumprindo os critérios como tempo de serviço e titulação. Também argumentaram que os vencimentos e respectivos avanços estão congelados no âmbito do SUAS e das Prefeituras Municipais, tanto de Curitiba quanto de Colombo.

Os participantes que atuam como agente socioeducador e diretor de Centro Socioeducativo reafirmaram que houve várias mudanças no tratamento ofertado para os adolescentes internos, a partir do ECA e, em especial, após o SINASE. A fala do socioeducador demonstra, dentre outras, a preocupação em diferenciar o papel do educador do papel do policial ou do segurança. Os cursos de formação ofertados para debater como deve ser o tratamento dado ao adolescente em cumprimento de medida, ainda que escassos, trabalham com temas voltados para a compreensão dos direitos humanos e para desconstruir o paradigma repressor e punitivo enraizado historicamente nas subjetividades que trabalham no contexto imediato da internação.

Já na rede de educação básica do Estado do Paraná, embora exista um plano de carreira, é quase impossível de atingir a 100 % da categoria de professores e funcionários. O último nível do plano de carreira intitulado Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) tem se tornado uma escala quase impossível para o servidor conseguir alcançar. Nos últimos anos não foram mais ofertadas as 2000 vagas propostas na gestão do governo vigente em 2007, quando o PDE foi incorporado ao Plano de Carreira para os professores peretencentes ao Quadro Próprio de Magistério. O plano inicial previa que fossem disponibilizadas a cada ano essas 2000 vagas. Atualmente, os profissionais da educação sequer têm a possibilidade de tentar atingir o terceiro nível do plano de carreira.

Além disso, a gratificação paga em função de periculosidade e insalubridade até junho de 2018, para que os profissionais da educação atuassem no PROEDUSE, foi substituída pela gratificação intra-muros/ GRAIM, com um valor de aproximadamente um salário mínimo para uma jornada de vinte horas. Devido à localização dos Centros Socioeducativos, esse valor acaba sendo o suficiente para

cobrir-se as despesas oriundas de combustível, desgaste do automóvel com gastos como geometria, balanceamento, reparos na lataria, dentre outros.

Também as promoções que seguem nas classes horizontais não têm sido pagas a contento. Ainda para aqueles profissionais que já têm o direito adquirido. Os profissionais da área de segurança, contratados pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SESP/PR) sequer têm um plano de carreira. Segundo as entrevistas, é impossível atingir a patamares mais elevados e os salários também se encontram defasados.

A formação de todos e todas, a ampliação dos equipamentos da rede de proteção e a criação de cargos é uma condição *sine qua non* para fazer valer o SGD. Portanto, esses temas precisam pautar a agenda das políticas públicas de forma contínua. Isso requer “mudanças profundas no panorama legal;” “um corajoso e amplo reordenamento institucional;” “uma efetiva melhoria das formas de atenção direta aos adolescentes em dificuldade”, conforme sinalizou Costa. (COSTA, 2006, p. 62).

Os atendimentos prestados à criança e ao adolescente, usuário dos equipamentos da rede proteção, podem ser pensados a partir da multidimensionalidade que constitui o processo formativo. Dentre elas, há de se considerar o *logos* (razão), o *pathos* (sentimento), o *eros* (corporeidade) e o *mythos* (espiritualidade). As dimensões precisam estar em harmonia com os projetos políticos e pedagógicos que delineiam a ação educativa, para a qual devem estar ancorados em três premissas: a educação para valores; a pedagogia da presença; e o protagonismo juvenil, que requerem priorizar três dimensões: a dimensão pessoal, a dimensão cidadã e a dimensão produtiva. (COSTA, 2006).

Essas sugestões pedagógicas permitem reflexões significativas não somente para o campo da Socioeducação, mas também para a Educação de uma forma geral e para os de mais microssistemas que atuam direta ou indiretamente no desenvolvimento humano.

A dimensão pessoal, que prima por levar o educando, socioeducando, adolescente a se compreender no mundo enquanto sujeito ativo e proativo relembra uma das propostas de Sócrates expressa na máxima: “Conheça-te a ti mesmo”. Embora soe um tanto pleonástico, é uma expressão que traz uma profundidade reflexiva extremamente importante para promover ruptura de paradigmas. Denota o autoconhecimento como pressuposto para o exercício da liberdade plena. Implica

aprender a ser, reconhecer quem é esse ser e quais suas reais necessidades para que consiga ter uma vida plena e abundante.

Numa perspectiva antropológica, é oportuno retomar alguns postulados de Rudolf Steiner, quando propõe a pedagogia Waldorf cujos fundamentos consistem em desenvolver o pensar, o sentir e o fazer. O autor considera a intuição e o desenvolvimento do pensar intuitivo como pressuposto de uma educação voltada para o exercício da liberdade, para o desenvolvimento metacognitivo de compreender por que o pensamento se manifesta de tal forma, quais foram as interações sociais que levaram à sua construção e como a autoeducação pode levar o indivíduo a assumir o compromisso com a ação. A formação para o exercício da liberdade e da responsabilidade sobre as ações implica no estímulo a vivências para as quais sejam viabilizados recursos materiais e espirituais capazes de (re) integrar o humano de cada ser por meio de sua sensibilidade, seu corpo e de sua capacidade cognitiva.

A segunda dimensão proposta por Costa (2006, p. 58-100), pode ser considerada um dos grandes desafios para a socioeducação, que é o despertar no socioeducando para se reconhecer como cidadão. Isso pressupõe não somente o conhecimento dos direitos e deveres para o exercício da cidadania. Igualmente importa o desenvolvimento do sentimento de empatia e da habilidade pró-social que a maioria das pessoas pode desenvolver. Trata do exercício de colocar no lugar do interlocutor, fazendo um deslocamento antropológico, um movimento empático que possa permitir mergulhar no universo de representações semióticas do outro, visando a desenvolver uma ética da compreensão do humano de cada ser.

A dimensão cidadã visa a oportunizar ao adolescente repensar sua trajetória. O imediatismo leva à busca desenfreada pelo prazer a qualquer preço, ainda que esse preço possa lhe custar à própria vida, ou de alguém próximo. Colocar-se em risco ou colocar em risco a vida de outras pessoas é uma reflexão que precisa ser aprofundada. Subitamente, vidas tão jovens vêm sendo exterminadas motivadas por atitudes instantâneas, causadas pelos ideais do consumismo, pela promessa de felicidade por meio do TER e pelas submissões aos apelos ditatoriais impostos pelos diversos meios de comunicação presentes no universo multimidiático. A manipulação para o consumismo precisa ser debatida amplamente pela sociedade em todas as esferas de comunicação, para que as

peessoas envolvidas possam repensar o caminho a ser escolhido e as razões por que escolhem.

Recentemente, foram utilizados alguns textos motivadores para a prova de redação do ENEM 2018, os quais abordavam temas referentes à manipulação dos usuários de internet por meio de algoritmos. Os algoritmos funcionam como cérebro artificial que calcula a frequência e o tempo gasto pelo usuário ao observar determinado produto, música e quaisquer outros insumos culturais. A partir disso, mensagens contínuas são enviadas ao usuário, persuadindo-os ao consumo e moldando seus gostos e desejos. Toda vez que ele abre aplicativos como as redes sociais, e-mails, dentre outros, está sendo sutilmente manipulado.

O papel do educador consiste em alertar para essas amarras ocultas do capitalismo, levar o educando/socioeducando a reconhecer suas reais necessidades para uma vida feliz e plena. Orientar adolescentes e jovens para a elaboração de projetos de vida, para a criação de sonhos possíveis de serem realizados. O ato prospectivo de projetar o mundo e de se projetar no mundo é uma atividade que adquire dupla dimensão.

Deve ultrapassar um projeto de vida pessoal individualizado, centrado no eu individualista e egocêntrico do sujeito, para se tornar também um projeto de cidadania voltado para se pensar o bem-estar da coletividade. Esse pensar precisa ser reflexivo e inquiridor sobre como as relações de consumo, de felicidade, de liberdade, de interação social e de trabalho se interseccionam com as novas tecnologias e se constroem em uma sociedade de classes.

Os atores sociais que atuam com crianças e adolescentes deveriam ter em seus currículos, certificados que revelem o preparo pessoal e profissional para o desempenho da função, sem correr risco de que o(a) próprio(a) se passe da condição de profissional fiscalizador da lei para a condição de infrator, pois os processos de formação lhe oferecera condições de atuar com firmeza. Para tanto, devem ter tido a oportunidade de conhecer as legislações vigentes sobre a infância e a adolescência, sensibilizar-se para a tomada de consciência a respeito do papel a ser desempenhado enquanto operador do direito. Isso evitaria arbitrariedades e (re) incidência de atos infracionais tão graves quanto àqueles cometidos pelos que acabam por sofrer as sanções previstas, e para cuja execução necessita desses profissionais. As atitudes que ocorrem no ato interativo deveriam produzir os reflexos da justiça, dos direitos humanos, da ética e da moralidade.

A tomada de consciência não deixa dúvidas sobre o papel social, ideológico, político e transformador que cada qual precisa desempenhar, de forma proativa, em seu meio social, visando a modificar a sua própria realidade. O educando revela suas habilidades sociais quando começa a desenvolver ações sobre suas próprias circunstâncias. Para tanto, precisa se fundamentar numa compreensão aprofundada, autoética e socioética de sua própria realidade, tendo como suporte de sua atuação a compreensão de sua realidade e dos valores construídos a partir de onde seus pés pisaram. A prospecção para o futuro precisa nascer de sua atividade crítica sobre o movimento histórico do contexto onde está inserido e do confronto dialético entre o ser e o dever ser.

As medidas socioeducativas precisam considerar a condição de pessoa em desenvolvimento, logo, a proposta é pensar que o ato infracional é circunstancial e que o sujeito é maior do que o ato. Esses e outros temas foram propostos por alguns participantes para pautar as agendas dos cursos de profissionalização. Duas das participantes comentaram sobre a importância do exercício da escuta no desenvolvimento das habilidades profissionais. A escuta é um exercício responsivo e ético que precisa constituir a ontologia do trabalho de todos (as) os profissionais que atuam na rede de proteção. Escutar o que diz a criança, o adolescente e o jovem constitui o primeiro passo para a reflexão sobre os condicionantes que contribuem como fatores de risco ou de proteção na vida deles.

A escuta especializada é um tema prioritário na pauta das agendas de políticas de formação dos profissionais que têm participado da rede de proteção. Os profissionais que atuam nos mais diversos cargos criados para fazer valer o Sistema de Garantia de Direitos precisam partir das habilidades auditivas para propor intervenções capazes de diminuir e até mesmo de cessar as violências e violações. A escuta é o ponto de partida para se pensar qual encaminhamento mais viável, eficiente e interventivo. Ela deve anteceder à decisão sobre qual equipamento da rede de proteção deverá ser imediatamente acionado para assegurar o SGD.

Os desabafos dos participantes não deixam dúvidas sobre as inúmeras falhas na rede de proteção voltada para atender ao adolescente em cumprimento de medida que requer atendimento especializado com psiquiatra, terapeuta ou psicólogo. Além disso, percebem-se outras situações horripilantes vivenciadas pelos profissionais das escolas municipais e estaduais. Momentos de angústia e

impotência diante dos casos crescentes de auto-mutilação e suicídio de adolescentes.

As estatísticas mostram que houve um acréscimo significativo no número de suicídios de adolescentes, especialmente da população do sexo masculino. Pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina fizeram um levantamento sobre a mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil, entre os anos de 2000 a 2015. Em suas conclusões, comprovaram que houve uma tendência temporal de crescimento elevado nesse período.

A partir de dados constantes no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostraram que houve 11.947, dentre os quais 67% deles foram cometidos por adolescentes dos 10 aos 19 anos, do sexo masculino. Segundo Cicogna, Hillesheim e Hallal, 2019, “o suicídio é um fenômeno complexo, de impacto tanto individual quanto coletivo, que ocorre por uma convergência entre fatores de risco genéticos, psicológicos, sociais e culturais, combinados com experiências de trauma e perda”¹⁸.

Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa apresentam vários fatores de riscos prévios para ideações suicidas. Segundo um dos cadernos previstos para estudos a respeito da socioeducação que trata da prevenção ao suicídio, experiências anteriores ao cumprimento da medida já revelavam indícios de propensão ao suicídio, motivados por diversas violências sofridas na infância. Essas predisposições podem ser explicadas pelo fato de sofrerem ameaças em função de estarem envolvido em contextos criminosos, pelo abandono familiar, pelo abuso de substâncias, por quadros de depressão, dentre outras vivências complexas que culminam com o planejamento do suicídio.

O passo principal, de acordo com as orientações expressas neste caderno, consiste em ouvir o adolescente, permitir que desabafe sobre suas angústias. A tarefa mais importante é ouvi-los efetivamente. Conseguir esse contato e ouvir é, por si só, o maior passo para reduzir o nível de desespero (BRASIL, 2015, p. 55).

Os profissionais participantes destes estudos reconheceram que nos últimos anos houve sim muitos investimentos nos equipamentos da rede de proteção, na criação de cargos, na ampliação da oferta às comunidades e na formação

¹⁸ Ler mais sobre o suicídio no site: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852019000100001>. Acesso em: 8 dez. 2019.

continuada. Ainda assim, são muitas as dificuldades para se atingir níveis mais elevados dos planos de carreira. Os agentes socioeducadores sequer têm um plano exequível que lhes possibilite de fato ascender a níveis com salários melhores. Os profissionais dos CRAS, CREAS, PEMSE e CAPS também reclamaram dos entraves para ascensão no plano horizontal e vertical, além do congelamento dos salários estagnados já de longa data e da falta de aumento no vencimento e de reconhecimento profissional dos colegas que já protocolaram certificados necessários para avanço.

Os professores e demais profissionais da rede estadual de ensino também estão com os salários e vencimentos congelados desde 2016. Não bastasse a falta de reposição das perdas inflacionárias, estão sem acesso à formação necessária para se atingir o último nível no plano de carreira dos professores QPMs (pertencentes ao Quadro Próprio de Magistério), intitulado Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).

A oferta dos cursos por parte das mantenedoras para subir de nível em todas as áreas da rede é insuficiente. Cada profissional precisa se sensibilizar autodidaticamente a respeito da importância de estar sempre estudando para fazer o seu melhor e conseqüentemente ser uma pessoa melhor, com autoestima e atuoeficácia elevadas. A realização profissional/pessoal contribui para maximizar os resultados do trabalho com as crianças e os adolescentes.

5.3 ADOLESCENTE: PRIORIDADE ABSOLUTA?

As palavras “menino”, “aluno” e “adolescente” apareceram em destaque tanto na CHD – Classificação Hierárquica Descendente quanto na Análise Fatorial de Correspondência/AFC, conforme é possível observar nas FIGURAS 4 e 6, que contém os dendogramas. “Adolescente” é a palavra utilizada pela maioria dos participantes para se referir à principal motivação pela qual se desenvolve toda uma expectativa de formação pessoal e profissional. A palavra apareceu reiteradas vezes por força das questões que abordavam o Estatuto da Criança e do Adolescente e os Direitos Humanos voltados para atender a essa população, e possivelmente devido ao fato de que os participantes atuam diretamente com pessoas transitantes dessa fase do desenvolvimento humano.

Também o vocábulo “adolescente” se refere à etapa do desenvolvimento humano quando o adolescente ainda está saindo da infância, tentando se compreender no mundo. A palavra vem do latim *ad* (a, para) e *olescere* (crescer), para se referir ao *adolescere*, proveniente de *adoecer*. Trata-se de uma fase peculiar do desenvolvimento humano que provoca o adoecimento, devido ao processo maturacional, cujos efeitos resultam em sofrimentos físicos, na medida em que a estrutura óssea, a musculatura e a puberdade causam dor, somada às angústias e ansiedades causadas pelo processo de maturidade psíquica e pelas transformações mentais.

Embora pejorativamente muito se escute trocadilhos com a palavra “aborrescente”, esse estigma precisa ser revisitado, pois as transformações físicas afetam não somente a dimensão corpórea, mas também repercute na construção da personalidade, na inteligência emocional e nos diferentes papéis a serem desempenhados, tendo em vista o contexto de interação verbal e os interlocutores. Essa fase tão dinâmica e complexa requer habilidade pró-social empática, reponsiva e autoritativa por parte de familiares, amigos, e dos profissionais que atuam na interação imediata com esse segmento da população.

O psiquiatra argentino Mauricio Knobel (1992) chama a atenção para o fato de que os estudos sobre a psicologia evolutiva destacam a importância em se considerar a complexidade dos determinantes fenomenológicos expressos nessa fase vital, considerando-se os aspectos psicobiológicos e socioculturais. Nessa perspectiva, apresenta várias características que constituem o que denominou de “A Síndrome da Adolescência Normal (SNA)”, publicada no segundo capítulo do livro intitulado “Normalidade e patologia na adolescência”.

Dentre as características, destacam-se: A tentativa angustiante de reconhecer uma identidade, de se autodefinir corpórea e psicologicamente, bem como a busca identitária do ser adulto – Nesse sintoma, podem ocorrer os encontros casuais e as paixões súbitas. Também emerge a auto-percepção que leva à elaboração da autoimagem, que pode ser positiva ou negativa em determinados aspectos aleatoriamente, dependendo dos padrões da ditadura da beleza impostos pelos diversos meios multimidiáticos;

A volubilidade dessas manifestações muitas vezes gera críticas por parte das pessoas de convivência. Isso ocorre em parte pelo fato de não terem uma formação voltada para compreender essa etapa do desenvolvimento humano. Com

isso, acabam por culpabilizar, ao invés de compreender e demonstrar paciência para ouvir e orientar. É comum ocorrer frequentemente flutuações de humor e polarizações que podem ser tanto depressivas quanto eufóricas.

Esses sintomas podem ser ocasionados pelas atitudes autoritativas e/ou impeditivas dos pais, professores, familiares, enfim, dos adultos responsáveis. Isso pode ocorrer quando são impostos limites para satisfazer muitas das vontades, visando a evitar que confundam liberdade com libertinagem. Emergem, igualmente, motivações para crescer intelectualmente e elaborar fantasias – o aparato cognitivo progride da capacidade de fazer operações concretas para as operações hipotético-dedutivas. (KNOBEL, 1992).

Há, nessa etapa vital, potenciais desequilíbrios e instabilidades que geram, dentre outras crises sintomáticas, uma ambivalência entre independência e dependência dos familiares, podendo causar um anseio em se separar, gradativamente, do núcleo familiar, principalmente dos pais, quando alternam excesso de permissividade com autoritarismo. Paralelo a isso, pode surgir uma tentativa de buscar identificação com determinados grupos de amigos com quem compartilham princípios e valores, modismos, principalmente em casos nos quais os adolescentes sentem falta de referências autoritativas e positivas para auxiliá-los em suas crises de ansiedade.

Ocorrem comportamentos contraditórios que se alternam abruptamente. Crises até mesmo na crença religiosa, contestações que os impelem, com frequência, na busca de uma religião diferente daquela na qual o grupo familiar crê. Manifestações reivindicatórias, nos diversos microssistemas, ocorrem devido ao desenvolvimento do protagonismo, da habilidade de se posicionar em determinado tema, do exercício da cidadania.

Knobel sintetiza alguns comportamentos do adolescente, tais como se percebem em diversas culturas. Sugere que existem entidades semipatológicas ou “uma síndrome normal da adolescência”. Essas situações podem ser verificadas nas transições entre momentos de introversão, timidez e audácia, ousadia, urgência e desinteresse ou apatia, descoordenação, dentre outros períodos que podem oscilar, tais como as dúvidas religiosas, geradoras de conflitos, capazes de alternar entre o “ateísmo anárquico” e o “misticismo fervoroso”. Também podem ocorrer dúvidas com relação à orientação sexual, que podem culminar com comportamentos variáveis entre heteroerotismo e homossexualidade ocasional (KNOBEL, 1992, p. 5).

Embora o adolescente já tenha uma identidade pré-construída, Outeiral assinala que é “[...] uma identidade em crise, na qual o sujeito procura discriminar-se do mundo e ter seu próprio self, ser e saber quem é ele mesmo”. (OUTEIRAL, 2003, p. 24). Essa busca por compreender-se no mundo precisaria ser acompanhada por pessoas com as quais haja laços afetivos intensos e duradouros, familiares que tenham condições psíquicas e emocionais de estarem atentos para perscrutar cada movimento do adolescente. Isso implicaria disponibilizar uma parte significativa do tempo para se dedicar e se envolver com o (des)envolvimento do adolescente.

A OMS considera a adolescência a fase que vai dos dez aos dezenove anos de idade. No entanto, pesquisadores australianos têm defendido uma sobrevida de cinco anos a mais para essa etapa vital; Ou seja, atentam para o fato de que a adolescência deve ser considerada entre os dez e vinte e quatro anos de idade, tendo em vista que, atualmente, os jovens tendem a estudar não somente até terminar a faculdade, mas querem prolongar a vida acadêmica, também têm adiado a decisão de começar com a vida adulta, com casamento, paternidade/maternidade. (SILVER, 2018).

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera adolescente a pessoa com faixa etária entre os 15 e os 24 anos, utilizada como parâmetro para dados estatísticos e políticos. Já o ECA (1990), em seu artigo segundo, considera adolescente a pessoa em idade entre 12 e 18 anos. Porém prevê que, em casos excepcionais, a aplicabilidade do estatuto produz efeitos até os 21 anos. Isso tem gerado polêmicas na sociedade brasileira, quando se trata de adolescente em autoria de ato infracional.

Dentre as opiniões contrárias à redução, a maioria desconsidera o fato de que crimes como homicídios, praticados por adolescentes, não atinge 1% da totalidade dos artigos frequentemente analisados nas audiências, de acordo com a UNICEF (2015).¹⁹ Além disso, a redução fere uma cláusula pétrea da CF (1988), ao considerar penalmente inimputável o menor de 18 anos. Também encarceraria muito mais negros e moradores de periferia. A proposta com maior chances de êxito seria considerar os investimentos na educação como prioridade para a prevenção e a assertividade na aposta para o desenvolvimento humano, ao invés de aumentar o

¹⁹ Ler mais sobre as estimativas da UNICEF a respeito de homicídios cometidos por adolescentes no Brasil em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/unicef-estima-em-1-os-homicidios-cometidos-por-menores-no-brasil-15761228>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

encarceramento em CENSEs, tendo em vista as atuais infraestruturas. Reitera-se que os dados do IBGE indicam o número de 11,3 milhões de brasileiros analfabetos, em 2019.²⁰

Outra dimensão da vida do adolescente que precisa ser priorizada se refere ao mundo do trabalho. O IBGE sinalizou que havia 486 mil crianças expostas à exploração do trabalho infantil em 2013, com idades entre cinco e 13 anos²¹. O Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, revelou que, entre 2007 e 2015, o trabalho infantil ocasionou a morte de 187 e deixou mais de 20 mil crianças e adolescentes, entre cinco e 17 anos, acidentados. Desses números, 518 foram mutilações de mão. Foram registrados 20.770 casos gravíssimos de acidentes trabalhistas. As regiões Norte, Nordeste e Sul apresentam índices mais elevados.

Apesar de esses dados serem alarmantes, a secretaria do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Maria Oliveira²², considera que esse número é ainda maior, pois acredita que deve haver subnotificações não explicitadas pelos equipamentos de saúde. O advogado Ariel de Castro, fundador da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB Nacional (2015),²³ propõe a criminalização e responsabilização dos empregadores. Ele acredita que o trabalho infantil pode facilitar a entrada da criança e do adolescente para o comércio ilícito. Considera ainda que a crise econômica e a flexibilização das leis trabalhistas contribuem para piorar esse cenário.

Em uma retrospectiva histórica, verifica-se que a civilização egípcia já tinha, em um dos traços de sua cultura, a prática de considerar as crianças com um desenvolvimento físico considerado saudável, aptas ao mundo do trabalho. Explorar a mão-de-obra infantil constitui uma atividade humana datada de 2000 a.C. Já em Roma, as crianças poderiam exercer uma função laborativa na condição de

²⁰ Mais informações sobre os índices de analfabetismo em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-113-milhoes-de-analfabetos-23745356>>. Acesso em: 8 mar. 2020.

²¹ Redução da maioria penal: Veja cinco argumentos contra e cinco a favor. **Revista Fórum**. Disponível em: <<https://www.editoraforum.com.br/noticias/reducao-da-maioridade-penal-veja-5-argumentos-contras-e-5-a-favor/>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

²² Ler mais sobre o assunto no site do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, artigo intitulado “FNPETI diz que Brasil não conseguirá erradicar trabalho infantil até 2020”. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/trabalho>>. Acesso em: 3 out. 2019.

²³ Maiores informações podem ser lidas no Portal Aprendiz. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/09/30/ariel-de-castro-alves-historia-de-dedicacao-na-defesa-dos-direitos-da-crianca-e-adolescente/>>. Acesso em: 8 mar. 2020.

aprendizes. Na Idade Média, as crianças desempenhavam precocemente trabalhos semelhantes aos dos adultos, com o consentimento de seus familiares, pois a maioria era proveniente de condições socioeconomicamente desfavorecidas e de miserabilidade.

A Revolução Industrial intensificou a ampliação do número de crianças no mercado de trabalho, até mesmo para dar conta de atender às demandas da produção fabril e contribuir para ampliar a renda no contexto familiar. Muitas foram gradativamente deixando os trabalhos artesanais, na agricultura e se inserindo no chão das fábricas. Devido a condições insalubres de trabalho, muitas crianças acabavam adoecendo, ficavam desnutridas e iam a óbito. Arruda (1984) afirma que muitas delas chegavam a trabalhar até uma jornada de dezoito horas diárias. Caso amolecessem, eram açoitadas por um capataz que ganhava por produção. Diante desse quadro e da situação de opressão dos pais, houve muitos trabalhadores adeptos das lutas em prol da classe trabalhadora, visando a reduzir a jornada de trabalho.

De um lado, intensificou-se a luta pela redução da jornada dos trabalhadores, coordenada pelos comitês que militavam contra a crueldade a que eram submetidos pelos empregadores. De outro, formavam-se as comissões das fábricas para fazer a defesa desses. Algumas fábricas eram consideradas como uma casa de correção para crianças indigentes, cujas regras rígidas exigiam muito mais do que no trabalho manufatureiro. Não havia normas mínimas de segurança no trabalho. As situações adversas no manuseio das máquinas, a falta de formação para desenvolver as habilidades necessárias para executar os trabalhos de operacionalização das máquinas levava muitas crianças a serem mutiladas.

As paróquias acolhiam as crianças e assinavam contratos com os fabricantes que as empregavam, comprometendo-se com a alimentação e com a educação das crianças amparadas. No entanto, ficavam confinadas, isoladas do meio social, das possibilidades de socialização com demais crianças de suas faixas etárias e sofriam as arbitrariedades dos patrões. (THOMPSON, 1987, p. 207).

Hobsbawn denunciou que as fábricas impeliam as crianças ao cumprimento de normas disciplinares no trabalho, ainda mais rigoroso e desumano do que as disciplinas rígidas impostas pelas oficinas manufatureiras. Isso consequenciava em inúmeros acidentes de trabalho que deixavam as crianças mutiladas, inválidas para exercer quaisquer ofícios, condenando-as a, em suas vidas adultas, constituírem

uma população de mendigos, aleijados, alcoólatras, a vagar pelas ruas da cidade pedindo esmolas para sobreviver. (HOBSBAWM, 1989, p. 10-11).

Pesquisadores da Universidade Luterana do Brasil, do Rio Grande do Sul, apresentaram estudos sobre os danos psicossociais resultantes do trabalho infantil. Concluíram que ocorrem danos na formação da subjetividade dessas crianças, pois o direito ao lúdico, às brincadeiras e aos processos de socialização com crianças da mesma faixa etária lhes é negado. A responsabilização da vida adulta, de forma tão precoce, enfraquece os processos de socialização. Também o acesso aos processos de escolarização fica comprometido, pois optam pelo trabalho para sustentar a si próprios e a suas famílias.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura apresentou a curva da desnutrição e lançou um relatório com o título “O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo”. Nele, apresentam-se as metas de combate à fome até 2030. No entanto, as pesquisas revelaram que o Brasil vive um momento de retrocesso no combate à fome. Os gráficos podem voltar a quantificar um número de pessoas famintas semelhante aos de doze anos atrás. Por outro lado, os índices de obesidade cresceram em algumas regiões do país.²⁴

A violação do direito à alimentação é um dos motivos pelos quais muitas crianças começam a se interessar pelo recrutamento para o comércio ilícito. As propostas iniciais recebidas por crianças, antes mesmo de se completar os doze anos, é de ganhar alimentos como x-salada, pizzas, refrigerantes, sorvetes, chocolates, dentre outros insumos aos quais não têm acesso em seus ambientes familiares. O alimento “diferente” do arroz e feijão que os pais ou avós conseguem ofertar é o chamariz para persuadir a criança a fazer as “correrias”.

Uma das participantes relatou uma experiência com uma criança das séries iniciais do ensino fundamental, terceiro ano do primário. A pessoa que fez a oferta “aliciadora” pediu que viesse para escola no dia seguinte vestida de uniforme, respondesse à chamada para a professora. Na sequência, propôs que ela pulasse o muro da escola, pegasse uma mochila, entrasse em um ônibus e fosse até o terminal, para levá-la a uma pessoa cuja roupa foi detalhadamente descrita. Para isso, ela receberia, R\$50,00, sob a promessa de que, de levasse certinho, voltasse e

²⁴ Ler mais a respeito desse assunto no artigo com o título FAO: fome aumenta no mundo e na América Latina e no caribe pelo terceiro ano consecutivo. Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1152189/>>. Acesso em: 8 mar. 2020.

entrasse na escola direitinho, para assistir às aulas até o final, ganharia R\$60,00 no dia seguinte. A criança aceitou, recebeu o dinheiro, cumpriu com o combinado, porém foi pega pulando o muro para entrar novamente na escola, acabou contando o que aconteceu e a patrulha escolar foi acionada para ficar de alerta nas proximidades do estabelecimento.

Essa e outras histórias enfatizam a importância em se ampliar o número de programas voltados para a qualificação profissional de adolescentes aprendizes. As oportunidades ofertadas aos jovens para a profissionalização têm sido insuficientes, pois os estágios não atendem às demandas do número de jovens que buscam por uma inserção no mercado de trabalho, na condição de aprendiz, ainda que por salários irrisórios. O direito à cultura fica ainda mais comprometedor, pois se é difícil para as famílias de baixa renda sustentar os filhos com insumos básicos como a alimentação, quiçá pensar em gastar o dinheiro que não têm para cinema, teatro, academias de ginástica, passeios em parques, pesque e pague, ou quaisquer outras formas de lazer.

A inserção no mercado de trabalho seria de primordial importância para minimizar os riscos a que muitos adolescentes e jovens se expõem para subsidiar insumos básicos de sobrevivência. Os CRAS oferecem os cursos possíveis, com poucas vagas. Muitas vezes, não atendem às aptidões individuais, aos anseios dos usuários. Também não oferecem recursos para o empreendedorismo e que pudesse contribuir para que de fato os usuários conseguissem empreender algum tipo de negócio. Nos CENSEs, até meados de 2018, eram ofertados cursos de padeiro, garçom e assistente administrativo.

Os adolescentes optavam por fazer especialmente os de panificação, já que podem consumir os alimentos que aprendem a fazer, como lasanha, x-salada, panquecas e outros pratos que consideram saborosos, deliciosos e diferentes da comida que é servida no marmitex. Em 2019, especialmente no segundo semestre, a atual gestão do Governo do Estado não assinou acordo com as empresas que ofereciam cursos nos CENSEs, de forma que os adolescentes internos estão ociosos no período em que era para estar se preparando para o mundo do trabalho.

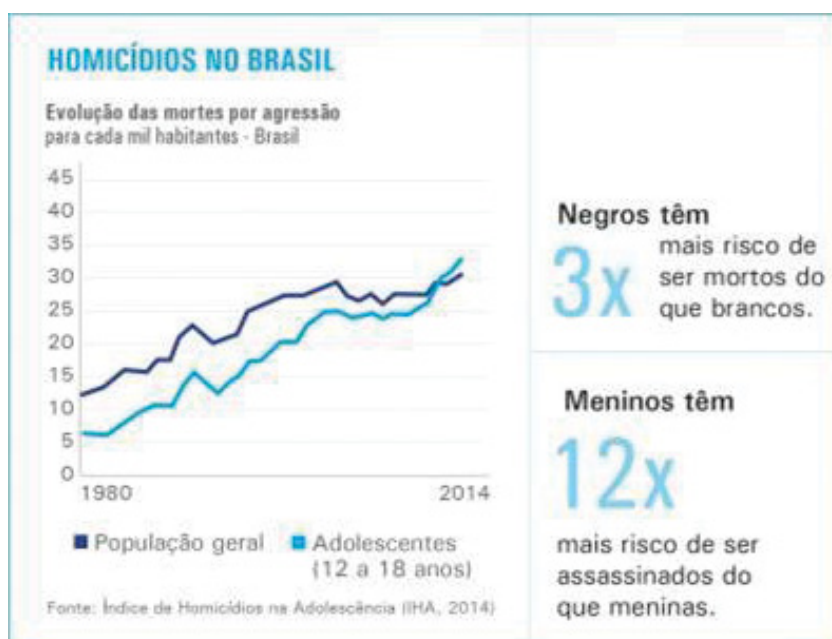
A ressocialização implica qualificação profissional, como enfatizou Ceccato (2013) ao pesquisar sobre “A reinserção social de jovens infratores por meio da educação: possibilidades e limites do programa estadual de aprendizagem para adolescentes”. Os familiares dos adolescentes consideram um fator de proteção a

oferta de cursos profissionalizantes. A autora reafirma: “Mais interessante ainda, é notar que os 81 adolescentes e seus familiares não poupam elogios e crenças no que lhes foi oferecido em termos de fomento de um futuro de maior inserção social e profissional, apesar da grave exclusão que, desde tão jovens, já experimentaram”. (CECCATO, 2013, p. 81).

A fome no país continua sendo tema de demanda contínua e contribui para a compreensão dos motivos que levam muitos adolescentes para a prática do comércio ilícito. Esse problema ainda continua a ser um tema amplamente discutido e deve constituir uma das pautas principais das agendas de políticas públicas. Não bastasse uma parte bem significativa dos índices de mortalidade infanto-juvenil serem causados diretamente em função da falta de alimentação adequada, é igualmente preocupante o número de crianças e adolescentes vítimas da guerra do narcotráfico e de outras formas alvitantes de violência.

De acordo com a UNICEF, embora o Brasil tivesse avançado na redução dos índices de mortalidade infantil entre os anos de 1995 e 2005, a década seguinte vivenciou um quadro horripilante, pois aproximadamente 100 mil meninos e meninas perderam suas vidas precocemente. Atualmente, a UNICEF estima que 31 crianças e adolescentes brasileiros morram diariamente, vítimas de assassinatos, de forma que o Brasil está posicionado entre os sete países com maior índice de assassinato de adolescentes (IHA) no mundo, segundo os dados de 2017. Se esses índices continuassem crescendo, havia uma previsão letal de que, entre os anos de 2015 a 2021, 43 mil adolescentes poderiam ser vítimas de homicídios.

FIGURA 8 – HOMICÍDIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL ENTRE 1980 E 2014



FONTE: UNICEF (2019).

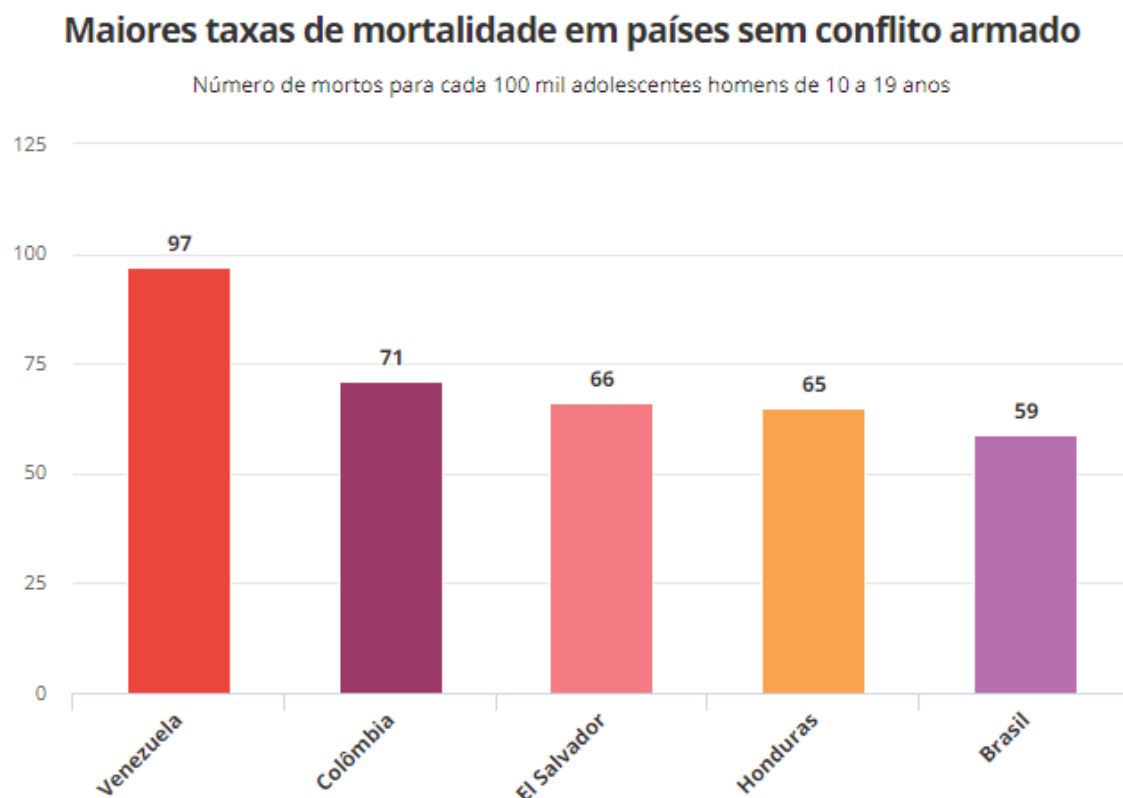
Os gráficos que revelam a letalidade infanto-juvenil ratificam o quanto ainda se faz necessário levantar a bandeira de luta na garantia de direitos como possibilidade de prevenção a tantas mortes, cujos índices vêm se ampliando. Essa situação causa sofrimento irreparável nas famílias vítimas desse cenário bélico.

O Ministério dos Direitos Humanos e a Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente publicaram, em 2018, um documento intitulado “Letalidade infanto-juvenil: dados da violência e políticas públicas existentes”; O primeiro capítulo do documento traça o perfil das vítimas de homicídios de adolescentes com dezesseis e dezessete anos e faz um comparativo com as estatísticas internacionais. O segundo capítulo apresenta o mapa da violência e revela que os jovens somam mais de 50% entre as vítimas de mortes ocasionadas por armas de fogo.

Os elaboradores apresentaram também um levantamento de 2014, feito pelo SINASE, no qual os atos infracionais como roubo e tráfico figuram no topo da lista dos artigos que levam à internação. Também chamam a atenção para o fato de que quatro adolescentes por mês morrem em algum CENSE. Esses números se acrescentam aos índices de assassinatos de adolescentes. O gráfico abaixo, elaborado pela Unicef, revela que os índices estão maiores do que a taxa de

letalidade, verificada em países com conflitos armados, quando comparados ao Afeganistão, com índices de 49 para cada 100 mil pessoas, e o Sudão do Sul, com índices de violência coletiva de 29. O globo terrestre conta com a morte de uma criança ou adolescente a cada sete minutos.

FIGURA 9 – ÓBITOS E TAXAS DE HOMICÍDIO DE ADOLESCENTES 2017



FONTE: UNICEF (2017)²⁵

Conforme se pode perceber no gráfico, a Venezuela ocupa o primeiro lugar com os maiores índices de morte de crianças, adolescentes e jovens entre os 10 e os 19 anos: 10.422 delas em decorrência de “resistência à autoridade”, expressão utilizada pela polícia. O Observatório Venezuelano de Violência registrou 23 mil mortes no ano de 2017, uma taxa de 81,4 assassinatos a cada 100 mil habitantes. É o país considerado com os maiores índices de violência da América Latina, cujas taxas superaram Colômbia, El Salvador, Honduras e o Brasil.

²⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/brasil-tem-a-5-pior-taxa-de-homicidios-de-criancas-e-adolescentes-diz-unicef.ghml>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

O Brasil foi classificado em quinto lugar com índices elevados de homicídios de crianças e adolescentes. Dentre os quais, 75 por cento se refere à morte de negros ou multirraciais; 18% de brancos; 7 não declarados; 0,2 asiáticos e 0,2 indígenas. Em 2017, os índices de assassinatos de adolescentes bateram recorde. Segundo o UNICEF, há 3,65 para cada 1000 vítimas de homicídios, sendo que a maioria é do gênero masculino, com renda familiar entre um e dois salários mínimos, evadidos da escola por mais de seis meses. O Nordeste é a região com índices maiores. A previsão é que 43 mil jovens podem ser mortos até meados de 2021.

Embora paradoxal, os próprios adolescentes em condição de conflito com a lei e muitos de seus familiares próximos parecem conhecer os riscos de verem seus entes amados envolvidos em contextos de riscos de vida. Ainda o adolescente “correria” ou “vida louca”, como muitos se auto-rotulam, acaba sendo empoderado e tem o comportamento ilegal reforçado pela apreciação de alguns membros da família, da vizinhança, das pessoas que interagem nos diversos microssistemas por onde transitam ecologicamente, afetando e sendo afetados.

O comportamento que impele para a ação infracional é reforçado quando, em sua autoavaliação, o adolescente se percebe protagonista econômico da própria história, ao se dar conta de que tem condições de sustentar a si próprio e à sua família. A exploração do trabalho infantil sempre existiu, ao longo da história. As crianças sempre foram forçadas a abandonar a escola para ajudar nas despesas com insumos básicos para a própria sobrevivência e de sua família. Nos tempos atuais, as áreas de ocupação irregular, as periferias e as regiões metropolitanas estão vendo a vida dessa parte da população se perder, em sua grande maioria, em função do uso e abuso de drogas, bem como do comércio ilícito de entorpecentes e armas de fogo.

Alguns adolescentes que estão no sistema, em regime de privação de liberdade, não reconhecem boa parte dos atos infracionais que cometeram como ilícitos. A fala dos agentes socioeducadores e professores esclarece que muitos têm dificuldades de compreender as razões pelas quais o juiz ou juíza da vara da infância e da juventude solicitou medida de internação em CENSE. O tráfico de drogas é considerado como um trabalho, uma fonte de renda, que requer horários a serem cumpridos rigorosamente, sobriedade nas negociações, seriedade no pagamento dos fornecedores e severidade punitiva na cobrança daqueles que ficam devendo por um grande período.

Quando o adolescente herda dos familiares, padrastos, pais, tios, o ponto de comércio ilícito, situação em que ele já nasceu num ambiente familiar cuja fonte de renda principal gira em torno do tráfico de drogas, a representação construída a respeito dessa prática adquire status de normalidade. É difícil fazê-lo romper com esse paradigma, pois, para ele, é a partir da comercialização de drogas ilícitas que a família consegue meios de subsistência para pagar o aluguel, luz, água, comprar alimentos, roupas, uniformes e materiais escolares, dentre outras dívidas necessárias para sobreviver com o mínimo de dignidade.

O termo “correria” não apareceu com muita frequência na fala dos participantes. Todavia, o termo revela o quanto a vida desses meninos e meninas que se tornaram reincidentes e “frequentadores” de Centros Socioeducativos, casas de passagem, instituição de acolhimento etc. Não é fácil, pois o “corre”, como dizem os socioeducandos, percorre o dia e a noite. Correria para encontrar clientes, para encontrar fornecedores, para não atravessar o “corre” de outros “vendedores”, sob pena de morte!

Correria para fugir da polícia, fugir das dívidas, quando não dá conta de pagar as dívidas, em especial decorrentes da compra fiada de insumos ilegais, ou porque foram roubados, ou porque acabaram fazendo uso e distribuindo gratuitamente para parceiros. Correria para fazer furtos e roubos e manter todas as dívidas quitadas, com fornecedores e com membros da segurança pública que os deixam continuar no “corre”, mediante o pagamento de propina ou do “arrego”.

Outra adversidade é a confiança no trabalho feito por alguns integrantes da Polícia Militar. Não raro, diz um dos participantes, os carros dos policiais são vistos nas “biqueiras”, locais onde são feitas a distribuição das drogas ilícitas, vendas no atacado ou no varejo, alguns PMs entram em pontos suspeitos de comércio ilícito como lava-car, distribuidoras de bebidas, bancas de revistas, dentre outros. Às vezes, fazem revista em todos os suspeitos, mas saem sem encontrar nenhuma prova.

Na sequência, mal os policiais terminam de “dar a geral”, vizinhos percebem que chegam e saem motos, carros de transeuntes comuns, carros que substituem os táxis, como Uber, Pop, 99 ou os próprios táxis, além de usuários a pé; viciados em substâncias, como o crack, vulgarmente chamados de “nóia”, sempre estão esqueléticos, com a aparência de doentes; Esses são os estereótipos de pessoas que geram a suspeita de que, naquele local, há ponto de venda de drogas ilícitas.

Outro indicativo é o posicionamento de alguns adolescentes aliciados para o tráfico localizado nas “biqueiras”. Parecem soldados vigiando a movimentação da rua. Geralmente ficam em pé, numa posição de prontidão, para saírem correndo a quaisquer movimentos. São os denominados “vaporzinho” ou “aviãozinho”.

A desconfiança em alguns oficiais da Polícia Militar coloca os membros integrantes dos equipamentos que compõem a rede de proteção em uma situação extremamente vulnerável. Os profissionais temem oficializar as denúncias para proteger crianças e adolescentes em condições de risco. “Quando quem deveria proteger causa medo e insegurança, fica difícil a situação. A gente não sabe para onde correr e pedir ajuda, pois teme represarias – o que inviabiliza o trabalho de proteção” – desabafou um dos participantes.

Em uma pesquisa de mestrado, o capitão da Polícia Militar, Luciano Blasius (2008), apresentou reflexões significativas a respeito da importância em fortalecer “A resiliência na formação do policial militar” do Paraná. Investigou se o currículo do Curso de Formação dos Soldados (CFSd) da PMPR traz não somente a dimensão técnica, mas também a formação voltada para o desenvolvimento da resiliência, como um fator de prevenção e proteção a esses profissionais. Dos resultados, destaca-se que a formação é muito mais técnica, ainda que alguns componentes curriculares se direcionem para o desenvolvimento moral. Outrossim, destacou a importância em se pensar um processo formativo voltado para fortalecer o desenvolvimento da resiliência a situações nas quais os policiais são persuadidos ao cometimento de transgressões.

Blasius reafirmou a importância de se trabalhar na formação dos oficiais e debater com maior profundidade o conceito de resiliência como uma dimensão do processo formativo que permita ultrapassar a competência técnica. Tal dimensão pode atuar como fator preventivo e protetivo, muito mais do que o colete balístico de elasticidade para evitar que um projétil o transfixie. (BLASIUS, 2008, p. 80).

A essas reflexões, que visam a garantir o principal postulado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) – o direito à vida –, acrescente-se o papel individual de cada um para a preservação, prevenção e manutenção de uma vida digna para todos e todas. Uma vida na qual o humano de cada ser prevaleça a ponto de se considerar que os bens materiais possam ter menor valor do que a própria vida.

Os profissionais que atuam na educação, na socioeducação e na rede de proteção precisam estar atentos para trabalhar valores universais como o autocuidado, a autoestima, o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, a autocrítica, a compreensão das características que compõem a etapa evolutiva da adolescência. Para tanto, a experiência dos profissionais não deixa dúvidas sobre a importância em se trabalhar a família e as múltiplas dimensões imbricadas nas teias de relação interpessoais do contexto intra-familiar, pois a relação ontológica e aglutinada de cada adolescente com seus entes familiares é que direciona a trajetória de vida de cada um.

5.4 FAMÍLIA: FATOR DE RISCO OU PROTEÇÃO?

O conceito de família precisa ser ressignificado, pois a concepção tradicional dogmática da composição de um modelo nuclear de família biparental constituída de um pai heterossexual provedor do lar, mãe com orientação sexual declaradamente feminina, geralmente formada para ficar em casa, responsável pela gestão do cuidado da família, já há muito tempo vem sendo alterada. Novas composições familiares marcadas por diferentes relações de poder vêm se estabelecendo. O pai nem sempre está presente para acompanhar e orientar o desenvolvimento da criança, muitos pais sequer primam pelo cumprimento da legislação para prover as necessidades do(a) filho (a). Dessa forma, fica a desejar o cumprimento das normas legais previstas no Código Penal e a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do adolescente, dentre outros documentos que preveem inclusive pena privativa de liberdade por abandono afetivo, intelectual e material.

Já nas famílias tradicionais, o pai também não se fazia presente na maioria dos casos, pois quando não estava a dispensar horas e horas em função de uma jornada extensa no trabalho, procurava alguma forma de lazer como possibilidade de compensar o desgaste e o cansaço da labuta diária. O merecido entretenimento nem sempre incluía a participação da família. Em seu papel de chefe de família, suas obrigações consistiam em garantir o sustento das despesas da casa e o papel de chefe de família já estaria cumprido.

A socioculturalidade historicamente construída não permitia gerar uma expectativa na qual o homem dispensasse parte considerável de seu tempo envolvido nas atividades do cuidado como: trocar as fraldas do bebê; preparar a

mamadeira; as refeições; organizar os materiais para ir à escola; acompanhar o desenvolvimento escolar; frequentar reuniões pedagógicas; assinar o boletim; escutar os anseios da intimidade e as angústias características da adolescência; dentre outras ações que requerem empatia sinérgica, interação imediata, tempo de convivência e responsividade autoritativa.

A mulher, desde os primórdios, sempre colaborou com a renda da família, trabalhando na agricultura, em cooperativas, em atividades informais como venda de alimentos e diversos produtos, costurando para fora, fazendo trabalhos manuais etc. Entretanto, a evolução da participação feminina no mercado de trabalho se intensificou após a primeira e a segunda guerra mundial, quando ela passou a assumir os negócios da família e ocupar o papel dos homens.

Alguns marcos históricos alavancaram mudanças na vida pós-moderna que modificaram as relações familiares. Podem-se considerar as inovações tecnológicas, o modelo econômico atual que amplia a oferta de trabalho para as mulheres, os avanços no campo dos direitos humanos das mulheres, a luta contra o machismo, os índices crescentes de feminicídio, a cultura do estupro, contra a misoginia. A militância em favor da equidade de gênero, as novas leis de defesa aos direitos dos LGBTs, dentre outras dinâmicas e batalhas constituem algumas bandeiras na busca por equidade de gênero.

A modernidade garante às mulheres cada vez mais espaço no mercado de trabalho formal e informal. A luta para manter as despesas do lar e o aumento desenfreado do desemprego tem levado milhares delas para o trabalho com vendas on-line, utilizando os diversos meios multimidáticos. Sem ter que sair de casa para revender produtos de beleza, artesanatos, roupas, calçados, docinhos e salgadinhos, muitas conseguem ter uma renda nesse mercado informal que cresce a cada dia.

O marido provedor e chefe de família já não mais ocupa esse papel em uma parte significativa dos lares. Por um lado, a emancipação feminina gera conquistas positivas como certa autonomia financeira, protagonismo e a valorização da mulher enquanto um ser independente e relativamente ou aparentemente capaz de dar conta das demandas familiares. Por outro, muitas crianças crescem sendo educadas em creches e pré-escolas aproximadamente oito horas por dia. Ao retornarem às suas casas, são frequentemente educadas pelos equipamentos móveis como

tablets, smartphones, notebooks, e/ou programas televisivos oportunizados pelas diversas mídias presentes no universo digital como Netflix e Youtube.

Os avanços tecnológicos e cibernéticos após a Revolução Industrial acabaram por robotizar e mecanizar a vida prática, já duramente criticada nas vertentes de vanguardas europeias: Surrealismo, Dadaísmo, Futurismo, Cubismo e demais “-ismos” que se impuseram às correntes de doutrinação voltadas para atender aos apelos sutis e estarrecedores do Deus Mercado, muito bem sinalizado por Etienne La Boétie (1987) em *Discurso da Servidão Voluntária*. A escravidão voluntária para servi-lo ocorre de maneira sutil e sorrateira, contribui para fortalecer o individualismo e a solidão que toma conta de boa parte das crianças e dos adolescentes.

A pós-modernidade traz em seu legado a ditadura da velocidade oportunizada pelos avanços tecnológicos, refletida nas ações do cotidiano e na frequência do contacto físico, cada vez menor, dos atos interativos nas relações humanas. A volatilidade e a efemeridade da condição pós-moderna imprimem à edificação humana a necessidade de conhecer como a história é co-construída a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético como condição histórica, geográfica, social e cultural. Essa seria a “[...] fonte primordial de discernimento emancipatório e consciência política prática, ou seja, o grande contingente mutável de uma interpretação crítica da vida e da prática social” (HARVEY, 1986, p. 182).

Em inferências sobre as origens da mudança cultural e a condição pós-moderna, David Harvey reafirma a importância da descrição feita por Marx a respeito do capitalismo e as interconexões entre modernização, modernidade e os reflexos dos movimentos estéticos que as impulsionam. Essas correlações contribuem para a compreensão da forma como os processos sociais interagem com o capitalismo, como promovem não somente práticas individualistas, mas também a alienação, “a fragmentação, a destruição criativa, o desenvolvimento especulativo, as mudanças imprevisíveis nos métodos de produção e consumo, mudança da experiência do espaço e do tempo. (id.).

Diante dessa construção histórica de individualidades “alienadas” edificadas no e para o capitalismo que educadores e educadoras precisam estar preparados para saber como desempenhar um papel formativo produtor de significados recíprocos que tenham como primazia práticas humanitárias de defesa da dignidade humana. As inovações pós-modernas nos meios de produção vão tentando dar

conta de atender aos apelos coercitivos da indústria cultural para o consumo, que requerem cada vez mais marcas e produtos novos e constituem a “Acumulação Flexível”.

A atração por bens rapidamente consumíveis para acelerar o giro do capital sintetiza a vida pós-moderna em capital e trabalho. Os efeitos produzidos pelos artefatos multimidiáticos induzem à ressignificação do espaço e do tempo. As relações do ser humano com os meios de produção são aceleradas para que sobre o tempo do ócio produtivo e do lazer direcionado pela Indústria da produção de imagem, ou pelo processo de industrialização cultural, como diria Adorno (1995). Os recursos midiáticos de manipulação das massas, o cinema, a televisão, os artefatos digitais ditam as regras do consumismo, do viver bem, das marcas e modelos a serem consumidos considerados imprescindíveis para a experiência da modernidade.

Os efeitos da relação do indivíduo com o capital se refletem nas práticas egocêntricas e individualistas que se manifestam nos diversos microssistemas. Os novos recursos digitais como os equipamentos móveis, smartphones, tablets, presentes na era da conexão e da interconectividade vão se personalizando e se tornando próteses sem as quais todas as pessoas, mas, em especial, crianças, adolescentes e jovens parecem não conseguir mais viver.

As reclamações sobre o uso excessivo durante o percurso das aulas, de tablets, celulares, smartphones, i-phones, e outros aparelhos eletrônicos são constantes por parte dos professores de todos os níveis de ensino. Embora tenha sido criada uma lei específica que proíbe o uso de aparelhos de celular em sala de aula sem o consentimento expresso do professor, para fins pedagógicos, ainda assim a lei não se cumpre na prática, pois o stresse e o tempo destinado a resolver questões como essa em sala seria tanto que não restaria mais clima para favorecer o aprendizado.

As formas de comunicação e interação social, que antes ocorriam face a face, também vão sendo substituídas avassaladoramente pelos ambientes virtuais. As expressões faciais que indicavam se a criança e/ou seu interlocutor (pai, mãe, irmão, irmã, avô, avó, tio, tia, babá etc.) manifestavam tristeza, angústia, raiva, sensação de paz ou felicidade, já não são possíveis mais nesse novo modelo interativo, salvo as raras vezes quando se fazem chamada em vídeo. Os sentimentos só podem ser percebidos ao se inserirem nas mensagens virtuais

algumas figurinhas semelhantes aos “emotions” ou por meio de expressões que constituem o internetês.

As interlocuções entre os nativos digitais, os familiares, os amigos, os professores e demais profissionais igualmente se modificaram na pós-modernidade. As interações face a face agora são vivenciadas nos ambientes virtuais, o virtual se tornou o real e vice-versa. No entanto, ainda a nitidez com que se observam as expressões faciais na relação presencial, as emoções manifestadas na troca de olhares, o cheiro, o toque e a áurea espiritual que se presentifica nessas interações proximais não podem ser vivenciados por meio do ambiente virtual.

Em entrevista ao programa Milênio, Edgar Morin²⁶ alerta sobre a necessidade de se ensinar a ética da compreensão, pois a incompreensão começa na família, quando os filhos não são compreendidos pelos pais, a recíproca também é verdadeira. Não se pode desperdiçar tempo ouvindo os anseios da criança e do adolescente, pois a busca desenfreada para dar conta de suprir os bens materiais se sobrepõe a necessidade de atenção e busca por compreensão mútua.

A importância da atenção nas interações com o ser humano se inicia quando o bebê nasce. Se a criança tem sua necessidade atendida nos primeiros resmungos e choros, percebe que pode lutar para atingir seus objetivos e será um (a) vencedor (a), pois a interlocução com o mundo lhe soa positivamente. Com isso se constrói o senso de autoeficácia, eleva-se a autoestima e se incentiva a interação com o mundo que a cerca. Caso o contrário aconteça, o bebê chore porque precisa mamar, ou porque algo o incomoda, precisa trocar as fraldas e suas demandas não sejam atendidas, sua autopercepção negativa pode ser acentuada, pois percebe que não adianta tentar interagir nas relações sociais, nem lutar para atingir seus propósitos, pois suas necessidades são tratadas com descaso e negligência.

O primeiro elo e socialização do bebê ocorre no contexto intra-familiar. As primeiras representações mentais sobre comportamento social, as trocas interafetivas que desencadeiam emoções, o senso de pertencimento e topofilia são desencadeadas nessas interações que podem ser preditivas das formas de agir, de sentir e de pensar sobre os fenômenos sociais ao longo da existência humana.

²⁶Edgar Morin, entrevista ao programa Milênio. Globo News. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8WwwJtI21Y>>. Acesso em: 8 fev. 2020.

O software Iramuteq identificou a presença da palavra família na fala dos participantes com uma frequência expressiva. Pode-se evidenciar a importância do papel da família para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, já prevista na Constituição Federal, no artigo 227 que preconiza o dever da família, em primeiro lugar, em colocar a criança a salvo de quaisquer formas de negligência.

As famílias que estão em condições de extrema vulnerabilidade social e econômica precisam ser apoiadas não somente com a participação em programas sociais, mas também muitas necessitam de ter apoio psicológico e terapêutico. Atenção especial precisa ser dada quando vivem em contextos marcados pela violência e pela drogadição que potencializa ainda mais suas vulnerabilidades.

É preciso garantir o direito de acesso a cursos de qualificação profissional, que venham ao encontro de suas reais potencialidades e possibilidades. Uma das participantes que atua como assistente social em CRAS muito bem advertiu que não adianta o município oferecer apenas o curso de cabeleireiro, se a mãe ou familiar do adolescente, em cumprimento de medida, não vê nessa oferta uma possibilidade de renda para a família.

Os cursos ofertados no CRAS, nos CENSEs e no PENSE precisam minimamente viabilizar condições efetivas de acesso ao mundo do trabalho. Do contrário, o direito à convivência familiar e comunitária precisa ser revisado. Quando a negligência, a omissão, ou até mesmo o aliciamento para o comércio ilícito e para a prática do roubo e outras ações infracionais ocorrem, por parte da própria família, como se pode pensar em assegurar esse direito?

A situação fica estarrecedora e constitui um desafio incomensurável. A topofilia, somada à falta de recursos financeiros e acolhimento de familiares, inviabiliza ao adolescente em situação de risco tentar outras trajetórias de vida longe do local onde nasceu e cresceu. O amor ao local faz com que ele reconheça sua identidade existencial e afetiva num determinado mesossistema. Fica muito difícil para os adolescentes repensar quaisquer trajetórias de vida longe dos familiares, pois os laços se entrelaçam de tal forma que, mesmo sofrendo violências e se colocando em situações de risco de vida, eles optam por retornar ao “lar”.

Segundo uma das participantes da pesquisa que atua no CRAS, o adolescente egresso do sistema socioeducativo continua sendo usuário de programas de transferência de renda. Então permanece no atendimento por profissionais que atuam nesse equipamento da rede de proteção. As dificuldades

são inúmeras quando se percebem o quanto a própria família compromete a vida do adolescente. A participante desabafou como é difícil a sensação de impotência ao perceber que algo precisa ser feito. Todavia, encaminhar os pais para a prisão e as crianças para instituições de acolhimento pode ser algo ainda pior, pois a convivência com outros adolescentes que ficam abrigados nessas instituições pode também comprometer a possibilidade que esse adolescente poderia ter de mudar sua rotina, quebrar paradigmas e construir novos projetos de vida longe da criminalidade.

Paradoxalmente, o dinheiro advindo de forma ilícita não é para ser gasto individualmente, em prol do prazer egocêntrico, mas sim é dividido com a comunidade de pessoas de seus núcleos familiares, parentes, amigos e vizinhos. Não somente custeia o aluguel, a luz, a água, o alimento, os medicamentos, os uniformes dos irmãozinhos mais novos, o churrasco, a pizza, os drinks aos quais eles não teriam acesso de outra forma, mas também oportuniza a comunidade de amigos e vizinhos a ter acesso a esses insumos de lazer.

A comunidade é chamada a partilha dos alimentos e bebidas, é convidada para os festejos e celebrações. Na fala de dois dos participantes, quando algum vizinho ou parente está precisando de dinheiro para remédios ou outras emergências, recorrem ao líder do comércio ilícito, pedem ajuda e são atendidos. Acabam por ficar devendo favores sim, mas também passam a ser admirados e respeitados.

Trata-se de valores agregados pelo senso comunitário, sob a égide de uma liderança comunitária, que se desenvolve por meio da convivência social e da urgência em suprir necessidades vitais básicas. A inoperância do Sistema de Garantia de Direitos e o descumprimento do artigo 227 da Constituição Federal (1988) contribuem para a prática do ato infracional.

O Estado não consegue prover condições dignas para as crianças, como assegurar o direito à saúde e à alimentação. Deveria haver uma vigilância maior com relação à contratação de especialistas da área da pediatria, da oftalmologia, da odontologia, da psicologia e da psiquiatria. Essas medidas preventivas poderiam subsidiar condições saudáveis para que crianças e adolescentes não tivessem que fazer os pais acordar de madrugada para ficar em filas com número de senhas reduzidos, na tentativa de conseguir uma vaga de atendimento médico.

Por outro lado, colocar a criança a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão pode ser um dever de todos e todas. O incentivo dos diversos canais multimidiáticos de comunicação precisa ser acionado para sensibilizar a todos e todas a fim de que se sintam (co)responsáveis pelo desenvolvimento humano de cada ser em sua comunidade. É necessário despertar para o senso de pertencimento a uma grande aldeia global, onde cada membro afeta o outro e é mutuamente afetado, por sua ação ou omissão.

O que esperar de um país onde se acirram tantas desigualdades sociais? Infelizmente, se a fome cresce, é difícil alimentar a esperança de que o número de adolescentes que passam a fazer furtos, roubos, vender drogas, dentre outras ações infracionais possa reduzir. É possível pensar nas medidas socioeducativas a partir de duas dimensões: A primeira se refere à possibilidade de ser uma reação punitiva da sociedade, como forma de fazer o adolescente pagar pelo que fez, saldar uma dívida social. A sociedade, de uma forma geral, clama pelo poder correccional do Estado para dar conta de oferecer segurança e resolver os problemas sociais, econômicos e familiares da vida do adolescente.

Essa mesma sociedade, composta por divisão de classes, é a que mantém o fenômeno cíclico do comércio ilícito, financia a rede do narcotráfico, relata um dos participantes que atua como agente socioeducador. O adolescente pobre é o que vai sofrer a punição por parte do Estado, para tentar dar conta de responder aos anseios de justiça clamados pelo povo.

No entanto, esse adolescente só se mantém sustentando a si mesmo e à sua família porque é procurado não somente por jovens pertencentes às classes economicamente privilegiadas, mas por pessoas de todas as faixas etárias, adolescentes, jovens, adultos e até mesmo idosos. Querem comprar para uso e venda, para comercializar substâncias entorpecentes, para adquirir substâncias entorpecentes como maconha, crack, cocaína, doce, bala, papeizinhos e demais entorpecentes à base de LSD, com o intuito de repassar a amigos e familiares para o uso recreativo, para complementar as festas, as heivies, ou para satisfazer o vício.

Ressalte-se que muitos adolescentes em cumprimento de medida relataram ser criados por avós. Porém o envolvimento por parte dos idosos com o comércio ilícito não é comum. Percebe-se que há um choque cultural de princípios e valores entre avós e netos internos nos CENSEs, uma divergência inter-geracional na qual expectativas de ambos são rompidas frequentemente. O distanciamento ideológico e

a falta de compreensão mútua e de diálogo levam muitos adolescentes a abandonarem seus lares tão cedo e optar por viver como moradores de rua, ou em instituições de acolhimento, ou com colegas – igualmente excluídos do grupo familiar – parceiros de práticas ilícitas.

Embora na grande maioria das vezes, os avós dificilmente compactuem com as ações infratoras dos netos, acabam tendo atitudes negligentes por não perceber a tempo os riscos que os netos e netas estão correndo quando se inserem em grupos de amigos usuários de drogas já iniciando a participação em ações infratoras. Essas e outras situações nas quais a própria família ensina aos filhos e os incita ao cometimento de atitudes ilícitas precisam ser atentamente pensadas, especialmente por todos os profissionais da rede de proteção, que deve atentar para quando o contexto familiar se constitui em um fator de risco, e quando se constitui em um fator de proteção.

5.5 REDE DE PROTEÇÃO: COMO ENTRETECER AS FALHAS E REATAR OS NÓS?

Ao falar sobre as dificuldades e angústias de seu trabalho, a participante que atua em Educação de Jovens e Adultos, um CEEBJA, que atende também a socioeducandos em cumprimento de medida como LA ou PSC, salientou que motivar os estudantes para dar continuidade nos estudos é um dos grandes desafios. Entretanto, fazê-los sentir vontade de viver e ver a vida com entusiasmo tem se constituído outro grande desafio.

Estou alarmada com a grande quantidade de alunos com depressão, se cortando e se auto-mutilando. Eu, volta e meia, tenho que atender a aluno que chegou a ponto de se cortar. Assim que dá uma crise de ansiedade neles, então eles choram, eu tenho que atendê-los, tenho que encaminhar para psicologia. Essa é uma demanda que tem crescido muito. (PARTICIPANTE REPRESENTANTE DE ESCOLA ESTADUAL, atuante no CRAS e representante na rede de proteção, 2019).

A participante que atua no CEEBJA, com adolescentes em cumprimento de medida, também pontuou a fragilidade no cumprimento da medida socioeducativa, pois o município não consegue oferecer o transporte para que o adolescente possa frequentar a EJA: “Como ele vai conseguir cumprir a medida sem cair na ação infratora novamente?” – indaga ela. “O que fazer com aqueles que apresentam

esquizofrenia? A rede está furada, não tem muito pra onde correr e pedir ajuda!!” – desabafa a participante.

Frequentar a escola é parte constituinte da medida socioeducativa, o PEMSE solicita o relatório com a frequência desses adolescentes. E aqueles que têm laudo de patologias psíquicas, como encaminhar para atendimento no CAPS AD, ou no CAPS I, se a família não apresenta condições financeiras para sequer subsidiar o valor do transporte? Também é muito difícil para a família conseguir um atendimento com os psiquiatras que atuam nesses equipamentos.

O artigo encontrado no ERIC que observou a educação em centro de detenção juvenil, com o título “*Education in Juvenile Detention Facilities in the State of Connecticut: A Glance at the System*” (MACOMBER, et al., 2010), trouxe ponderações possíveis de se verificar também nas Unidades Socioeducativas que atendem a adolescentes oriundos da Região Metropolitana de Curitiba. Uma parte considerável dos adolescentes com necessidades especiais, internos no sistema, não tiveram, quando crianças em idade escolar, o acesso ao atendimento especializado ofertado por profissional com especialização em inclusão escolar.

Atualmente, foram criadas as salas de recursos multifuncionais no Estado do Paraná para atender à Lei Brasileira de Inclusão, 13.146 de julho de 2015. No entanto, ainda muitas crianças especiais são excluídas do sistema educacional por falta de recursos pedagógicos e humanos para promover a inclusão, de fato e de direito, nas escolas que atendem, em meio aberto. Quiçá isso está sendo pensado para o sistema socioeducativo.

Antônio Costa já alertava sobre a fragilidade das propostas de intervenção nos Centros socioeducativos/CENSES e percebia a necessidade de um esforço sistemático de transformação no atendimento socioeducativo. Chamava a atenção para o fato de que havia inconsistência técnica na atuação das equipes. Questionava “[...] a qualidade do pessoal recrutado, tudo conspira para que o modelo correccional-repressivo, amenizado aqui e ali por práticas assistencialistas e revestido de uma camada finíssima de discurso educativo, seja a realidade predominante em nosso sistema de atendimento ao adolescente privado de liberdade.” (COSTA, 2006, p. 61).

A essas adversidades, acrescentam-se outras, como a falta de articulação entre os profissionais dentro do mesmo equipamento para a elaboração dos projetos educativos. Uma das psicólogas participantes que atua em CENSE desabafou sobre

a falta de diálogo e união entre os profissionais para elaborar os Projetos Políticos e Pedagógicos que delineiam ações a serem desenvolvidas dentro do CENSE.

Situação semelhante aparece na fala da pedagoga participante, quando também relata essa falta de gestão democrática. Apenas um ou dois profissionais acabam centralizando a tomada de decisões e elaborando os PPPs, sem que haja a participação dos demais atores presentes nesses espaços. Com isso, alguns projetos idealizados ficam por vezes apenas no papel, pois não se consegue pôr em prática, tendo em vista a falta de se construir espaços democráticos de debate e consenso na tomada de decisões e nos planejamentos.

Igualmente, o agente socioeducador comentou sobre suas angústias. Dentre elas, a falta de ver sua opinião ouvida, especialmente quando se trata de verificar em qual ala determinado adolescente pode ficar, por exemplo, com base na relação social e amistosa que se estabelece com os demais socioeducandos. “Sinto que também poderíamos ser mais ouvidos, pois estamos no dia-a-dia com os meninos e sabemos mais a respeito do relacionamento entre eles. Poderia haver menos conflitos nas alas”. (PARTICIPANTE AGENTE SOCIOEDUCADOR).

O esforço necessário para haver mudança deveria se desdobrar em três frentes, visando à transformação: a primeira necessidade se refere a “[...] mudanças profundas no panorama legal”; a segunda requer “[...] um corajoso e amplo reordenamento institucional”; a terceira implica “[...] uma efetiva melhoria das formas de atenção direta aos adolescentes em dificuldade. (COSTA, 2006, p. 62).

A primeira frente de mudança proposta por Antônio Carlos Gomes da Costa visa a defender mudanças no panorama legal. Essas mudanças foram idealizadas com a intenção de trazer subsídios que possam intervir positivamente na prática cotidiana de subsistência das famílias de crianças e adolescentes, com vistas à prevenção e à potencialização de um desenvolvimento humano saudável.

Apesar de tantos avanços no campo das ciências humanas que ratificavam essa proposta, vive-se hoje um retrocesso nas concepções epistemológica e ontológica que norteiam o desenvolvimento humano, no plano individual e coletivo. Os anseios de uma parte da população que clama por redução da maioria penal, de um lado, e outra parte que acredita no extermínio dessa população como solução para o problema da violência, mais do que nunca, enraizada na cultura brasileira.

O relator especial da ONU, Jean Ziegler, acusou o Brasil de descumprir com o Pacto Internacional de Direitos Humanos. Em recente visita ao Brasil, reafirmou

sua indignação para o fato de que o país está constantemente vivendo um estado de guerra social, uma guerra onde 40 mil vidas se perdem por ano. A ONU concebe que 15 mil pessoas mortas por ano indicam que o país está em estado de guerra²⁷.

Em 25 de novembro de 2019, o site da UOL apresentou uma reportagem, na qual mostrou que a polícia do Rio de Janeiro bateu recorde histórico no número de mortes cometidas por policiais, naquele ano, de acordo com dados pesquisados por autoridades fluminenses do Instituto de Segurança Pública (ISP)²⁸. No Paraná, de acordo com o relatório publicado em 24 de novembro de 2019, pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), houve um decréscimo de 9,5% no número de mortos em confrontos policiais, em comparação ao primeiro semestre de 2018.

Outra questão interessante que vem sendo discutida e que apareceu na fala de vários participantes das pesquisas, no que concerne a princípios da moral e da ética, refere-se à ação dos policiais. Em bairros nobres da cidade, raramente será vista uma abordagem policial tão ostensiva como se verifica nas casas situadas em áreas de ocupação irregular, em favelas, em pontos de comércio ilícito, denominados popularmente de “biqueiras”. A abordagem, nesses locais, acarreta, em muitos casos, a perda dos poucos móveis que a família possui.

Muitos relatam que, em busca de drogas e armas, os sofás e colchões são destruídos com canivetes e facas super-afiados; o forro das casas, geralmente de madeira menos resistente ou PVC, é todo quebrado; o guarda-roupas, que tem uma madeira frágil, constituída no interior com pó de serra, fica inutilizável, bem como outros móveis. Além dos danos materiais, segue a transcrição da fala de uma mãe cuja casa foi revistada por policiais à procura de drogas:

Eles fizeram meu filho dizer onde era a nossa casa. Entraram pra procurar drogas e armas. Bateram bastante nos nossos dois cachorros. Quando eu cheguei à casa, minha cachorra tinha um buraco enorme na cabeça e tava sangrando muito. Fiquei com tanto dó dela de tão desesperada pela situação toda. [Pausa – as lágrimas escorrem...] Eles reviraram nossa casa todinha, não acharam nada. (BUENO, 2014, p. 62).

²⁷ Mais informações em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-25-direito-a-um-padrao-de-vida-adequado/>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

²⁸ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/25/rio-de-janeiro-o-maior-numero-de-mortes-cometidas-por-policiais-na-historia.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

Algumas reportagens publicadas recentemente ratificam as diferenças de abordagens, em função da localização da residência e do repertório comportamental que representa a condição socioeconômica. Manchetes que geraram grandes polêmicas serão mencionadas, a título de curiosidade: “Bairro nobre tem abordagem diferente, diz comandante da Rota”. São Paulo: “Quem mora em bairro nobre não sofre com o caveirão’: é hora de desmilitarizar a polícia”.

Em artigo intitulado “A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas”, Machado e Noronha (2002), chamam a atenção para o fato de que há uma relação intrínseca entre violência policial e estrutural, cuja visibilidade é perceptível com maior amplitude quando se manifesta por meio das desigualdades sociorraciais. Recorrem a Chevigny (1985), quando aborda quatro dimensões para explicar os padrões comportamentais, não somente por parte da polícia, mas também do público: “[...] a orientação governamental no uso da violência; a consciência de cidadania; o nível de aceitação social da violência para resolver conflitos e o padrão de relacionamento entre governo e população visando regular a cidadania e possibilitar o controle social sobre os órgãos governamentais”.

Atender às expectativas de uma parte significativa da população, com relação ao tratamento penal/socioeducacional ofertado ao detento ou ao adolescente, pode induzir profissionais da área da segurança pública, operadores dos direitos, dentre outros ao cometimento de atos infracionais cujos resultados acabam por implicar em demandas judiciais. Além disso, há o desgaste emocional, a possibilidade de cassação do diploma, exoneração, dentre outras fragilidades a que ficam expostos quando estão inseridos em contextos tão vulneráveis e propensos a fazer valer a lei de Talião: “Olho por olho, dente por dente”.

A complexidade desse fenômeno de violência se reflete num efeito boomerangue, pois a polícia que mais mata é também a que mais morre no panorama mundial. Há três anos, os pesquisadores e jornalistas Olavo Mendonça e Camila Goulart publicaram no site da associação dos oficiais da polícia militar, um artigo intitulado “Nós somos o país que mais mata policiais no mundo. O Brasil vive uma guerra civil do crime e da impunidade que devastam o país”²⁹.

²⁹ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-09/suicidio-causou-mais-mortes-em-policiais-do-que-confronto-com-crime>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

Recentemente, o jornalista Gilberto Costa publicou, na 13ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que o número de suicídio entre policiais tem causado mais mortes do que em confronto com o crime. O reordenamento institucional, segunda frente de mudança proposta por Antônio Carlos Gomes da Costa, deve incluir todos os equipamentos que constituem a rede de proteção, incluindo-se as instituições que compõem o macrossistema da segurança pública no nosso país.

O participante que representa o Conselho Tutelar também adverte sobre as vulnerabilidades dos membros do Conselho em entrar em ação contra situações envolvendo o tráfico ilícito de entorpecentes, em especial quando se percebe que os policiais estão envolvidos com os traficantes. É comum que não só familiares, como pai, padrasto, mãe, madrasta, irmãos mais velhos estejam envolvidos. Também há casos em que os avós infracionam o Art. 33 e ensinam as crianças, desde a mais tenra idade, a também trabalharem no tráfico.

Além do Conselho Tutelar, os integrantes do CRAS e do CREAS têm ainda a possibilidade de oferecer serviços complementares que considerarem pertinentes para contribuir com a resignificação das trajetórias de vida dos usuários. Eles também garantem que o processo de responsabilização do adolescente pelo ato infracional praticado se constitua em oportunidade para potencializar habilidades pró-sociais, resignificar os valores morais e éticos, visando ao exercício de sua cidadania.

A ação social e pedagógica deve considerar quatro dimensões no processo desenvolvimental do adolescente: familiar, comunitário, escolar e profissional. São passíveis de uma discussão mais aprofundada as duas primeiras dimensões. Em casos nos quais o contexto intra-familiar e da comunidade onde o adolescente está inserido constitui o principal fator de risco à sua saúde, ao seu desenvolvimento humano saudável e à sua vida, responsabilidades e compromissos éticos precisam ser assumidos pelos profissionais da rede para que o projeto formativo se concretize efetivamente para todos os envolvidos nas ações e omissões.

Ressaltes-se que os laços familiares somente podem ser intensificados quando, após a acolhida afetiva e a escuta qualificada, verificar-se que a função protetiva da família pode contribuir para o desenvolvimento afetivoemocional e

cognitivo do adolescente. Cabe ao CREAS³⁰, nesses casos, oportunizar às famílias o acesso aos direitos socioassistenciais, inserindo-as na rede de proteção social.

Ao se verificar o contexto intra-familiar como fator de risco, ao invés de se constituir em fator de proteção, a interrupção dos processos proximais precisa acontecer para que cessem as violações e violências. Nesses casos, devem-se potencializar os recursos necessários para que se aumente a resiliência do adolescente. Dessa forma ele poderá reconstruir os relacionamentos familiares e comunitários, construindo novas referências e se considerar pertinente para o próprio processo desenvolvimental, visando ao fortalecimento do protagonismo juvenil e da participação social.

Embora várias legislações reforcem a importância de se fortalecer os laços familiares, conforme ficou evidente nas falas dos participantes que atuam no CRAS, no CREAS, no Conselho Tutelar, no PEMSE, no PROEDUSE, entre outras instituições, ainda esse fortalecimento precisa ser repensado. Quando a própria família é a principal aliciadora, de que forma é possível viabilizar mecanismos cognitivos, simbólicos e representacionais para que o socioeducando consiga ressignificar sua trajetória de vida? Como promover a quebra de paradigmas cristalizados, nos quais a violência física, psicológica, moral, patrimonial, simbólica, são consideradas como parte integrante do cotidiano, vivenciadas no dia-a-dia como culturalmente naturais?

Os encontros da rede de proteção precisam ser ampliados para que um trabalho intersetorial articulado possa efetivamente ocorrer. O convite/convocação para participar deve ser estendido a outros equipamentos como os CAPS, os CMEIS, as escolas municipais e estaduais para que práticas preventivas possam minimizar tantos danos. Os membros de equipe gestora têm que estar atentos e

³⁰ A página no Ministério Público do Paraná define Qual público deve ser atendido no CREAS? Nos serviços ofertados pelo CREAS podem ser atendidas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas no território, tais como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do PETI em decorrência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, dentre outras. (p. 4). Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/creas_institucional.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

sensibilizados para essas questões, visando a entretecer os furos constantes na rede de proteção.

A arte de escutar os usuários desses equipamentos deve ser desenvolvida não somente pelos profissionais, mas também pelos gestores responsáveis por projetos a serem viabilizados nos equipamentos da rede. Os cursos de qualificação profissional não têm validade se são hierarquicamente impostos, sem que se ouçam as reais necessidades das pessoas a quem esses cursos são ofertados.

Para além de se considerar suas aptidões e interesses, há de se pensar nas possibilidades de se propor as técnicas aprendidas nesses cursos, em situações da vida real, de forma que tal aprendizado possa vir a se tornar uma fonte de renda. Os cursos ofertados nesses projetos ou programas não podem se limitar a simplesmente ensinar. Essas e outras questões ainda constituem desafios socioeducacionais contemporâneos.

6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS

Estes estudos apresentaram como objetivo geral verificar a percepção dos profissionais que atuam na rede de proteção sobre quais ações foram desenvolvidas para assegurar a efetividade do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), em especial após a elaboração do SINASE. Igualmente, objetivou-se analisar como a criação de cargos e equipamentos tem contribuído para o desenvolvimento humano de adolescentes e jovens internos e egressos do sistema socioeducativo.

Dos resultados das entrevistas com os profissionais da rede de proteção, fica evidente que houve muitos avanços na conquista de direitos humanos, na tentativa de garantir a doutrina de proteção integral à infância e à adolescência. Surgiram equipamentos como CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, CAPS, CENSES, PEMSE e Instituições de Acolhimento. Esses e outros foram criados para assegurar a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O SINASE ainda é uma lei recente e não foi concretizada em muitas regiões.

É notável também a criação de cargos, como os de: assistente social, pedagogo(a), psicólogo(a), assistentes administrativos, agentes de apoio, agentes socioeducadores, dentre outros. A ampliação do número de Conselhos Tutelares e dos outros equipamentos vinha ocorrendo em todas as regiões do Brasil. Essa realidade está mudando, pois agora vem decrescendo, equipamentos sendo fechados. Essas mudanças ocasionam menos acesso da população vulnerável ao SGD.

Dentre os objetivos específicos, foram feitas pesquisas visando a descrever os avanços no campo dos Direitos Humanos, a criação de equipamentos e cargos para fazer valer o SGD. O primeiro capítulo apresentou os objetivos gerais e específicos e os encaminhamentos metodológicos. O segundo trouxe algumas reflexões sobre o ECA, enfatizou a perspectiva do pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, um dos maiores defensores e redatores do estatuto. Também foram elaborados alguns quadros para melhor visualizar as legislações que foram criadas para a defesa de direitos. Uma breve descrição de fatos históricos revelou os avanços no campo da defesa da criança e da adolescência, bem como no campo dos Direitos Humanos.

Para explicitar as representações dos profissionais da socieducação, foram entrevistados profissionais com experiência na rede de proteção, em interação

imediate com adolescentes internos e externos dos CENSEs, dos diversos equipamentos: PEMSE, CEEBJA, Conselho Tutelar, Casa do Piá I, CRAS e CREAS. As categorias de análise versaram sobre a importância da qualificação profissional dos profissionais, dos adolescentes, dos familiares. A formação continuada é de extrema importância para que o trabalho intersetorial, pedagógico e socioeducativo contribua efetivamente com o desenvolvimento humano.

A criança e o adolescente precisam ser considerados como prioridade absoluta na agenda das políticas públicas, pois a prevenção ocorre por meio de investimentos nas unidades de saúde que atendem as populações economicamente mais vulneráveis. Também creches, pré-escolas e escolas precisam ser construídas para atender a toda a população, e não serem fechadas, como tem ocorrido, com mais frequência, a partir de 2013.

A ação profissional da Rede de Socioeducação na RMN tem contribuído muito para evitar a reincidência de ações infracionais. O PEMSE realiza um trabalho bastante efetivo no sentido de oportunizar ao adolescente e aos seus familiares repensar a convivência familiar. Os atendimentos com psicólogos e os encaminhamentos para os programas de transferência de renda, feitos pelo CRAS, contribuem muito para ofertar à família do adolescente dignidade e oportunidade para tentar um emprego e ter o mínimo da alimentação necessária para sobreviver.

Pequenas ações em rede produzem diferenças significativas na vida de adolescentes, prestes a se evadir da escola, em função de estar na condição de usuário e/ou viciado em algum tipo de drogas. A fala da participante que atua em uma escola estadual e participa ativamente das reuniões da rede de proteção não deixa dúvidas sobre a eficiência da atuação conjunta dos profissionais.

Em um de seus exemplos exitosos, ela retoma a situação de um aluno estudante do período da tarde que já havia abandonado a escola devido ao uso abusivo de substâncias entorpecentes. A intervenção dos profissionais da escola, juntamente com o CRAS, incentivou o adolescente a fazer um tratamento. O resultado foi positivo, pois o aluno retornou à escola. Quando ocorre a parceria entre os equipamentos da rede de proteção e o envolvimento dos profissionais, as chances de se obter êxito se intensificam exponencialmente.

As medidas socioeducativas leves, como a Prestação de Serviços Comunitários ou a Liberdade Assistida, cumpridas em meio aberto, no PEMSE e no CRAS, têm produzido efeitos positivos. Emerge a esperança para ampliar os

horizontes de expectativas com relação aos caminhos a serem trilhados por esses adolescentes. O trabalho realizado sensibiliza para a tomada de consciência sobre a importância da inserção e permanência na escola, na EJA, não somente para cumprir um mandado judicial, mas pelo fato de levá-los a perceber o quanto o conhecimento melhora sua condição humana e social.

O trabalho constitui uma categoria que precisa ser analisada com maior profundidade, especialmente porque a imediata inserção desses adolescentes no mercado de trabalho pode ser o principal fator de proteção. Os Direitos Humanos de adolescentes com medida de socioeducação avançaram visivelmente por força do SINASE nas localidades que já conseguiram implementar, cujos reflexos são visíveis na vida desse segmento da população.

Apesar dos avanços, o *software* Iramuteq deixou claro, na planilha intitulada “formas ativas” do *corpus* textual envolvendo todas as questões, que o advérbio de negação “não” ocupou o primeiro lugar com o maior número de frequência em que apareceu na fala dos participantes: 459 vezes. Quando se analisou apenas a primeira questão para fazer um comparativo com as demais, verificou-se que nas formas suplementares e nas formas ativas a supremacia do advérbio de negação, que apareceu 35 vezes, ratificando esse resultado quando todas as questões foram analisadas em conjunto. A nuvem de palavras também não deixou dúvidas sobre a centralidade explícita do “não”, em letras garrafais. Foi preponderante na fala dos entrevistados, referindo-se ainda, de forma reiterada, à falta de estrutura, de recursos humanos, de profissionais para atender a tantas demandas, bem como à negação de direitos, cada vez mais crescente atualmente.

Em pesquisa para o programa de desenvolvimento educacional (PDE-PR), 2016, a professora Morgana Clara Rosa Bortolli, da rede pública de ensino, sob a orientação da professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá, Dr.^a Maria Eunice França Vols, realizou estudos que tinham por objetivo analisar as contribuições da Equipe Multiprofissional atuando conjuntamente aos demais profissionais no interior da escola, formada por Pedagogo, Psicólogo e Assistente Social. Ressalte-se que já existe, desde 2006, a Lei Estadual nº. 15.075/06, que prevê a implementação da Equipe Multidisciplinar, expressão alterada pelas autoras para Equipe Multiprofissional, para executar o Programa de Atendimento Psicopedagógico e social nas escolas da rede estadual de ensino no Paraná.

Como essa lei, já existente há 13 anos, ainda não foi sequer cogitada de ser implementada, o Colégio Estadual Vinícius de Moraes EFM, em Campo Mourão, articulou parcerias com a Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO) e a UNESPAR – Campus Campo Mourão, para fazer uma experiência, contando com o apoio da Equipe Multiprofissional. Dentre os objetivos a serem alcançados, conforme proposto durante o 30º Encontro Nacional de Conjunto (CFESS-CRESSS, 2001), ressalte-se o combate à “Evasão escolar; Desinteresse pelo aprendizado; Problemas com disciplina; Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; Vulnerabilidade às drogas; Atitudes e comportamentos agressivos e violentos.” (CFESS, 2001, p. 23, apud BORTOLLI; VOLSI, 2016, p. 5).

No dia 10 de outubro de 2019, a jornalista Patrícia Figueiredo, do G1, publicou no site do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), a notícia intitulada: “Bolsonaro veta projeto de lei que previa psicólogos nas escolas públicas”.

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente um projeto de lei que obrigava escolas públicas a contar com profissionais de psicologia e de assistência social. O veto, publicado nesta quarta-feira (9) no Diário Oficial da União, vê “inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público” na proposta aprovada pelo Congresso Nacional em setembro.” (FIGUEIREDO. In: G1, out. 2019).

Em setembro de 2019, um novo decreto presidencial dispensou todos os conselheiros que foram legitimamente eleitos para atuar no O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Apesar de tantos avanços que vinham ocorrendo no Sistema de Garantia de Direitos, ainda os diversos profissionais que atuam nos equipamentos que constituem a rede de proteção precisam se articular para construir espaços de debates sobre de que forma cada um pode militar em prol de melhorias nas condições de trabalho, visando a intensificar as possibilidades dos adolescentes em cumprimento de medida ressignificarem suas trajetórias de vida.

Esse processo de recursividade de violações e violências precisa urgentemente ser repensado. Os vestutos paradigmas que consideravam a repressão e a punição como instrumentos de formação da criança e do adolescente não podem continuar internalizados no rol de concepções equivocadas, por parte de alguns familiares e profissionais, cuja função primordial seria de proteger e ensinar

valores nos quais a dignidade do outro, sua integridade física e moral, o direito de ir e vir com segurança precisa ser respeitado. A retroalimentação do fenômeno da violência só pode ter seus efeitos circulares e nefastos minimizados a partir do momento que atitudes de empatia, assertividade e solidariedade humana se tornem um projeto de vida saudável para todos(as).

Verifica-se, dentre as incontáveis violações e falta de condições para que se assegurem a implementação dos direitos de crianças e adolescentes que o ECA/1990 e o SINASE/2006 não foram implementados na sua totalidade, para o funcionamento humanizado nos CENSEs. São necessários investimentos na arquitetura do prédio, na formação dos agentes socioeducadores, na contratação de médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, auxiliares de limpeza e de manutenção, professores e pedagogos. Também o direito de se concluir o Ensino Médio precisa ser garantido. Ainda persiste a falta de professores de certas disciplinas nos CENSEs.

Além disso, é notável a precariedade das condições de trabalho dos agentes socioeducadores, o número reduzido de membros de Conselho Tutelar, do CRAS, do CREAS, da Patrulha Escolar, de professores que atuam na educação e na socioeducação, de psicólogos e psiquiatras nos CAPS-ad, CAPSI e CAPSII. A falta de investimentos na infância e na juventude reflete nos índices de mortalidade infanto-juvenil e na progressão geométrica horripilante e avassaladora que constitui a guerra urbana vivenciada no Brasil.

Segundo 12º Anuário de Segurança Pública, o número de mortes no Brasil cresceu e chegou a 68, 3 mil em um ano. Em 2017, morreram aproximadamente 175 pessoas por dia, vítimas de ações intencionais. Segundo o Anuário de Segurança, o país registrou aumento de 42% na compra de armas novas. A Taurus Armas, principal fabricante do Brasil, vendeu no primeiro semestre de 2019 aproximadamente 50 mil armas de fogo. No ano anterior, 2018, a Taurus havia faturado R\$ 623,5 milhões de janeiro a agosto de 2018. Esse valor certamente subiu, tendo em vista o aumento de 13% de vendas somente no primeiro semestre de 2019 pelo território nacional. Em artigo publicado na página de economia do site da UOL, Vladimir Goitia trouxe reflexões sobre esse assunto com o seguinte título: “Número de armas deve triplicar em 4 anos e país pode atrair marcas de fora”. Isso, se deve ao decreto que flexibiliza a aquisição de armas.

De acordo com profissionais atuantes nos CENSEs, no CRAS e no Conselho Tutelar, os adolescentes que cumprem medidas alegam terem muita facilidade de alugar, emprestar ou adquirir uma arma de fogo. “Conseguir uma arma de fogo é igual conseguir um baseado de maconha” – um dos participantes da pesquisa reproduziu a fala de um adolescente do CENSE. Mesmo sem a posse legal de armas, milhares delas estão disponibilizadas em todos os cantos do país, à mercê de serem utilizadas por crianças e adolescentes sem discernimento para pensar nas consequências. Muitos adolescentes, quando utilizam armas, relatam estarem sob o efeito de substâncias como LSD, cocaína, crack, álcool, dentre outras drogas lícitas e ilícitas. Se o número de armas disponíveis triplicar, será que o número de vítimas também pode aumentar em escala geométrica? O que fazer?

Esta tese defende que é possível fazer a prevenção, tanto da incidência, quanto da reincidência, por meio de políticas de atendimento à gestante, que precisa de apoio da área da saúde, da psicologia, da assistência social. Deve haver ampliação da rede de proteção, com formação inicial e continuada para todos os profissionais da rede de proteção. Defende, em especial, a articulação dos equipamentos da rede com as famílias.

Não raro, as pessoas responsáveis por proteger são aliciadoras, especialmente quando a renda da família é oriunda de comércio e outras atividades ilícitas. É urgente reforçar a segurança pública no combate ao tráfico de drogas e armas. A formação dos familiares, temas como a mediação de conflitos, aprender a conviver, alteridade, dentre outros que humanizem o processo formativo também devem estar pautados na agenda da Educação e da Socioeducação.

Das pesquisas realizadas no PsicoINFO e selecionadas para complementar as reflexões desta tese, cabe destaque ao artigo intitulado *The Dynamics of Interminority Extended Contact: The Role of Affective and Cognitive Mediators, Visitin*, 2016”, publicado na revista *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*. Das conclusões dos estudos sobre a dinâmica do contato estendido entre minorias étnicas, pode se inferir que o trabalho por parte dos profissionais que atuam na rede de proteção pode ser delineado a partir de dinâmicas de interação entre pares e/ou grupos de adolescentes, considerados rivais. O foco da ação formativa deve considerar a mediações de conflitos, visando à construção do diálogo, o exercício da empatia, a promoção da autoestima e da autoconfiança, dentre outras intervenções que promovam o ressignificar de suas trajetórias de vida positivamente.

Os achados desta pesquisa contribuem para se verificarem estratégias de mediação de conflitos e práticas de convivências harmoniosas entre adolescentes rivais, a considerar cautelosamente as causas dessa rivalidade. A fala de um dos entrevistados que atua como professor em centro socioeducativo esclarece que há hierarquia entre os adolescentes internos. Os que cumprem medida por terem infracionado o artigo 33, por tráfico de drogas, consideram-se por vezes com *status* de superioridade em relação àqueles que infringiram o artigo 155, por furto, ou o 157 do código penal, devido a assalto à mão armada. Harmonizar a convivência amistosa entre eles é um constante desafio para todos os profissionais.

A estratégia de oportunizar-lhes momentos de trocas inter-afetivas, mediadas por comportamentos assertivos, com responsividade e autoritatividade, pode fortalecer laços afetivos. Outrossim, essas práticas podem ser experienciadas em outros espaços formativos, visando à compreensão, ao respeito mútuo, à superação dos preconceitos e à redução das violências e violações. A dependência química precisa ser encarada como problema de saúde. Os postos de saúde constituem fortes aliados ao desenvolvimento humano e requerem um olhar atento por parte dos gestores públicos.

O artigo encontrado no PsicoINFO, que consistiu em analisar o acesso dos usuários de serviços na área de saúde mental na Califórnia/EUA, permite comparações entre os serviços médicos ofertados na RMN do Paraná/BR. A distribuição geográfica dos profissionais licenciados em relação às características sociodemográficas revela que o acesso à saúde pública é mais acessível às classes economicamente favorecidas. As pessoas que vivem na periferia e são acometidas por quaisquer patologias mentais, ou nos casos de toxicomania, não conseguem acessar a saúde pública e gratuita, na maioria dos casos. Isso ocorre, em parte, devido à distância entre onde vivem e o local de atendimento.

Verifica-se a oferta desses serviços com maior acessibilidade em regiões localizadas no espaço urbano. Isso dificulta para as pessoas que vivem na periferia a locomoção, não só devido aos gastos com transporte e à morosidade de se chegar até o local, mas também em função da demora para conseguir agendar consulta para o médico especialista. Quem se beneficia do atendimento psicossocial e consegue promover a redução de danos, geralmente, são as pessoas residentes em contextos menos vulneráveis. Essa situação se verifica na fala de duas entrevistadas, profissionais que atuam no PEMSE e no CRAS.

As entrevistas sinalizaram para a importância de um trabalho que considere a dimensão biopsicosociocultural, articulado em rede, voltado para a defesa cotidiana de direitos humanos em todos os ambientes ecológicos. Dentre algumas intervenções, há de se atentar para a abertura de vagas nas creches, da inserção das crianças na escola e da intervenção do setor de segurança pública, quando casos de tráfico de drogas e armas são percebidos. Também é necessário defender a construção de áreas de lazer e instituições que ofereçam cursos de qualificação profissional no contraturno das escolas e dos centros socioeducativos, entre outras tantas medidas que poderiam salvaguardar o direito da criança de ser, de fato e de direito, considerada prioridade absoluta na agenda de políticas públicas.

O que o Estado não cumpre, alguma liderança das comunidades, dos “guetos”, das “biqueiras”, acaba por cumprir. No entanto, a cobrança acaba por vir, em troca de favores. As dívidas acabam retroalimentando a prática de ações ilícitas que têm levado milhares de adolescentes e jovens a incrementar os índices de mortalidade infanto-juvenil num processo de retroalimentação e de circularidade. As proposições constantes no SINASE orientam os passos a serem dados para que o projeto socioeducativo não fique apenas no plano idealizado pelos redatores e possa ser concretizado na prática.

Embora haja muitas adversidades para alcançar a plenitude do cumprimento da legislação, o individualismo não pode imperar. Não é possível aceitar a omissão. Urge colocar em prática os ensinamentos na defesa de direitos humanos, produzidos ao longo do tempo e agir em prol da vida e da dignidade humana. Quando o padre Antônio Vieira proclamou o Sermão da primeira domingo do advento (1650, p. 08), ensinou que a omissão é o pior pecado a ser cobrado no dia do juízo final. Morin (1973) muito bem sinalizou para a importância do erro como dispositivo capaz de acionar o processo dinâmico e complexo da autoeco-organização, inerente aos sistemas vivos. O erro coexiste com a desordem, a transgressão, a demência, o devaneio e pode ser o ponto de partida para levantar a suspeição de que algo precisa ser mudado, acertado. Se o homem é *demens*, capaz das mais absurdas loucuras egocêntricas, também pode ser *sapiens* para tentar resolver com assertividade e pró-sociabilidade as problemáticas provocadas pela sua ação, consciente ou não, ou pela sua omissão.

Não somente o poder público deve ser conclamado a militar em prol de tantas desigualdades que se acirram cada vez mais no país, mas cada ser humano

precisa olhar para si, fazer uma decapagem ontológica que lhe permita reconhecer a humanidade constituinte de sua natureza bioecopsicossocial, em coexistência com outros seres. É inquestionável que a falta de recursos humanos e de equipamentos necessários para atender às demandas populacionais ainda intensifica a ocorrência de violências e violações de direitos.

É necessário um reordenamento na gestão dos recursos públicos para que práticas preventivas possam ser intensificadas e crianças e adolescentes tenham mais condições de uma formação humana integral e integradora de uma concepção planetária. Cada ser humano precisa reconhecer sua identidade autoecoformativa terrena, pertencente a uma grande aldeia global onde todos afetam e são afetados pelo bem ou pelo mal.

Como recomendação para trabalhos futuros, serão de grande contribuição para a socioeducação pesquisas a serem realizadas em CENSEs que já cumpriram a legislação prevista no SINASE. Ressalta-se que a maioria dos CENSEs ainda não conseguiu implementar a lei. Também é oportuno investigar o andamento do Programa de Execução de Medidas Socioeducativas (PEMSE), nas regionais que conseguiram um, para verificar as práticas de prevenção à reincidência, utilizadas com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, consideradas leves, como a Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviço Comunitário (PSC).

REFERÊNCIAS

AMADO, J. **Capitães da Areia**. Rio de Janeiro: Record, 2002. 1937.

AMADEU, M. S. U. S. [et al.]. **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz & Terra, 1995.

_____. HORKHEIMER, M. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

AMORIN, S. **UNICEF estima em 1% os homicídios cometidos por menores no Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/unicef-estima-em-1-os-homicidios-cometidos-por-menores-no-brasil-15761228>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ANDREATO, E. A História da heroína que criou os direitos das crianças. In: **Almanaque Brasil**, 22 jan. 2003. Disponível em: <<http://ultimato.com.br/sites/maosdadas/>>. Acesso em: 8 out. 2020.

ARANTES, V. Cognição, afetividade e moralidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 137-153, 2001.

ARANTES, V. SASTRE, G. Cognición, sentimientos y educación. **Educación**, Barcelona, v. 27, 2002.

ARORA, P. G.; WHEELER L. A.; FISHER S. B. J. A prospective examination of anxiety as a predictor of depressive symptoms among Asian American early adolescent youth: The role of parent, peer, and teacher support and school engagement. **Cultur Divers Ethnic Minor Psychol.**, v. 23, n. 4, p. 541-550, out. 2017. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28604022>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

ARRUDA, J. J. A. **Revolução industrial e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ASINELLI-LUZ, Araci. **Educação e prevenção ao abuso de drogas**: limites e possibilidades. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2195/1847>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. Planejando a cultura de paz e prevenção da violência na escola. In: MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cássia Pereira de. (Org.). **Cultura e Paz**: estratégias, mapas e bússulas. Salvador: INPAZ, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som – um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BECKER, L.S. et al. **Elaboração e apresentação de trabalhos**. Blumenau: Acadêmica, 1999.

BLASIUS, L. **A resiliência na formação do soldado militar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses/M08_blasius.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BORTOLLI, M. C. R.; VOLSI, M. E. F. Equipe multiprofissional no ambiente escolar: perspectivas e contribuições para o desenvolvimento dos alunos. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_gestao_uem_morganaclararosabortolli.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRANDON, D. et al. Strengthening Family Members of Incarcerated Youth: A Productive Role for Extension. **Jounal of extension**, v. 52, n. 3, 2014. Disponível em: <<https://www.joe.org/joe/2014june/rb5.php>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Código de menores de 1927. **Lei nº 17943**. DOU de 12 de outubro de 1927.

_____. Código de Menores. **Lei Federal nº 6.697**. DOU de 10 de outubro de 1979.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. **Lei nº 12.435**, de 6 de julho de 2011: Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF, Senado 2011.

_____. Presidência da República. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos/ Brasília-DF: CONANDA**, 2006.

_____. Presidência da República. Adolescentes em conflito com a lei. **Guia de referência para a cobertura jornalística**. ANDI. 2011. Disponível em:

<https://www.andi.org.br/file/50239/download?token=b5LXIFiu> (Acesso em 24/01/2020).

_____. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.

BUENO, R. E.; ASINELLI-LUZ, A. **Capitães da areia de ontem e hoje**: uma releitura à luz dos Direitos Humanos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (Orgs.). **Handbook of child psychology**: Theoretical models of human development. v. 1, 5. ed. New York: John Wiley, 1988. p. 993-1028

CABRAL, M. A. SILVA, E. R. Breve análise sobre a medida socioeducativa de liberdade assistida. **Jus.com.br**, 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/70619/breve-analise-sobre-a-medida-socioeducativa-de-liberdade-assistida>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

CAESAR, G. Brasil tem a 5ª pior taxa de homicídios de crianças e adolescentes, diz UNICEF. **G1**, 31 out. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/brasil-tem-a-5-pior-taxa-de-homicidios-de-criancas-e-adolescentes-diz-unicef.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CARVALHO, M. A. Bairro nobre tem abordagem diferente, diz comandante da Rota. **Revista on-line Exame**, 25 ago. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bairro-nobre-tem-abordagem-diferente-da-periferia-diz-comandante/>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

CECCATTO, A. P. **A reinserção social de jovens infratores por meio da educação**: possibilidades e limites do programa estadual de aprendizagem para adolescentes. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <<https://observatorioensinomedio.files.wordpress.com/2014/02/ceccato-a-reinserc3a7c3a3o-social-de-jovens-infratores-por-meio-da-educac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CERIONI, C. Datafolha: 84% dos brasileiros querem redução da maioridade penal. **Exame [online]**, 14 jan. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/maioria-quer-reducao-da-maioridade-penal-de-18-para-16-anos-diz-datafolha/>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CHEVIGNY, Paul. **Edge of the knife: Police violence in the Americas**. New York: The New Press, 1995.

CONCEIÇÃO, L.; WILLIAN, L. C.; ONOFRE, C.; MARIA, E. Adolescentes em privação de liberdade: as práticas de lazer e seus processos educativos. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 11, n. 2, jul./dez., 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20140715112659/art.WilliamLazaretti.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

CICOGNA, J. I. R.; HILLESHEIM D.; HALLAL, A.L. L. C. Mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil: tendência temporal de crescimento entre 2000 e 015. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852019000100001>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, E. M. **Narrative Inquiry: Experience and story in qualitative research**. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

COSTA, A. C. G. **Aventura pedagógica caminos y descaminos de una acción educativa**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1991. Disponível em: <http://iin.oea.org/Cursos_a_distancia/aventura_pedagogica_Antonio_Carlos_Gomes_da_Costa.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

_____. **Aventura pedagógica: Caminhos e descaminhos de uma ação educativa**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

_____. **Pedagogia da Presença**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

_____. **Por uma política nacional de execução de medidas socioeducativas: conceitos e princípios norteadores**. Brasília: SEDH, 2006a.

_____. **Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade socioeducativa**. Brasília: SEDH, 2006b.

_____. **As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores**. Brasília: SEDH, 2006c.

CHIAVENATO, J. J. **O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COSTA, A. C. G.; DUARTE, C. N. In: COSTA, A. C. G. **Educação para os direitos humanos**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2004.

_____. Direitos humanos: Considerações sobre Fundamento e a Validade de um Projeto Político à luz do Desenvolvimento. In: COSTA, A. C. G. **Educação para os direitos humanos**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2004.

COSTA, G. Suicídio causou mais mortes de policiais do que confronto com o crime. **Agência Brasil [online]**. Brasília, 2019. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-09/suicidio-causou-mais-mortes-em-policiais-do-que-confronto-com-crime>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

COSTA, M. C.; SOUZA, L. V.; DIRST, P. B. A. G. Trabalho infantil: um estudo sobre os danos biopsicossociais percebidos pelos pesquisadores. **Aletheia**, Canoas, n. 46, abr. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942015000100011>. Acesso em: 27 nov. 2019.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DAMÁSIO, Antônio R. **O erro de Descartes**: emoção, razão e cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

D'ARÓZ, M. S. **A vez e a voz de mulheres-mães com filhos e ou netos institucionalizados**. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/34697/R%20-%20T%20-%20MARLENE%20SCHUSSLER%20DARÓZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

DEFENSORIA PÚBLICA DE MS. **No STF, Defensoria de MS garante previdência de pessoas com deficiência por meio de mandado de injunção coletivo**. 2019. Disponível em: <<http://www.defensoria.ms.gov.br/imprensa/noticias/752-no-stf-defensoria-de-ms-garante-previdencia-de-pessoas-com-deficiencia-por-meio-de-mandado-de-injuncao-coletivo>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

ECO, U. **Os limites da interpretação**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOÉTIE, Etienne de La. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FALCADE-PEREIRA, I. A. F. **Ética do cuidado x ética da justiça**: o olhar feminino de estudantes privadas de liberdade. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31661/R%20-%20D%2020IRES%20APARECIDA%20FALCADE%20PEREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

FARIA, A. L. G. Lóris Malaguzzi e os direitos das crianças pequenas. In: FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs.). **Pedagogo(s) da infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRA, P. Brasil ainda tem 11,3 milhões de analfabetos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 19 jun. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-113-milhoes-de-analfabetos-23745356>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

FIGUEIREDO, P. Bolsonaro veta projeto de lei que previa psicólogos nas escolas públicas. Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. **APEOESP**, 10 out. 2019. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2019/bolsonaro-veta-projeto-de-lei-que-previa-psicologos-nas-escolas-publicas/>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

FLORENTINO, B. R. B. Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. **Fractal, Rev. Psicol.** [online], Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 59-70, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/fractal/v26n1/v26n1a06.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Educação e Mudança**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIDJA, N. H.; MANSTEAD, A.; BEM, S. **Emotions and Beliefs**: How Feelings Influence Thoughts. Maison des Sciences de l'Homme. Cambridge: University Press, 2000.

GARCIA, J. O número de mortes no Brasil cresce e chega a 68,3 mil em um ano. **UOL notícias**, 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/09/09>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

GOITIA, V. Número de armas deve triplicar em 4 anos e país pode atrair marcas de fora. **UOL notícias**, 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/14/armas-legais-ilegais-mercado-brasileiro.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

GREENBERG, L. S.; RICE, L.N.; ELLIOT, R. **Facilitando el cambio emocional**: el proceso terapéutico punto por punto. Barcelona: Paidós, 1996.

GUIMARÃES, J. Trabalho infantil matou 187 e deixou mais de 20 mil acidentados graves nos últimos oito anos. **R7 [online]**, 2016. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/trabalho-infantil-matou-187-e-deixou-mais-de-20-mil-acidentados-graves-nos-ultimos-oito-anos-30042016>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HERÁCLITO. Fragmentos. In: **Os Pré-Socráticos**. Trad. José Cavalcanti de. Souza et al. São Paulo: Editora Abril, 1989. (Coleção Os Pensadores). HERACLITUS.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

KNOBEL, M. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. 10. ed. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1992. p. 24-62

KUHLMANN, M. Jr. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LA BOÉTIE, E. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Escuta, 1987.

LA TAILLE, Y. et al. **Teorias psicogenéticas em discussão**: Piaget, Vygotsky, Wallon. São Paulo: Summus, 1992.

LIMA, M. M. A. **O direito da criança e do adolescente**: fundamentos para uma abordagem principiológica. Tese (Doutorado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LOCKE, J. **Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os pensadores).

LOPES, A. P.; REZENDE, M. M. Ansiedade e consumo de substâncias psicoativas em adolescentes. **Estud. psicol.**, Campinas [online], v. 30, n. 1, p. 49-56, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000100006>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

MACHADO, E. P. NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias** [online], n. 7, p. 188-221, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222002000100009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 jan. 2020.

MACOMBER, et al. Education in Juvenile Detention Facilities in the State of Connecticut: A Glance at the System. **J Correct Educ (Glen Mills)**, v. 61, n. 3, p. 223-261, set. 2010. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4569007/pdf/nihms718571.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

MARIANO, A. H. O Instituto Interamericano Del Niño e a pesquisa sobre a situação da educação física da criança na América e as contribuições do Brasil no ano de 1930. XIV Encontro Regional de História. 1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil. **Anais...** Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, PR, 2014. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/70.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2019.

MARTÍN-BARÓ, I. El Papel del Psicólogo en el Contexto Centroamericano. **Boletín AVEPSO**, v. XII, n. 3, p. 6-17, 1989.

MELLO, I. Rio de Janeiro tem recorde de mortes coetidas por policiais na história. **DW made for minds [online]**, 25 nov. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/25/rio-de-janeiro-o-maior-numero-de-mortes-cometidas-por-policiais-na-historia.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

MORIN, E. **O enigma do homem**. Trad. Fernando de Castro Ferro. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. (Le paradigme perdi: la nature humaine. Paris Seuil, 1973).

_____. **A cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOUTINHO, F. Raio X da violência juvenil. **Ciência hoje [online]**, 1 mar. 2011. Disponível em: <<https://cienciahoje.org.br/raio-x-da-violencia-juvenil/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In: KOLLER, S. H. (Org). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 55- 69

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PORTUGAL. Regras mínimas das nações unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade. **Regras de Tóquio**. 1990. Disponível em: <<http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/regrasdetoquio.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR). Criança e Adolescente. **Regras de Beijing**. 1985. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1074.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

NETO, S. Quem mora em bairro nobre não sofre com o caveirão': é hora de demilitarizar a polícia. **Spunitik Brasil** – versão digital. 2019: Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/brasil/2019081514392614-quem-mora-em-bairro-nobre-nao-sofre-com-o-caveirao-e-hora-de-desmilitarizar-a-policia/>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

NUNES, C. N.; BOSCO, G. P. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). **JUS.COM.BR**, ago. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/51212/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase-lei-n-12-594-de-18-de-janeiro-de-2012>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

OLIC, M. Arrastão ou lagarteado? Dinâmicas em torno da prática docente na Fundação CASA. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 2, p. 357-377, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1517-97022016133882>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. **Princípios das nações unidas para a prevenção da delinquência juvenil**. 1990. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/crian%c3%a7a/principios-das-nacoes-unidas-para-a-prevencao-da-delinquencia-juvenil-principios-orientadores-de-riad.html>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

_____. **Artigo 25: Direito a um padrão de vida adequado**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-25-direito-a-um-padrao-de-vida-adequado/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

OUTEIRAL, J. **Adolescer**: estudos revisados sobre a adolescência. Rio de Janeiro: Reinventer. 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Assessoria de Relações Externas e Interinstitucionais. **FICA comigo / Paraná**. Curitiba: SEED, PR, 2005. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/docs_pdf/ca_fica_cartilha.pdf>. Acesso em: 7 set. 2019.

_____. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. **Cadernos da Socioeducação**: prevenção do suicídio. Governo do Estado do Paraná, 2015.

PARRAT-DAYAN, S. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2008.

PASSAMANI, M. E.; ROSA, M. R. Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 2, jun. 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>>. Acesso em: 30 out. 2017.

PRESSE, F. OMS divulga relatório sobre mortes no trânsito e sugere redução de velocidade em áreas urbanas. **G1**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/carros/noticia/2018/12/07/oms-divulga-relatorio-sobre-mortes-no-transito-e-sugere-reducao-de-velocidade-em-areas-urbanas.ghtml>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

PEREIRA, A. M. S. **Dimensões psicossociais das práticas de cuidado**: um estudo na ótica das mães de casas lares. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses/M13_Ana%20Maria%20Silvello%20Pereira.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

PEREZ, R.; PASSONE, E. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cad. Pesqui.** [online], v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 jan. 2020.

PIAGET, J. Les relations entre l'affectivité et l'intelligence dans le développement de l'enfant. **Bulletin de Psychologie**, tomo 7, p. 143-150, 346-361, 522-535 e 699-701, 1954.

_____. **Para onde vai a educação?** Tradução de Ivette Braga. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

PITANHA, T. Relatório da ONU indica que fome no Brasil, que antes diminuía, voltou a crescer. **Justificando**, 2019. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2019/07/22/relatorio-da-onu-indica-que-fome-no-brasil-que-antes-diminuia-voltou-a-crescer/>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

RAMIDOFF M. I. **Direito da criança e do adolescente:** por uma propedêutica jurídico-protetiva transdisciplinar. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/12287>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

RESENDE, T. Sob Bolsonaro, importação de armas é maior da história. **Folha de S. Paulo**, set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/sob-bolsonaro-importacao-de-armas-e-maior-da-historia.shtml>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

RIBEIRO, R. L. A Criação do Centro de Atenção Psicossocial Espaço. **Psicologia ciência e profissão**, v. 24, n. 3, p. 92-99, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v24n3/v24n3a12.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2019.

RIBEIRO, V. Brasileiros poderão escolher novos conselheiros tutelares no domingo. **Agência Brasil**, 29 set. 2015. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-09/brasileiros-poderao-escolher-novos-conselheiros-tutelares-no>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

RODRIGUES, A. ECA faz 28 anos merecendo aperfeiçoamento para críticos e defensores. **Agência Brasil**, jul. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-07/eca-faz-28-anos-merecendo-aperfeicoamento-para-criticos-e>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ROSA, C. Q.; SILVEIRA, D. S.; COSTA, J. S. D. Fatores associados à não realização de pré-natal em município de grande porte. **Rev Saúde Pública**, v. 48, n. 6, p. 977-984, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v48n6/pt_0034-8910-rsp-48-6-0977.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

ROSSATO, L. A.; LÉPORE, P. E.; CUNHA, R. S. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado artigo por artigo**. 6. ed. Rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

SANTOS, B. S. **Se Deus fosse um activista dos direitos humanos**. Coimbra: Ed. Almedina, 2013.

SANTOS, E. R.; ROSSO, A. J. A indisciplina escolar nas representações sociais dos professores paranaenses. **Psicol. Educ.**, n. 34, jun. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752012000100008>. Acesso em: 5 out. 2019.

SCISLESKI, A. C. C. Medida Socioeducativa de Internação: estratégia punitiva ou protetiva? **Psicol. Soc.** [online], v. 27, n. 3, p. 505-515, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822015000300505&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 7 abr. 2019.

SHARMA, R. N. et al. Geographic distribution of California mental health professionals in relation to sociodemographic characteristics. **Cultural Diversity & Ethnic Minority Psychology**, v. 23, n. 4, p. 595-600, 2017. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/2017-13212-001>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

SCHILLER, F. **A educação estética do homem**. São Paulo: Iluminuras, 2013.

SILVA, A. F. F. DIAS, R. H. O. Infanticídio indígena: o conflito entre o direito à vida e o direito de proteção à cultura. **Revista Âmbito Jurídico**, 2020. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/infanticidio-indigena-o-conflito-entre-o-direito-a-vida-e-o-direito-de-protecao-a-cultura/>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

SILVA, L. R. M. A legislação penal e a política criminal nos anos 90. **Jus.com.br** [online], 2003. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/4203/a-legislacao-penal-e-a-politica-criminal-nos-anos-90>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SILVA, F. S.; OLIVEIRA, F. H. S. PICCIONE, M. A. e LEMOS, R. F. Futebol libertário: compromisso social na medida. **Psicol. cienc. prof.** [online], 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932008000400014&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 7 abr. 2019.

SILVER, K. Adolescência agora vai até os 24 anos de idade, e não só até os 19, defendem cientistas. **BBC NEWS**, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-42747453>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SILVEIRA, M. **O Infanticídio indígena**: uma análise à luz da Doutrina da Proteção Integral. 201 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SINGER, F. Venezuela é o país com maior taxa de homicídios da América Latina, diz organização. **O Globo**, 28 dez. 2018. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/mundo/venezuela-o-pais-com-maior-taxa-de-homicidios-da-america-latina-diz-organizacao-23333142>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SOUZA, I. F. Conselho tutelar: do processo de participação popular à efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3820, 16 dez. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/26154>>. Acesso em: 7 set. 2019.

STOLTZ, T. Por que Vygotsky na educação? In: RAMOS, E. C.; FRANKLIN, K. (Org.). **Fundamentos da educação**: os diversos olhares do educar. Curitiba: Juruá, 2010. 220p.

STEINER, R. **A filosofia da liberdade**: fundamentos para uma filosofia moderna – resultados com base na observação pensante, segundo método das ciências naturais. São Paulo: Antroposófica, 2000.

_____. **Elementos fundamentais para uma ampliação da arte de curar**: segundo os conhecimentos da Ciência Espiritual. São Paulo: Antroposófica, 2001.

TEMPO DE POLÍTICA. Direitos Humanos. **Cidadania, guia do eleitor**. Disponível em: <<https://tempodepolitica.com.br/direitos-humanos/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1 (A árvore da liberdade).

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **Homicídios de crianças e adolescentes**. 2017. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

UNIDOS PELOS DIREITOS HUMANOS. Fazer dos direitos humanos uma realidade. **United for human rights**. 2019. Disponível em: <<https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

UNIVERSO ONLINE (UOL). Redução da maioria penal: veja 5 argumentos contra e 5 a favor. **UOL**. 2019. Disponível em: <<https://www.editoraforum.com.br/noticias/reducao-da-maioridade-penal-veja-5-argumentos-contras-e-5-a-favor/>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

VERONESE J. R. P.; RODRIGUES, W. M. Direito da criança e do adolescente: uma reflexão necessária. **JUS.COM.BR**, 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29400/o-papel-da-crianca-e-do-adolescente-no-contexto-social/1>>. Acesso em: 6 ago. 2019.

VIEIRA, A. **Sermão da primeira domingo do advento**. 1650. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=16377>. Acesso em: 29 nov. 2019.

VISINTIN, P. E. et al. The Dynamics of Interminority Extended Contact: The Role of Affective and Cognitive Mediators. **Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology**, v. 22, n. 4, p. 467-478, 2016. Disponível em:

<<http://www.apa.org/pubs/journals/features/cpd-cdp0000089.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. S. Paulo: Martins Fontes. 1984.

_____. **The Collected Works of L. S. Vygotsky**. NY: Plenum Press, 1987. v. 1, Problems of General Psychology.

_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

XAVIER, A. A. **Violência estrutural e adoecimento docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

XAVIER L. G. Fórum diz que Brasil não conseguirá erradicar trabalho infantil até 2020. **Agência Câmara Notícias**, 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/422004-forum-diz-que-brasil-nao-conseguira-erradicar-trabalho-infantil-ate-2020/>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

WEBER L. N. D.; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J. A relação entre o estilo parental e o otimismo da criança. Resumos de Comunicação Científica, XXXII Reunião Anual de Psicologia. **Anais...** p. 267. Florianópolis, SC: SBP, 2002.

YAMAGUCHI, E. T. et al. Drogas de abuso e gravidez. **Rev. Psiqu. Clín.**, v. 35, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v35s1/a10v35s1.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

01 – Nome: _____

02 - Codinome (Opcional): _____

03 – Endereço (Opcional): _____

04 – Idade _____

05 – Escolaridade:

☐ Ensino Fundamental Completo

☐ Ensino Médio Completo

☐ Ensino Superior Completo

☐ Pós- Graduação

☐ Mestrado

☐ Doutorado

06 – Qual é o cargo atual exercido na rede de proteção ou caso já tenha se aposentado, qual foi o cargo mais recente antes de se aposentar, em qual instituição e entre qual período (tempo).

07 – Caso tenha exercido outros cargos em algum equipamento da rede de proteção, especifique a função, a instituição e o tempo de experiência:

APÊNDICE 2 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA NARRATIVA

- 01 – Comente sobre sua formação inicial e como você chegou na socioeducação?
- 02 – Quais cursos de formação continuada têm sido ofertados?
- 03 – Quais temas esses cursos têm discutidos?
- 04 – Você considera satisfatória a oferta desses cursos?
- 05 – Existe um plano de carreira em sua área de atuação?
- 06 – Você se considera efetivamente preparado(a) para o exercício da função?
- 07 – Pela sua experiência, quais avanços você percebe que foram conquistados a partir da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente/1990?
- 08 – Já ouviu falar sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/2006?
- 09 - Caso já conheça e tenha sido implementado em sua região, é possível perceber avanços com a implementação do SINASE? / Quais foram os avanços conquistados ?
- 10 – Que políticas públicas ou melhorias na área de direitos humanos poderiam ser implantadas para a socioeducação?

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Nós, Araci Asinelli da Luz e Rosa Elena Bueno, pesquisadoras da universidade Federal do Paraná, estamos convidando o Sr./a Sra., Profissional da Rede de Socioeducação da Região Metropolitana Norte – RMN, a participar de um estudo intitulado “Estatuto da Criança e do Adolescente e Socioeducação: Percepções dos profissionais da rede de proteção na perspectiva dos Direitos Humanos” que tem por objetivo:

- a) analisar de que forma o Sistema de Garantia de Direitos – SGD tem contribuído para o desenvolvimento humano de adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo.
- b) Caso o Sr./ a Sra. participe da pesquisa, será necessário responder um questionário sociodemográfico, bem como participar de uma entrevista narrativa que levará em torno de uma hora. A entrevista narrativa deverá ser gravada, se assim o Sr./ a Sra. concordar. Dessa forma, garante-se maior fidelidade das informações fornecidas. Após a transcrição o material deverá ser desgravado.
- c) Para tanto, o Sr./a Sra. deverá comparecer em local, dia e horário antecipadamente agendados e combinados, para preenchimento do questionário sociodemográfico, bem como para a entrevista narrativa, que levará aproximadamente 60 minutos. Local esse, preferencialmente, de seu trabalho ou residência, evitando deslocamento específico. No entanto, se preferir que a entrevista para a pesquisa aconteça em outro lugar ou na UFPR, o Sr./a Sra. será ressarcido/a no valor do transporte coletivo (ida e volta).

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal: _____ [rubrica]

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE: _____ [rubrica]

Orientador: _____ [rubrica]

- d) É possível que o Sr./ a Sra. experimente algum desconforto, principalmente relacionado a algum constrangimento frente a alguma questão. Dessa maneira, o

Sr./a Sra. poderá solicitar a interrupção ou encerramento, desistência em qualquer momento do decorrer do processo, sem nenhum ônus, bem como retornar à pesquisa posteriormente, se assim o quiser.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser, diretos ou indiretos, por menores que sejam – mesmo em entrevistas há risco, como constrangimento. Os pesquisadores estarão constantemente atentos às demandas que surgirem, bem como dispostos a sanarem as dúvidas dos participantes.

f) Os benefícios esperados com essa pesquisa envolvem o diálogo como método de reflexão, oportunizando questionamentos sobre a compreensão de seus posicionamentos frente à temática abordada. No entanto, nem sempre os participantes serão beneficiados diretamente, podendo se beneficiar dele no futuro.

g) Os pesquisadores, Araci Asinelli da Luz e Rosa Elena Bueno, responsáveis por este estudo, poderão ser localizadas na Universidade Federal do Paraná - Campus Teixeira Soares, Rua Rockfeller, 57, Bairro Rebouças, Curitiba, Paraná, sala 239, segundo andar, telefone 41 3535-6255, para esclarecer eventuais dúvidas que o Sr./a Sra. possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo, nas sextas feiras pela manhã, das 9:30h às 11:30h.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e se o Sr. / a Sra. não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, as quais fazem parte da presente pesquisa e foram nominadas no início deste termo. (No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade).

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal: _____

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE: _____

Orientador: _____[rubrica]

j) O material obtido – questionários e relatórios de entrevistas – serão utilizados unicamente para essa pesquisa e as publicações dela decorrentes e será destruído/descartado ao término do estudo, no prazo de dois anos.

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e o Sr./ a Sra. não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua

participação. Poderá ser ressarcido/a apenas no valor do transporte coletivo, caso opte por realizar a entrevista na UFPR ou outro local que não seu trabalho ou sua residência.

l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código).

m) Se o Sr./ a Sra. tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

n) **Autorizo ()**, **não autorizo ()**, o uso de meu áudio e respostas de questionários para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito para a análise e discussão dos dados do estudo.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal-----
[RUBRICA]

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE: -----
[RUBRICA]

Orientador: -----
[RUBRICA]

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A

explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

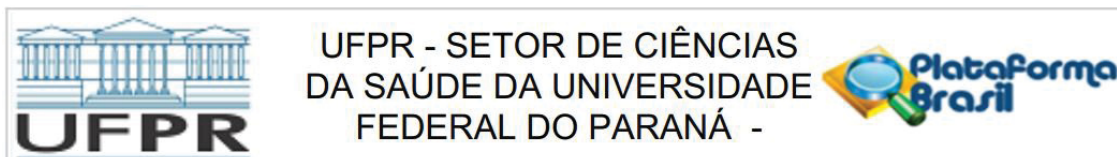
Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, ____ de ____ de 2019.

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estatuto da Criança e do Adolescente e Socioeducação: Percepções dos profissionais da rede de proteção na perspectiva dos Direitos Humanos

Pesquisador: Araci Asinelli da Luz

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.229.891

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa qualitativo exploratório, referente a tese de Mestrado em Educação junto ao PPGE/UFPR, tendo como participantes a rede de proteção da socioeducação e sua atuação à luz dos direitos humanos. Tem como pesquisador responsável Dra Araci Asinelli da Luz do PPG em Educação. A pesquisa será realizada a partir da coleta de dados via Questionário sociodemográfico e entrevista narrativa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar de que forma o Sistema de Garantia de Direitos – SGD tem contribuído para o desenvolvimento humano de adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo.

Objetivo Secundário:

1.2.1. Descrever os avanços no campo dos Direitos Humanos, da infância e da adolescência, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente/1990.

1.2.2. Explicitar o perfil dos profissionais que atuam na socioeducação na RMN, na perspectiva dos Direitos Humanos.

1.2.3. Investigar o desenvolvimento humano de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com a vigência do ECA/SINASE, segundo os profissionais da rede de proteção da

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - Térreo

Bairro: Alto da Glória

UF: PR **Município:** CURITIBA

Telefone: (41)3360-7259

CEP: 80.060-240

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

RMN e os adolescentes ex-internos dos programas de atendimento socioeducativo.

1.2.4. Identificar como vem ocorrendo a implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e a repercussão por meio dos Programas de Execução de Medidas Socioeducativas – PEMSE frente os Direitos Humanos dos Adolescentes em Medidas de Socioeducação.

1.2.5. Investigar a ação profissional da Rede de Socioeducação na RMN e como contribui para os Direitos Humanos de adolescentes em medida de socioeducação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A proponente descreve os seguintes riscos:

"É possível que o(a) participante experimente algum desconforto no ato da escrita ou dos comentários a respeito de sua perspectiva sobre os limites e possibilidades da profissão, da ressocialização, bem como em função das atribuições pertinentes ao cargo. Neste caso, o(a) participante terá a liberdade de interromper a pesquisa e retomá-la quando considerar pertinente ou adequado, ou mesmo desistir, sem qualquer ônus. Os participantes serão alertados sobre a possibilidade de experimentar algum desconforto, constrangimento ou quebra de confidencialidade quando forem informados e convidados para a pesquisa, bem como no ato da escrita ou durante a entrevista. Assim, espera-se que os participantes voluntários estarão preparados e sensibilizados para a participação, reduzindo ao máximo a possibilidade de ocorrência. No entanto, dada a complexidade do tema, não se considera viável qualquer prognóstico a respeito. Mas as pesquisadoras estão preparadas para minimizar a possibilidade de ocorrência, na transparência das informações, no trato técnico das entrevistas orais e narrativas por escrito, bem como a acolher desistências ou tempos de parada, durante o processo.

Os riscos poderão ser minimizados, a partir do momento em que os pesquisadores se propõem a esclarecer todas as dúvidas possíveis para o participante antes de sua concordância em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Possíveis sentimentos negativos que possam surgir em função da pesquisa poderão ser discutidos no momento da entrevista, visando a deixar o participante livre para expressar opiniões, crenças e sensações que vierem à tona, também caso o participante considere pertinente, terá a liberdade de interromper a pesquisa e reagendá-la para um outro dia ou simplesmente desistir. Os contatos dos pesquisadores serão disponibilizados para eventuais dúvidas e/ou esclarecimentos."

Ainda como benefícios, a pesquisadora argumenta:

"Com relação aos benefícios esperados com essa pesquisa, nem sempre o(a) participante será diretamente beneficiado(a) com o resultado, mas poderá contribuir para o avanço científico na área da educação e da socioeducação. Como benefício direto, acredita-se na possibilidade de refletir e perceber fragilidades e fortalezas na rede de proteção, decorrentes do desempenho individual e coletivo de ações necessárias ao atendimento dos Direitos Humanos. Os benefícios para a população estudada, também, podem ser considerados a partir da propositura de atividades visando a formação continuada dos profissionais que estão em interação com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A sociedade de forma geral poderá ter alguns eixos norteadores para a educação e para a socioeducação, que visem a prevenção a todas as formas de violações e violências."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Serão coletadas informações a partir de entrevista escrita ou gravada, caso em que a entrevista será transcrita na íntegra, proceder-se-á a análise qualitativa dos dados visando a encontrar-se categorias de análise por meio do uso do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), que permite ao pesquisador tratar os dados por meio da análise fatorial de correspondência ou nuvem de palavras. O software foi desenvolvido em 2009 por Pierre Ratinaud. Trata-se de um software livre que pode ser utilizado para facilitar ao pesquisador na análise dos dados após terem sido transcritos, análise textual.

Serão entrevistadas 10 profissionais como: psicólogo(a) aposentado(a) e/ou com mais de 20 anos de experiência no sistema de cumprimento de medida privativa de liberdade, e/ou em Centro de Referência Especializada/CREAS, ou Centro de Referência de Assistência Psicossocial – CRAS;

- Profissional do Serviço Social (assistente social) com atuação em Centro de Referência e apoio psicossocial CRAS, aposentado(a) e/ou com mais de 20 anos de experiência no sistema de cumprimento de medida privativa de liberdade, e/ou em Centro de Referência Especializada/CREAS.

- Profissionais que atuem em Programa de Execução de Medida Socioeducativa – PEMSE.

- Membro de Conselho Tutelar que ocupe o cargo de presidente e atue há mais de dez anos com adolescente egresso do sistema socioeducativo.

- Juiz(a) da vara da infância e da juventude, com atuação na Região Metropolitana de Curitiba;

- Professores atuantes com alunos egressos do CENSE em cumprimento de medida socioeducativa com regime aberto, em cumprimento de prestação de Serviço Comunitário - PSC – ou em Educação

de Jovens e Adultos – EJA.

- Agentes socioeducadores(as) com experiência no regime fechado e no regime aberto.

Os participantes também serão escolhidos dentre os voluntários que aceitarem assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Espera-se um mínimo de cinco e um máximo de 10 profissionais da Rede de Proteção da RMN.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram respondidas de acordo com os critérios éticos, portanto, o parecer desse colegiado é favorável à aprovação do projeto no que se refere ao seu caráter ético.

- É obrigatório retirar na secretaria do CEP/SD uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com carimbo onde constará data de aprovação por este CEP/SD, sendo este modelo reproduzido para aplicar junto ao participante da pesquisa.

*Em caso de projetos com Coparticipantes que possuam Comitês de Ética, seu TCLE somente será liberado após aprovação destas instituições.

O TCLE deverá conter duas vias, uma ficará com o pesquisador e uma cópia ficará com o participante da pesquisa (Carta Circular nº. 003/2011CONEP/CNS).

Favor agendar a retirada do TCLE pelo telefone 41-3360-7259 ou por e-mail cometica.saude@ufpr.br, necessário informar o CAAE.

Considerações Finais a critério do CEP:

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais e final, sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO.

Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que o cronograma de execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo.

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - Térreo	CEP: 80.060-240
Bairro: Alto da Glória	
UF: PR Município: CURITIBA	
Telefone: (41)3360-7259	E-mail: cometica.saude@ufpr.br

Emenda – ver modelo de carta em nossa página: www.cometica.ufpr.br (obrigatório envio)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1292679.pdf	17/03/2019 21:50:09		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	pos_pendencia_TCLE.doc	17/03/2019 21:49:43	Araci Asinelli da Luz	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	pospendencia_Projeto_de_pesquisa_detalhado.doc	17/03/2019 21:49:27	Araci Asinelli da Luz	Aceito
Outros	Carta_Simples.docx	17/03/2019 21:49:04	Araci Asinelli da Luz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoDeConfidencialidade.doc	07/02/2019 23:39:16	Araci Asinelli da Luz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	AnaliseDeMerito_respondido.doc	07/02/2019 23:38:18	Araci Asinelli da Luz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	06/02/2019 23:52:24	Araci Asinelli da Luz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoDeCompromissoParaInicioDaPesquisa.doc	06/02/2019 23:51:11	Araci Asinelli da Luz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoDeUsoEspecificoDeMaterialE OuDadosColetados.doc	06/02/2019 23:50:48	Araci Asinelli da Luz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoDeTornarPublicosOsResultados.doc	06/02/2019 23:50:33	Araci Asinelli da Luz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoDeResponsabilidadeNoProjeto.doc	06/02/2019 23:50:19	Araci Asinelli da Luz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaodeConcordancia.pdf	06/02/2019 23:50:10	Araci Asinelli da Luz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	OficioDoPesquisadorEncaminhandoOProjeto.doc	06/02/2019 23:49:00	Araci Asinelli da Luz	Aceito

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	revisadoProjeto_de_pesquisa_detalhado.doc	05/02/2019 16:12:37	Araci Asinelli da Luz	Aceito
Outros	Extrato_de_ata.pdf	05/02/2019 16:12:13	Araci Asinelli da Luz	Aceito
Folha de Rosto	assinadafolhadeRosto.pdf	05/02/2019 16:04:02	Araci Asinelli da Luz	Aceito

Outros	checklist.doc	03/02/2019 22:12:56	Araci Asinelli da Luz	Aceito
--------	---------------	------------------------	-----------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

CURITIBA, 28 de Março de 2019

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - Térreo**Bairro:** Alto da Glória**CEP:** 80.060-240**UF:** PR **Município:** CURITIBA**Telefone:** (41)3360-7259**E-mail:** cometica.saude@ufpr.br